

INSTITUTO
HISTÓRICO
DA ILHA TERCEIRA

BOLETIM



VOL. LVIII

2000

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

PATROCINADO E SUBSIDIADO PELA
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA

S E D E

Convento de S. Francisco

DIRECÇÃO (2000)

Presidente - Dr. Francisco dos Reis Maduro Dias

Secretário - Ten. Cor. Manuel Augusto de Faria

Tesoureiro - Valdemar Mota de Ornelas da Silva Gonçalves

**TODA A CORRESPONDÊNCIA DEVE SER DIRIGIDA
À DIRECÇÃO DO INSTITUTO**

A publicação de qualquer trabalho não significa a concordância do Instituto com as doutrinas, ideias ou conclusões nele contidas, que são sempre da responsabilidade exclusiva do autor.

(Artº 15º do Regulamento do Instituto)

BOLETIM

DO

INSTITUTO

HISTÓRICO

DA

ILHA TERCEIRA

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

BOLETIM



VOL. LVIII

2000

ANGRA DO HEROÍSMO

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

(31 de Dezembro de 2000)

SÓCIOS EFECTIVOS :

Dr. Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino
Dr. António Bento Fraga Barcelos
Dr. Eduardo Ferraz da Rosa
Emanuel Félix Borges da Silva
Dr. Francisco dos Reis Maduro Dias
Francisco Ernesto de Oliveira Martins
Jácome de Bruges Bettencourt
João Dias Afonso
Pe. Dr. João Maria de Sousa Mendes
Dr. Jorge Eduardo Abreu Forjaz
Doutor José Guilherme Reis Leite
Eng. José Henrique dos Santos Correia Guedes
Dr. José Leal Armas
Dr. José Mendonça Brasil e Ávila
Luís Manuel Conde Vieira Pimentel
TCor. Manuel Augusto de Faria
Dr. Rui Ferreira Ribeiro de Meireles
Valdemar Mota de Ornelas da Silva Gonçalves

SÓCIOS HONORÁRIOS :

Prof. Doutor António Manuel Bettencourt Machado Pires (Prof. da Universidade dos Açores)
Dr. António Maria de Ornelas Ourique Mendes (Adido Cultural da Embaixada de Portugal em Roma)
Prof. Doutor Artur Teodoro de Matos (Prof. da Universidade Nova de Lisboa)
Prof. Doutor Dante de Laytano (Director do Museu do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil)
Dr^a Elsa Brunilde Lemos de Mendonça (Prof^a Efectiva do Ensino Secundário)
Prof. Doutor Frederic Mauro (Prof. da Universidade de Paris)
Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão (Presidente da Academia Portuguesa de História)
Prof. Doutor Joel Serrão (Prof. da Universidade Nova de Lisboa)
Prof. Doutor José Enes Pereira Cardoso (Prof. da Universidade dos Açores)
Prof. Doutor Walter Fernando Piazza (Prof. da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

(31 de Dezembro de 2000)

SÓCIOS CORRESPONDENTES :

- Dr. Alberto Borges dos Santos
- Doutor Alberto Vieira
- Doutora Ana Maria Ferreira
- Doutor António José Telo
- Doutor Augusto de Athaide
- Doutor Avelino Meneses
- Doutora Carmen Maria Radulet
- Dr. Celestino Sachetti
- Dr. Daniel António Pereira
- Doutor Donald Warrin
- Doutor Douglas Wheeler
- Doutor Eduino de Jesus
- Ermelindo Santos Machado Ávila
- Arq. Francisco Riopardense de Macedo
- Dr. Gonçalo Andrade Pinheiro Nemésio
- Dra. Isabel Cid
- Pe. Dr. Jacinto Monteiro da Câmara Pereira
- Almirante Jesus Salgado Alba
- João Gabriel Ávila
- Doutor Jorge Couto
- Dr. Jorge Felizardo
- Doutor José de Almeida Pavão
- José Leite Pereira da Cunha
- Cor. Eng. José Carlos de Magalhães Cymbron
- Doutor José Manuel Bettencourt da Câmara
- Doutor Arq. José Manuel Fernandes
- Doutor José Martins Garcia
- Doutor José Medeiros Ferreira
- Dr. José Olívio Mendes Rocha
- Dr. José Pereira da Costa
- Dra. Judite Costa Evangelho
- Padre Júlio da Rosa
- Leonel Holmes
- Arq. Luís António Guizado Durão
- Dr. Luís Filipe Ferreira Reis Thomaz
- Dr. Luís Manuel Machado Meneses
- Doutor Luís Manuel Vieira Andrade
- Doutor Manuel Lobo Cabrera
- General Manuel de Sousa Meneses
- Doutora Maria Augusta Lima Cruz
- Doutora Maria Margarida Roque Landa Gonçalves
- Doutora Maria Norberta Bettencourt Amorim
- Dra. Marie Lyn Salvador
- Doutora Mary Theresa Vermette
- Dr. Miguel Figueiredo Corte Real
- Doutor Miguel Monjardino
- Doutor Nereu do Vale Pereira
- Dr. Nestor de Sousa
- Doutor Onésimo Teotónio Almeida
- Oriolando Sousa da Silva
- Doutor Osvaldo Ferreira de Melo
- Pedro da Silveira
- Dr. Ricardo Manuel Madruga da Costa
- TCor. Doutor Rui Carita
- Doutor Rui de Sousa Martins
- Doutor Victor Hugo Forjaz

A ERMIDA DO VARADOURO

Subsídios para a sua história

Por: Jácome de Bruges Bettencourt

Sócio efectivo do I.H.I.T.

Sócio efectivo da Academia Portuguesa de Ex-Libris

Estes subsídios para a história da Ermida do Varadouro não têm outra pretensão que serem isso mesmo.

Com a ajuda preciosa de meu primo Herberto Bettencourt Dart, que colaborou na compilação de elementos relativos à Ermida de N.ª S.ª da Saúde, com algum trabalho fotográfico que devemos à Sandra Isabel e ao Nicolau mais o que disponho nos arquivos de família, foi possível fazer a tarefa que agora se publica.

Tinha fotografias que poderiam encher mais umas dezenas de páginas, sobretudo, sobre os transportes ao longo do séc. XX no Varadouro, porém, acho que tal não teria grande cabimento aqui. Pode ser que surja outra oportunidade.

Mas deu-me grande satisfação organizar este trabalho. Foi um rememorar os tempos de menino e moço em que nestes espaços físicos vivemos momentos felizes, de muita alegria.

Recordo com saudade a primeira vez que fiz questão de viajar no carrão dos Malhados, de Castelo Branco. Isto aí pelo Verão de 1951,



Varadouro, 1925.

Ermida vista do lado da Sacristia.

Foto: Prof. Nestor Garcia Lobo

quando minha tia avó Chica (D. Francisca Rocha Bettencourt) mandou fazer uma paragem no Areeiro, pois estávamos a passar as férias na nossa casa do Areeiro, para se tomar rumo ao Varadouro. Todos os anos em Junho e Setembro usava este transporte no percurso cidade (casa da rua de São João) - Varadouro - Horta, que levava cerca de sete horas, com almoço em Castelo Branco. Viajava acompanhada das criadas e mantimentos para três meses de vilegiatura. Ela enjoava em veículos motorizados. Meu avô Honorino era transportado para a casa do Varadouro por meu Pai, primeiramente no seu Austin Eight, depois no Anglia, da Ford inglesa, adquirido no ano em que nasci, 1946.

Lembro-me das milhentas idas ao Varadouro, a pé, por atalhos rápidos, ora para o banho, no Porto Velho, ou a casa da Tia Chica, apanhar amoras ou passear. Ao domingo íamos (toda a família) à missa na Ermida do Varadouro, de automóvel.

Demos conta, neste meio século, do crescimento do lugar em termos de densidade de casario e do melhoramento das vias. Tenho, aliás, alguma documentação fotográfica, quase secular, que o atesta ao mostrar caminhos estreitos, sinuosos e de terra batida.

Assistimos, ainda em finais dos anos cinquenta, à construção de várias vivendas, já não eram veraneantes só, as famílias Bettencourt, Pamplona, Mesquita, ou de João Inácio da Silva, do professor Henrique Saldanha ou do tio do Padre Correia, depois, mais as de Antero Gonçalves, José Maria Gonçalves, Teófilo Ferreira Garcia, Francisco Dutra Faria (Chico da Viúva, da vivenda Dalila), do médico dr. José Pereira de Freitas, meu padrinho de crisma, etc.

A partir de meados dos anos sessenta, outros vem, como o médico dr. Luís Carlos Decq Motta. O Varadouro deixou de ser aquele lugar que conheci. O movimento de viaturas obrigava a outros cuidados diferentes de quando aí circulavam diariamente apenas uma dúzia de carros e a "camioneta dos banhos", quanto muito.

O Varadouro já não era mais aquela terra "porto de mar da freguesia do Capelo, na ilha do Faial - 12 habitantes" que Alberto Telles menciona na sua "Chorographia Geral dos Açores" em 1889.



Varadouro, 1945. Aspecto geral do Varadouro e Capelo ao fundo. Foto: Júlio Vitorino



Varadouro. Ermida, 2.9.2001. D. António de Sousa Braga, Bispo d'Angra, celebrando a Missa da festa de N.ª S.ª da Saúde. Fotos: Of. Pároco do Capelo



Idem. Aspecto da Procissão, realizada após as celebrações religiosas na Ermida.

O VARADOURO

Além do que Alberto Telles refere na sua *Chorographia*, no tocante a textos de outros escritores não encontramos notícias que adiantem mais do que as que António Lourenço da Silveira Macedo e Marcelino Lima deixaram.

O Dicionário Corográfico dos Açores de José Rodrigues Ribeiro, publicado em 1979, também, pouco diz sobre este lugar.

António Lourenço da Silveira Macedo, em 1871, na *História das Quatro Ilhas que formam o distrito da Horta*, sobre o Varadouro anota:

"(...) tem um bom porto no sítio do Varadouro muito abundante em pesca e ahí quasi ao nível do mar existe uma fonte com cujos banhos alguns doentes tem experimentado alívios; mt.º conviria q. fossem analysadas, e que ali se fizessem algumas obras para tornar aquelle lugar mais accessível e cómodo aos doentes. Há também ali um forte abandonado".

"(...) antes do vulcão era muito fértil, ficou o solo na maior parte coberto de lava e impróprio para cultura, assim mesmo o trabalho de seus habitantes o aproveitou em parte, plantando-lhe vinha, figueiras e árvores de carouço, de q. conseguiram tirar um bom produto, que o destruidor Oidyum veio aniquilar em 1854: contudo apesar d'estas calamidades; ainda n'ellas se cultivam todos os géneros que as mais produzem".

Outro autor, Rodrigo Alves Guerra Júnior, no livro *Trutas* regista:

"(...) chegamos ao alto da Ribeira do Cabo. A freguesia do Capelo aparece-nos em baixo, toda inundada de luz, as casas nuas de cal, saindo do verde das urzes, o Varadouro muito negro de pedras, onde o mar vem bater em baixo, espuma de alvura. (...)".

Guido de Monterey, na sua monografia *Faial (Açores). Uma ilha de encantar*, dada à estampa em 1980, tomba o seguinte sobre este sítio:

"... o **Capelo**, terra recém-nascida para a ponta, onde uns resquícios de vegetação teimam em brotar, como que a medo, da lava requeimada. E logo após se depara com a costumeira fisionomia da ilha – verde com laivos de azul, detalhe que lhe é transmitido pelas hortênsias em flor. E é nessa mesma freguesia, nesse Capelo que sofreu as maiores angústias, que, por estranho capricho, se encontra uma das maiores, senão a maior, exuberância faialense – o Varadouro.

Varadouro, trecho pleno de garbo, de vibração, de fantasia. A

vinha esconde-se em abrigos de lava, virados para o mar. A urze, brotando pelos interstícios da pedra anegrada, destaca-se, pondo contradições da simbiose do colorido. Uma capela rendilhada, um balneário de águas termais, uma baía imbuída de encanto, cujo remate se situa no morro de Castelo Branco.

Varadouro, um sítio onde a calma se respira e a alegria vibra nas flores dos metrozíderos. Fascinante, ataviado, bucólico. Rochas negras ponteam as costas batidas pelo mar, avalanche de árvores, especialmente figueiras, que crescem por cima das quadrículas da vinha. Varadouro, uma euforia gritante, um arroubo da natureza que se ajeitou ali, mais e mais, prodigalizando inestimáveis benesses.

De regresso à estrada nacional, já que, para o Varadouro, há que intrometer-se por desvio, continua esta a seguir ao encontro de Castelo Branco, uma paisagem renovada, um ponto emérito de fecundidade, bem à amostra do seu altivo morro."

Ainda sobre o Capelo e o seu pitoresco lugar do Varadouro, em 1896, encontramos em "O Telégrafo", um escrito deixado por Costa Rebello
" O CAPELLO

A quatro léguas da cidade da Horta, ilha do Fayal, existe a mais pittoresca freguesia – O Capello, – que nos parece formada pela Natureza para alli se gozar do mais puro ar e salubridade.

A vista que se desfructa para os campos, ponta chamada – O Comprido – e oceano immenso banhando a praia, infiltra nos pulmões um agradável sentir; e nada mais bello que ver o occaso do sol no horizonte observado do adro da modesta igreja parochial; comprehendese melhor o poder maravilhoso do Supremo Ser, Creador de quanto existe.

Acresce a estes sentimentos, que inspira aquella pacífica aldea, o haverem n'ella, mui proximo, aguas sulfureas e que teriam um estabelecimento adequado para banhos se no Fayal mais se attendesse ao que é de verdadeira utilidade publica.

Alguns melhoramentos tem havido, apesar do nosso desleixo, n'aquelles sitios e ultimamente a construcção, ou reedificação d'uma Ermida etc, no lugar chamado – o Varadouro – devido isto a vários cavalheiros e especialmente ao prestante e illustrado cavalheiro hortense o sr. José Nestor Ferreira Madruga. Honra lhes seja.

A hygiene d'alma tão indispensavel para a vida humana, encontra-se alli, em quanto nas grandes cidades, muitas vezes de balde se procura.

Sempre me lembram uns dias alli passados, ha bastantes annos no aprasivel lugar – as Luzias – na apreciavel companhia do antigo respeitavel vigario o bondoso Padre Laureano (natural da villa das Lages do Pico) e mais dois affectuosos amigos da cidade, que hoje não existem.

Quando regressámos ficou-nos no Capello a alegria, e podiamos então dizer:

«Oh felizes nós outros que dos mimos
Do amigo Céu gosâmos n'estas serras
Onde jamais não vêmos nem sentimos
O temeroso estrepito das guerras!»

Mas este pensar, são os annos q. o trazem e a experiencia do que é em geral a sociedade nos grandes centros de povoação nas cidades sumptuosas, e palacios de marmore."

De grande interesse achamos o relato duma vindima inserto no *Almanaque Açores*.

(*) In "O Telégrafo", Horta, Quarta-Feira, 20 de Maio de 1896, N° 794, p. 1 - Costa Rebello



Ermida do Varadouro, 1954. D. Maria Clara Parreira Paim de Bruges Bettencourt com os filhos Diogo e Jácome e a sua cunhada D. Maria João Alpoim Borges do Canto Paim de Bruges e filhos D. Maria Margarida, João Pedro e José, residentes em Angra do Heroísmo, nesse ano a passar férias de Verão na casa do Areeiro, Capelo. Foto: F.J.M.B.

UMA VINDIMA NO FAIAL

"Mercê de um convite amável fui há dias assistir a uma vindima no sítio do Varadouro.

Estou em crer que o leitor não sabe onde é.

Eu lhe digo.

Às primeiras horas da tarde saí da cidade, desta cidade da Horta, toda estendida à beira-mar, e meti pela estrada que rodeia a Ilha.

Primeiro a freguesia da Feteira, depois a de Castelo Branco, a seguir a do Capelo donde diviso lá no fundo o sítio do Varadouro.

Abandonada a estrada que dá a volta à Ilha entrei num ramal onde as curvas se sucedem mas onde as hortênsias, que enchem de côr e de beleza as estradas faialenses, ainda não chegaram.

Minutos passados estou no sítio do Varadouro.

De um lado a serra por onde se espalham casas pequeninas: em frente o mar que de quieto que está nem sequer baloiça os barcos dos pescadores. Lá adiante a entrar pelo mar fora, o môro de Castelo Branco.

É neste cenário de encantamento e de beleza que os meus olhos contemplam com atenção, para que bem o possam registrar, que assisto, pela primeira vez, a uma vindima nesta Ilha do Faial.

As videiras estão colocadas ao terreno dividido em pequenas parcelas separadas por muros de pedras soltas para que assim fiquem protegidas dos ventos.

É a hora da faina.

Na apanha das uvas ocupam-se vários homens com seus chapéus de palha de abas largas, aqui conhecidos por abeiros, enquanto outros, num vaivém constante, levam os cestos carregados de cachos para a adega donde já sai o cheiro a vinho doce.

Mulheres e homens examinam os cachos, tiram-lhes os bagos podres e verdes porque só o que é bom entra na confecção do vinho.

E tudo se passa em sossêgo, o que imprime às vindimas faialenses uma monotonia que impressiona vivamente quem, como eu, está habituado ao movimento, à vida, à alegria e até ao barulho das vindimas do Minho.

Dentro da adega, como soldados perfilados em formatura, estão os barris dispostos em fila.

Não há lagares.

As uvas são esbagoadas, separadas do engaço em pequenas dornas e depois metidas num cilindro para que delas se tire todo o sumo, para que bem sejam aproveitadas e nada se perca.

E tanto os homens que neste serviço se ocupam como os que andam de um lado para o outro, escaldados pelo sol ardente, a transportar à cabeça os cestos carregados de uvas, não trocam uma palavra, não soltam uma cantiga, trabalham e nada mais.

Ao cair da tarde, à hora a que o Sol se esconde, termina o trabalho. Entram em repouso bem merecido aquêles homens que desde o nascer do sol andaram entregues à faina da vindima.

E, ao chegar da noite, em frente da adega, num largo amplo, todo embandeirado e iluminado, cercado de cadeiras onde os convidados se sentam, os homens e as raparigas, que na faina da vindima levaram todo o dia, dançam a chamarrita ao som das violas e sob o comando firme do mestre do baile que umas atrás doutras vai marcando as diferentes fases da dança.

Esta é, afinal, a única nota viva da vindima onde não aparecem os cantadores que lhe dão alegria, nem os trajos característicos que lhe imprimem côr.

As vindimas no Faial são tristes e traduzem bem o temperamento pouco expansivo, bem concentrado, dos açorianos.

E o baile continua, as danças sucedem-se, sempre a chamarrita porque o faialense deixou perder todas as danças regionais e apenas esta mantém para dançar em todas as festas.

De quando em quando calam-se as violas, ouvem-se palmas que significam o pedido de mais música para que a dança continue, e o marcador imprime-lhe novas modalidades que por vezes lhe dão movimento e até um pouco de alegria.

E, porque é dia de vindima, todos bebem vinho doce fazendo as honras ao vinho novo."

In "Almanaque Açôres" - 1940, Bento Caldas, 1938, p. 113 a 115. (Bento Caldas, licenciado em Direito, foi delegado do Trabalho nos Açores e dirigente do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência)

A ERMIDA DO VARADOURO

Da Ermida de Nossa Senhora da Saúde, do Varadouro A. L. Silveira de Macedo, sobre este templo diz:

"Em 1720 fundou o padre Manuel Pereira Cardozo a ermida de Nossa Senhora do Carmo no sitio do Varadouro da freguezia do Capello e testando em 1725 impoz a seus herdeiros a obrigação de mandarem celebrar na dita ermida perpetuamente no primeiro Domingo d'outubro uma festa ao Santíssimo Sacramento à Virgem do Carmo e a Santo António com missa cantada e sermão no final do qual pediria o pregador um Padre Nosso e uma Ave Maria por alma do instituidor".

Marcelino Lima transcreve esta notícia quase tal e qual, nos Anais do Município da Horta.

Guido de Monterey na sua monografia sobre o Faial regista:
"A CAPELA DE N.ª S.ª DA SAÚDE (Varadouro)

Vem a respectiva construção de 1720, tendo sido seu fundador o Padre Manuel Pereira Cardoso. Inicialmente dedicada a N.ª S.ª do Carmo."

-
- In "História das Quatro Ilhas que formam o distrito da Horta", de António Lourenço da Silveira Macedo, 1871, III volume, p. 262 e 263
In "Anais do Município da Horta (História da Ilha do Faial)", de Marcelino Lima, 1943, p. 269
In "Faial (Açores) Uma ilha de encantar", de Guido de Monterey, Tip. Sociedade de Papelaria, Lda. 1980, p. 73, 150, 151 e 152



Varadouro, 1938
Vista do Porto Velho
Foto: F.J.M.B.

Pequenas notícias têm surgido na imprensa faialense sobre a ermida, a sua festa e procissão.

Assim, na secção ocorrências, em "O Telégrafo" de quinta-feira 7.11.1895 encontramos:

"– Para a ermida do Varadouro chegaram já os sinos que foram offerecidos pelo nosso patrício, residente no Brazil, sr. commendador José Augusto Laranjo.

Os referidos sinos acham-se em deposito no estabelecimento do sr. Miguel António Silveira.

Louvamos, como merece, aquelle nosso patrício, pela sua acrisolada philantropia."

São dois os sinos e ambos têm as seguintes inscrições: escudo português com coroa, cercado, à direita por figura masculina com ceptro, à esquerda por figura feminina com ramo de oliveira.

Por baixo: À SENHORA DA SAÚDE OFFERECE
O COMMENDADOR J. A. LARANJO 1895

No lado oposto tem uma cruz com base ou pedestal e resplendor.

Dois anos depois, em Dezembro de 1897, volta a aparecer em "O Telégrafo" notícia de outra dádiva:

"– Um benemerito devoto, que por modestia não deseja publicado o seu nome, offereceu a quantia de 37:500 reis para 25 metros d'alcatifa para a capella de N. Senhora da Saude do Valle Formoso do Capello, a qual, comprada nos «Grandes Armazens Fayalenses», já se acha collocada na dita capella.

Nos tempos que atravessamos felizmente ainda se encontram corações piedosos que prestam culto à verdadeira religião.

Bem hajam."

Ainda de jornal publicado em Angra recortamos:

Festa decorre no Varadouro

No próximo fim de semana, 01 e 02 de Setembro, realizam-se no lugar de Varadouro, Capelo, Faial, os festejos em honra de Nossa Senhora da Saúde, uma das mais concorridas romarias daquela ilha, que para além da devoção à Senhora da Saúde, com Celebração Eucarística, tem ainda a parte cívica a atrair inúmeros forasteiros, por causa do pitoresco do sítio, onde existem vinhedos, alguns pomares e óptimos lugares para banhos à beira-mar. As termas do Varadouro são importantes, dispendo de um balneário e de infra-estruturas, a carecerem, contudo, de modernização.

A Ermida do Varadouro, fundada em 1720, é de propriedade privada, pertencente às famílias Bettencourt, Pamplona e Korth que restauraram o templo após o sismo de 1998, que a deixou muito danificada. Para levarem a cabo as obras, as famílias referidas contaram com apoios de emigrantes nos Estados Unidos da América e Canadá, bem como do Governo Regional e da Câmara Municipal da Horta, visto que a Ermida é o único local de culto existente no Varadouro, que dispõe de algumas centenas de residências de veraneio.

Recentemente, por escritura pública, foi criada a Associação Nossa Senhora da Saúde do Varadouro, cuja Assembleia Geral é presidida por Jácome de Bruges Bettencourt, a Direcção por Herberto Bettencourt Dart e o Conselho Fiscal pela dr.^a Fátima Bettencourt Dart.

In "A União" Angra do Heroísmo, 4^a feira 29 de Agosto de 2001, p. 2

Capelo, Areiro, 1951. O autor no carro do pai, Ford Anglia, estacionado à porta da cozinha da casa de veraneio. A seguir tivemos um Riley 1½ litre Saloon in Woodland Green mod. 1952, no qual aprendi a conduzir (tirei carta em Fevereiro de 1968 em Angra) e depois um Peugeot 204.



Seguidamente aqui arquivamos do que foi escrito sobre a Ermida do Varadouro, quatro artigos, em que sobressaiem dois textos da maior importância.

Um é de Herberto Bettencourt Dart e o outro do Padre Júlio da Rosa.

DO VARADOURO

A Imagem da Senhora da Saúde também tem a sua lenda (*)

Percorridos os primeiros oito hectómetros de estrada, depois de virarmos ao ramal do Varadouro, deparamos com um velho atalho, que nos conduz a uma caverna engastada no topo da falésia, de bocarra aberta ao mar, conhecida pela furna de Nossa Senhora.

Nada de belo possui, pois quase despida é das vulgares estalactites, que com os seus formatos característicos tanta beleza dão.

Todavia, assim simples e sem ornamentos é, no entanto, riquíssima dum significado de Fé e de ligação com a nossa graciosa ermida.

Toda esta complexa união se faz através de uma velhíssima lenda que, pela tradição conseguiu, ao longo dos séculos, galgar a tortuosa estrada da vida e chegar até nós.

Conta-nos a secular lenda que a imagem da Santíssima Virgem Maria hoje tanto venerada na ermida do Varadouro, sob a evocação da Senhora da Saúde, teve, como primeiro abrigo, a citada furna.

Mais tarde, considerando o povo que o lugar era indigno pela sua rusticidade a praticarem-se actos de culto à imagem Daquela que foi sacrário de Deus encarnado, decidiram construir no meio dos vinhedos uma pequenina ermida cuja construção obedeceu ao uso quase geral: porta principal virada para o mar e o tecto feito de palha.

Tempos depois, em dia festivo, a Senhora foi transferida para o pequenino templo erigido em sua honra.

(*) In "Correio da Horta", Sábado, 28 de Outubro de 1967, ano 37, nº 10604, p. 1 e 4 - Ermitão da Luz

Passados alguns dias, surge porém o imprevisto: verificaram com profundo pesar, que a imagem ali já não se encontrava, seguindo-se dias da maior expectativa.

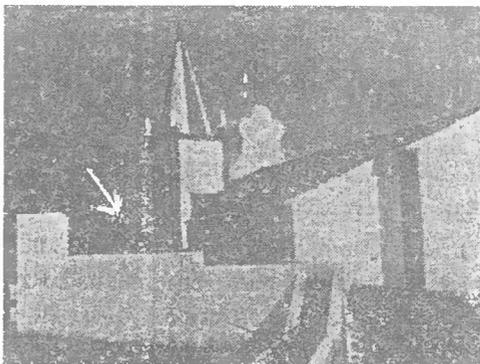
Já sem esperanças há, no entanto, quem alvitre irem à furna ver se Ela lá estaria.

Caminharam e com grande contentamento e admiração a encontram tal qual como quando em semanas anteriores, cercada de rosas.

Novas suspeitas se levantam, quem seria o engraçado que tivera tão mau gosto?!

Trouxeram-na e o mesmo que se havia passado, decorridos alguns dias repete-se.

Volta ainda mais uma vez, em derradeira tentativa, a Senhora para a ermida, decidindo então alguns homens muito à socapa fazer-lhe vigia, para descobrirem o autor de tão deplorável façanha.



Decorreu o primeiro dia na maior quietude; vem o segundo, como no anterior nem uma única pessoa aparecera, mas quando ao cair da noite, entravam na ermida para rezarem o terço viram com grande surpresa, que a Senhora desaparecera.

Correram à furna e hei-La!... como as demais vezes.

Contaram então às outras pessoas o que tinham feito e o que se passara e assim depois de longa conversa acerca do sucedido foram todos unânimes em não mudarem mais a imagem sem que lhe fosse alterada a posição da ermida, virando-lhe a frente para a furna, pois que possivelmente seria o desejo da Senhora.

Deram imediata execução à obra e algum tempo depois é levada

Nota: A seta na gravura indica o local da gruta

para a sua nova ermida e desde então nunca mais se mudara tão misteriosamente.

Como a querer testemunhar a fidelidade desta lenda encontra-se a colocação da ermida, a furna e no interior desta, ao fundo duas abas basálticas sobrepostas e puramente horizontais semelhantes a um altar.

Varadouro, Outono de 1967.

Festa e romaria da Senhora da Saúde do Varadouro (*)

A ERMIDA de Nossa Senhora da Saúde do Varadouro, que desde remotos tempos atrai numerosos forasteiros de toda a ilha e que muita gente ainda hoje se lembra, deslocavam-se, a pé, a cavalo ou charabã, cantavam e bailhavam ao som das violas e outros instrumentos durante a noite e madrugada do 1º domingo de Setembro de todos os anos.

Os que moravam naquelas redondezas, acordavam e vinham às janelas espreitar por entre as cortinas a ouvir os harpejos dos instrumentos e das vozes maviosas... dos cantores.

Então, esta festividade que culminava depois num novenário preparatório com missa cantada, sermão e procissão em que participavam muitos devotos da Senhora da Saúde, que enchiam o pequeno templo e o adro, cumprindo ali as suas promessas.

Depois dos actos religiosos dirigiam-se ao arraial onde aqui e ali, ao longo da estrada, (onde raramente se via um automóvel) em grupos davam largas às desgarradas e bailhos antigos principalmente a chamarrita.

Ao que hoje chamamos a parte profana ou festividade cívica duma festa religiosa, naquele tempo, não era nem mais nem menos do que a 2ª romaria da ilha do Faial.

E como tudo isto evolui, não nos espanta que esses instrumentos

(*) In "Telégrafo" Horta, Sexta-feira, 5 de Setembro de 1997, p. 2

de corda sejam hoje substituídos por um outro conjunto de cordas que também toca e faz dançar à sua maneira, como refere o anúncio publicado noutra local deste jornal.

Um pormenor histórico, que nos parece interessante e que está relacionado com esta romaria: Esta ermida, que aqui ninguém se lembra ao certo a data da sua construção, pelo menos ao que nos informaram, só uma inscrição num dos sinos deste templo – 7 de Novembro de 1895, foi construída por quatro famílias veraneantes que a suas expensas quiseram substituir a capelinha já muito degradada, cuja porta principal ficava voltada para o mar e que a Imagem da Senhora não gostava. E, segundo a tradição, frequentemente aparecia na furna que hoje tem o seu nome e que fica localizada na falésia ou rocha, como toda a gente lhe chama.

Depois de edificada a ermida, lá ficou definitivamente a imagem da Senhora da Saúde, no centro do altar e parece que... como o frontispício está voltado para a furna, Ela não mais saíu de lá...

Foi-lhe feita a sua vontade, como relata a tradição deste aprazível lugar do Varadouro.

P.S. Já depois de composta esta nóvula, tivemos mais uma achega preciosa de Herberto Dart, ex-presidente da Câmara, um dos proprietários da Ermida do Varadouro, e outro do José de Faria, luso-canadiano em visita de saudade a esta sua e nossa terra, a que oportunamente daremos relevo.

Ermida do Varadouro (*)

A propósito do artigo, da autoria do meu prezado amigo Prof. Alberto Lemos e oportunamente inserido nesse jornal, gostaria de deixar depositados mais alguns elementos, que consegui compilar, tendo em

(*) In "Telégrafo" Horta, Segunda-feira, 3 de Novembro de 1997, p. 5 - Herberto Dart

vista contribuir para quem, no futuro, possa vir a escrever a história deste pequeno e simples monumento à persistência e devoção.

Resenha histórica

Foi fundada no ano de 1720 pelo Padre Manuel Pereira Cardoso sob a evocação de Nossa Senhora do Carmo e às suas próprias custas. Testando em 1725, impôs aos seus herdeiros a obrigação de mandarem nela celebrar, perpetuamente, no primeiro domingo de Outubro, uma missa cantada e sermão dedicados ao Santíssimo Sacramento, à Virgem do Carmo e a Santo António, no fim da qual pediria o padre pregador um Padre-Nosso e uma Avé-Maria por alma do instituidor. (*História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*, por António Lourenço Silveira Macedo).

Nos anos subsequentes foi, pelos seus herdeiros, dada continuação ao desejo do fundador, pouco se conhecendo porém desse período. No entanto podemos calcular que o efeito dos sismos mais ou menos violentos que se registaram na ilha do Faial (1757, 1800, 1801, 1808, 1862 e 1863) devem ter contribuído para a degradação progressiva da ermida e queda do respectivo telhado. Por ouvir-se dizer, supõe-se que terá servido de guarida a foragidos ou contrabandistas, tanto mais que, naquele tempo, aquela parte da ilha era frequentada apenas para o amanho das vinhas e sobretudo no Verão.

Em 1875 vamos encontrá-la na posse da família Terra Berquó, já em muito mau estado. E quando Manuel Inácio da Silva a compra, em 1877, a José Francisco da Câmara Terra Berquó, no título da venda refere-se «a pequena porção de terreno onde existem as ruínas de uma ermida». Por isso neste período não terão sido feitas quaisquer benfeitorias.

Joaquim Silveira Bettencourt ao adquiri-la ao referido Manuel Inácio da Silva, tendo em vista «reparar e adornar convenientemente a antiga ermida existente em terreno de sua propriedade... animado de seus sentimentos religiosos, desejando e tendo a peito renovar o culto...», conforme consta do documento enviado em 1887 a S. Ex.^a Rev.^a o Bispo de Angra, prova precisamente que foi comprada com aquela intenção.

Esta pretensão deveu-se ao facto de já ali existirem algumas casas de veraneio, de pescadores e muitas adegas cujos proprietários ficavam impedidos de assistirem à missa nos dias santificados, dada a dificuldade de acesso à igreja paroquial do Capelo (distante e íngreme). Por outro lado, também devem ser considerados os numerosos doentes que procuravam alívio para as suas moléstias, nas águas termais que ali brotam da rocha, explicando assim a alteração do nome da padroeira, de Virgem do Carmo para Nossa Senhora da Saúde e Glória.

As obras de restauro foram realizadas em 1888, contando com a importante e preciosa colaboração de José Nestor Ferreira Madruga, José Silveira Goulart Cyrillo e Francisco Pamplona Corte-Real, proprietários que passavam a época de estio no Varadouro onde possuíam casa. Entretanto, Francisco Ribeiro Pamplona Corte-Real solicitou directamente ao Rei de Portugal, autorização para utilizar na Ermida, o retábulo de um altar da igreja da Glória, bem como alguns madeiramentos do granel que lhe estava anexo, em virtude daqueles edifícios se encontrarem completamente arruinados e a degradarem-se. Desconhecemos se foi ou não concedida tal autorização, mas um técnico que recentemente observou a capela, referiu que algumas peças, aparentemente, não pertenciam ao conjunto.

Em 1889 as obras foram dadas como concluídas e examinadas pelo ouvidor Pe. José Leal Furtado, o qual solicitou delegação de poderes ao seu Bispo, a fim de poder proceder à benção da Ermida para ser celebrada a Missa, o que aconteceu festivamente em Setembro do mesmo ano. Esta transferência das datas da festa, deve-se certamente, ao facto de Outubro já trazer mau tempo, enquanto que Setembro proporcionava uma presença maior de populares devido à época das vindimas.

Além das várias dádivas que surgiram dos muitos devotos que acompanhavam esta iniciativa, várias têm sido, através dos tempos, as ofertas em honra de Nossa Senhora da Saúde. As mais significativas e que hoje ainda são guardadas cuidadosamente pelos proprietários serão talvez: estante com embutidos, Missal datado de 1748, candeeiro de cristal, sinos com data de 1895, paramentos, utensílios diversos, azulejo da empena, bancada e nos últimos dois anos cedência de uma parcela de terreno, pelos srs. Alberto Lemos e Jorge Vieira, para construção do

novo acesso ao adro e conjunto de cobertas com aplicação de crochet, pela sr^a D. Maria Gonçalves.

Apesar das várias vicissitudes, as famílias proprietárias, têm respeitado integralmente a herança dos seus antepassados, ao longo destes mais de cem anos. Mesmo quando a Ermida foi gravemente afectada pelos sismos e areias dos Capelinhos, tornando-se impraticável, a tradição foi cumprida na igreja de Castelo Branco, retomando a prática no local original, no ano seguinte, depois das necessárias reparações efectuadas por intermédio de um empréstimo bancário.

Com a persistência que os caracteriza e profunda devoção, sobretudo transmitida pelas suas mulheres, os actuais representantes das famílias proprietárias tem procurado valorizar o pequeno templo, mantendo-o pelos seus exclusivos meios, com o orgulho próprio do dever cumprido.

A Lenda

Transmitida pelo povo, a lenda que envolve esta pequena capela vem dos longínquos tempos da sua fundação e refere que, inicialmente, a porta principal estaria voltada para a entrada e o altar em sentido contrário. A imagem de Nossa Senhora descontente com esta situação, abandonava o altar e aparecia na gruta que se localizava na falésia e que, posteriormente recebeu o seu nome.

Porque se repetiam continuamente estes factos, o então proprietário da capela acabou por trocar a posição do altar e da porta, ficando assim satisfeita a vontade de Nossa Senhora, voltada para a gruta (tradição).

A verdade é que quem pela primeira vez visita a Ermida, estranha a sua orientação com a porta principal mais longe da estrada. Agora, com a construção do novo acesso, foi um pouco corrigida essa situação.



Ermita vista de N., depois de reconstruída, após o terramoto de 1998. Foto: Sandra Dart



Aspecto actual do corpo da Ermita vista de S.E. Foto: Sandra Dart. 2000

Em clima de festa(*)

A Senhora da Saúde em Festa no Varadouro, no Ano Jubilar

A Senhora da Saúde está sem casa e sem água. O terramoto de 9 de Julho de 1998 arruinou-lhe a casa e a derrocada da rocha tapou a fonte das águas termais, que os reumáticos ali buscavam para alívio das suas dores. Tem feito a sua festa debaixo de um tecto de ramagens densas de grandes metrozídicos, mesmo à margem do porto, com a multidão de romeiros, que acorrem de toda a ilha. É uma romaria que convida à homenagem e à gratidão à Senhora, que nos guarda a saúde e nos dá forças para o trabalho. Também brinda os seus romeiros com o mosto, as uvas pretas e brancas a lacrimar o mel e os figos brancos e pretos de bico doce e cara lanhada. O mar com o velho porto do século XVI, desembarca lapas, peixe e caranguejos. É uma mesa posta e um farnel de mariscos. Haja saúde, que comer não falta.

O Varadouro foi sempre terra de pescadores e porto de barcos e redes... No Verão, adega de pipas e alagares, com alambiques de aguardente e licores. Uma estação para veraneantes e um balneário para doentes.

A Senhora da Saúde fica ali todo o ano à espera dos seus devotos, enfermos e amigos da vindima...

O templo remonta aos princípios do século XVIII: "Em 1720 fundou o padre Manuel Pereira Cardoso a ermida de Nossa Senhora do Carmo, no sítio do Varadouro da freguesia do Capelo e testando em 1725 - Impôs aos seus herdeiros a obrigação de mandarem celebrar na dita ermida perpetuamente no primeiro domingo d'Outubro uma festa ao Santíssimo Sacramento, à Virgem do Carmo e a Santo António com missa cantada e sermão no fim do qual pediria o pregador um Padre Nosso e uma Avé Maria por alma do instituidor", informa António da Silveira Macedo.

(*) In "Correio da Horta", de 2/3 de Setembro de 2000, p. 2 e 7 - Pe. Júlio da Rosa

Vamos dar agora a palavra ao Herberto Dart, que no *Telégrafo* de 3 Nov. 1997, descreve, com pormenores, o currículo da Ermida: (vidé p. 25).

(...) Agora vamos passar a palavra ao grande Pregador e Capelão da Casa Real, José Veríssimo Ribeiro, que no seu *Arquivo dos Açores* em 12 volumes, que possuímos, onde anotou muito curiosas e importantes notas, nas contracapas, no vol. 9, assim escreveu depois de transcrever o texto de Silveira Macedo, que já referimos: "Este Pe. (Manuel Pereira Cardoso) era parente do Rv.do licenciado João Pereira Cardoso, Vigário de Magdalena, e ouvidor das Lajes do Pico, em 1703, e do Pe. Domingos Pereira Cardoso, Vigário da Matriz da Horta e Ouvidor do Fayal em 1737.

(Traz a referência da História das 4 Ilhas por A.L. da Silv. Macedo) e continua: "a referida ermida foi profanada, mas, começando a concorrer par' ali algumas famílias da cidade, e pessoas d'outras freguesias, especialmente no tempo de verão, por causa das águas onde obtinham allívio a padecimentos rheumaticos, começou-se a disfrutar a ideia de se reedificar a ermida.

Quatro cavalheiros: Joaquim Silveira Bettencourt, José Nestor Ferreira Madruga, Francisco Pamplona Corte Real (desta cidade) e José Silv.ra Goulart Cyrillo (de Castelo Branco) constituíram-se em comissão, e levaram a effeito, coadjuvados por benfeitores, a reedificação da ermida, que foi benzida em 22 d'Agosto de 1889 pelo R.do Ouvidor Pe. José Leal Furtado, pregando n'esse acto o Pe. José Veríssimo Ribeiro, Pregador e Capellão da Cas. Real. Benef.do da Conceição, sendo a ermida dedicada a n. Sen.ra da Saúde e Glória, sendo offerecida uma mimosa Imagem, em 1891, pelo Sr. Manuel da Silva Correia, d'esta cidade".

De então para cá a festa tem-se realizado no primeiro domingo de Setembro, e, como refere Herberto Dart (vidé p. 26).

(...) O terramoto de 9 de Julho de 1998 foi mais violento e o templo não resistiu a uma grande fragilidade a que ficou reduzido, tendo de ser restaurado na totalidade com partes reconstruídas de novo, outras reforçadas com vigas de cimento para amarração, todas as paredes picadas e apertadas com cimento.

Para a realização desta obra formou-se uma comissão, no Faial

com os srs.: Herberto Dart, Alberto Garcia Lemos, José Faria, Jácome de Bruges Bettencourt, Francisco António Vargas e José Korth Caldeira e delegações na América, na Nova Inglaterra, com os senhores: José Garcia, José Goulart, Emilia Faria e Maria Pinheiro que organizaram uma festa que rendeu cerca de dois mil contos, na Califórnia com Olga Vargas que conseguiu muitas dádivas entre empresas e individualidades e no Canadá com José Augusto de Faria que juntou vários donativos.

A histórica ermida, este ano, já vai abrir as suas portas para a festa da Senhora da Saúde, sendo o primeiro Templo a ser reparado. Em 1998 - 1999 a festa realizou-se ao ar livre, sob um exposito tecto do verde dos metrozíderos frondosos, que formam o templo da natureza à beira-mar, junto ao porto. Tudo se proporciona para que a grande romaria faialense tenha acolhimento e festa de novo na casa da Senhora da Saúde, no primeiro Domingo de Setembro, celebrando o Ano Jubilar.

Agora não resistimos a referir duas lendas da Senhora da Saúde. Uma terra sem lendas não têm poesia. Somos tentados a transcrever do Correio da Horta de 28 de Outubro de 1967, um texto bem urdido do *Ermidão da Luz*, escritor, que não identificámos: (vidé p. 21)

(...) A outra lenda é capciosa, com certo tino malicioso, mas foi uma velhinha que a contou, vem de longa data:

Quando a ermida foi albergue de contrabandistas, ali se guardaram valiosos tesouros, que se arrecadavam nos contrabandos, que se calcorreavam pelos mares e desembarcavam em pontos escuros a horas perdidas da noite. O Varadouro era um desses lugares da Ilha esquecido e mal vigiado, os contrabandos ficavam ali bem arrecadados clandestinamente salvaguardados para o comércio proibido, à margem da lei. Muito dinheiro e bons tesouros em prata e ouro!

Para mistificar o ambiente e recompensar o albergue sagrado, os negociantes encapotados esconderam uma púcara de moedas de ouro, que certamente lhes escapou à memória. Correram anos e vidas e a púcara fascinante jaz algures tão subtil quanto pretenciosa.

Imaginem, que anda a reconciliar a paz e a tranquilidade na ermida. Tem votos religiosos ... Só se mostra quando a procurarem o proprietário de mãos dadas com o titular da paróquia. Vejam lá, a luta vem de séculos...

É caso único na Ilha. E como ódio velho não cansa, a púcara jaz ensombrada com este mau olhar dos bens do próximo, bem adquiridos. Mesmo agora que a ermida foi toda revirada e as paredes picadas até à espinha, nem se lhe vislumbrou o reflexo das moedas a brilharem na poeira dos tempos. Enigmas para perder as almas...

O Pe. André Avelino, ainda dos nossos tempos quase imemoriais, sempre pactuou com este imbróglgio, que lhe provocava insónias e maus sonhos ... Muitos amargos de boca lhe causava o lauto jantar de cinco pratos, com que a senhora D. Chica Rocha (D. Francisca Rocha Bettencourt), no seu ano jubilar, presenteava o clero convidado e os músicos da imprescindível orquestra, que então era um prodígio, no calendário das festas, com o violino do Simaria, o pífaro do Franklin Dutra, o harmónio do Professor João Ramos e o rabeção do Thiers Lemos. As festas de igreja eram acontecimentos sobrenaturais no imaginário popular...

Recordamos, com saudade, esse meio século com o Pe. José Correia da Rosa e o Pe. André Avelino, ao despique mordaz e fértil, nos jantares da Senhora da Saúde...

O tempus, o mores!

E haja saúde!

Com a benção da Senhora da Saúde.



Empena Sul, confinante com o caminho, no estado em que ficou após o sismo de 1998. O painel de azulejos com o registo de N.ª S.ª da Saúde do Varadouro foi substituído por outro idêntico, após as obras de reconstrução.

Foto: Nicolau Bettencourt 1998.

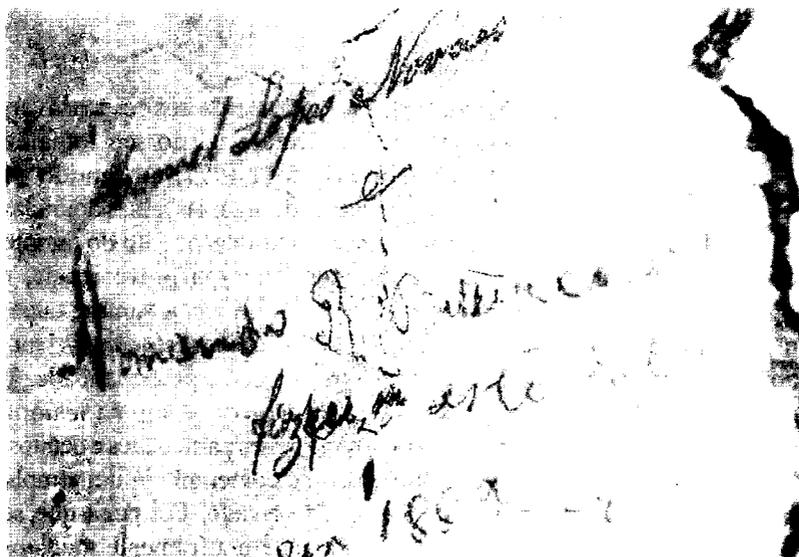
Pedido dos proprietários da Ermida do Varadouro para utilização de retábulo e talhas dos altares, madeiramentos e outros objectos do antigo e arruinado Convento da Glória e sua Igreja.

Cerca de 1888 sabe-se que foi feito pedido aos responsáveis da Fazenda e Herberto Bettencourt Dart refere tal no seu trabalho "Ermida do Varadouro" no Telégrafo de 3.11.1997, no sentido de autorizarem aproveitamentos, inclusivamente de algumas talhas douradas da igreja da Glória, com vista à decoração e enriquecimento do templo do Varadouro, bem como cadeiras e bancos da mesma proveniência.

Porém, que se saiba, apenas terá sido cedida alguma (pouca) madeira retirada do convento, sobretudo tábuas de flandres (pinho maleno, no Faial) dos soalhos, mas em pequena quantidade e pior qualidade, já que a melhor rapidamente desapareceu. Preferiu-se, como na maioria dos casos análogos, privilegiar mais certos interesses particulares e ocultos, do que o colectivo como o caso presente que contemplaria um templo fruído pela população faialense, apesar de privado. Foi pena que se perdesse a maior parte do mobiliário, alfaias e praticamente todos os objectos com valor deste majestoso conjunto de monumentos, sem dúvida dos melhores edifícios que a Horta possuiu. Este convento e igreja, tal como, mais tarde, o Solar dos Brum no largo da Matriz, hoje Duque d'Ávila e Bolama, igualmente demolido, empobreceram o património arquitectónico do Faial. Há pouco mais de trinta e cinco anos, ainda existiam, guardados por pessoas do Faial, madeiramentos trabalhados, torneados, e até portas e janelas almofadadas, destas origens, em madeira de cedro do mato (*juniperus brevifolia* Seub., Antoine, também conhecido por *juniperus Oxycedrus* - Cedro. Cedro das ilhas - Cedro do mato, Cedro da terra - zimbro), sendo-me oferecida em 1964 uma artística porta de Sacrário, atribuída à igreja da Glória, com seu escudete em prata, que religiosamente conservo.

Assim, pelas razões aduzidas, o definitivo retábulo e altar de N.ª S.ª da Saúde acabou por ser simples, concebido por dois amadores habilidosos da carpintaria, marcenaria e talha, Manuel Lopes Novaes e

Armando Rocha Bettencourt, este, escrivão da Fazenda, filho de Joaquim Silveira Bettencourt que concluíram a sua obra em Abril de 1889.



Inscrição com assinaturas dos artistas da marcenaria e talha autores do altar e retábulo da Ermida. Apareceu na parede por detrás do altar, que teve de ser demolida face às fissuras provocadas pelos sismos.

Descobriu-se recentemente, a atestar o que acabamos de dizer, uma inscrição na parede por detrás do retábulo que teve de ser picada, apertada a cimento e revestida, dado o estado em que ficou após o sismo de 1998.

Agora, durante as mesmas obras, verificou-se o aparecimento na pedra de fecho do arco (lado de dentro) do altar para a nave duma gravação lavrada na pedra figurando um cálice, ficando-se com a ideia que o dito pode ter vindo para este lugar aproveitado de outro local.

João M. L.
Ca. - L. de M. L.

Autheoriam e seu V. Rev. Obediente
e exannias se a capella de que se trata
tem as condições necessarias para nella
se celebraz o augustiniano sacrificio de
missa e sus cases offerecimentos o pos.
es des a sua benção.

Angra de Heroísmo, 17 de julho de 1857.

+ S. D. S. Angra



Tenho a honra de levar ao
conhecimento de V. Ex. Rev. que se
acham já concluidos na Comenda da
Nossa Senhora do Sando, os autos do
Varadouro freguesia do Capello d'esta
ilha de Fayal, os seguintes de que elle ca-
socia, e os seus summa convenientes, como
em tempo foi exposto pelo pedido argue-
renti freguesia de S. Sebastião, obtendo
da parte o Veneravel Superiormento e favor
por V. Ex. Rev. sacado no documentojunto
E devendo agora ser bençido pa-
ra que nella se possa celebrar o santo
sacrificio da missa, torna se preciso
que V. Ex. Rev. Deique os respectivos
pedidos, que Lhe são propostos, de se
proceder a quella benção.

Resposta por 2110

respeitosamente pedir a V. Ex.ª Sr. Bispo
se isto for de sua necessidade de for-
ma que julgar conveniente

D. Luis Suarés a V. Ex.ª Sr. Bispo

Porto, 12 de Julho de 1889

Com a honra de Sr. Bispo
Sr. D. Dinco de Sousa

Armando Suarés
João Specialidade



Varadouro, 1905. D. Maria Tereza Pamplona Bettencourt
e filho Armando tendo como pano de fundo a Ermida

O Grande Oriente Lusitano Unido e um curioso móvel

O aparecimento em casa dos Bettencourt no Varadouro, numa mesa triangular com símbolos maçónicos explica-se facilmente. Este móvel é semelhante aos existentes em todos os templos afins.

Os irmãos Joaquim e Armando Rocha Bettencourt, que tiveram papel importante na primeira reconstrução da Ermida do Varadouro, filhos de Joaquim Silveira Bettencourt, foram membros destacados do Grande Oriente Lusitano Unido, tal como a maior parte dos Rocha seus tios e primos.

Assim, com o encerramento das lojas maçónicas do Faial, nada mais natural que tivessem aproveitado alguns móveis e objectos dando-lhes outro uso, ocultando apenas os símbolos mais visíveis.

As obras levadas a cabo no Varadouro contaram na orientação dos trabalhos, isto é no tocante a obras, com a colaboração de João Pereira Gabriel, marido da prima D. Lídia Rocha, proprietária com seu irmão dr. Eduíno Rocha, da ermida de N.^a Senhora da Penha de França e demais prédios na Fajã da Praia do Norte, que à sua morte estava ligado à Empresa de Iluminação Eléctrica da Horta como director.

João Pereira Gabriel foi um dos principais dirigentes da obra de construção da doca e porto artificial da Horta, sendo o responsável financeiro pela mesma e teve simultaneamente a seu cargo a gestão dos trabalhadores. Este foi, sem dúvida, o maior e mais importante empreendimento da época, que veio dar uma nova vida económico-social ao Faial.

Pereira Gabriel foi igualmente maçom e possui nos meus arquivos de família o interessante documento que aqui divulgo como contributo para o estudo das lojas faialenses, tão parcas em material escrito (documentação), uma vez que tudo o que "cheirasse" a G.O.L. era queimado com medo de represálias...

tima e Considerações fraternal de todos os Maçons.

E para Constatar se passaram o presente, que fui por nós assinado e sellado.

Onuv.:

Manuel Francisco Soares da Silva C. P. 4.

1.º Vig.: Amigos Mestres de Louros 25.

2.º Vig.: Manuel Francisco da Silva C. P. 20.

Ord.º: Manuel Francisco da Silva C. P. 18.

Secret.: Antonio Soares de Sousa M. M. C. P. 25.

Other.: Alexandre da Silva M. M. C. P. 20.

Orans.:

Manuel Francisco Soares da Silva C. P. 20.



Pormenor e mesa de ritos maçónicos existente no Varadouro. Colec. H.B.D.

Titulares da Ermida no Ano 2000



seguintes imóveis, sítos na referida freguesia do Capelo, ambos registados definitivamente a seu favor, na indicada proporção pelas inscrições de aquisição G-Bois : _____

1-Dois Vinte e quatro avos do **Prédio urbano** :- no Varadouro, casa com aplicação de Ermida, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número zero zero quinhentos e quarenta e umdez zero sete oitenta e sete (00541/100787), inscrito na matriz sob o artigo 99, com o valor patrimonial correspondente a fracção de 1,015500 e atribuído de **cem contos** . _____

2-Dois Vinte e quatro avos do **Prédio urbano** :- no Varadouro, casa passal/terrea, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número zero zero quinhentos e quarenta e umdez zero sete oitenta e sete (00541/100787), inscrito na matriz sob o artigo 101, com o valor patrimonial correspondente a fracção de 258500 e atribuído de **cinquenta contos** . _____

Que de a presente escritura e por conta da ducta disponível da sua herança, doa ao constituinte do segundo outorgante, Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt, as fracções indivisas dos identificados imóveis : _____

Que atribui a esta liberalidade o valor de **cento e cinquenta mil escudos** . _____

E PELO SEGUNDO OUTORGANTE FOI DITO : _____

Que para o seu representado **aceita** a presente doação nos termos sobreditos . _____

ASSIM O DISSERAM E OUTORGARAM . _____

São actualmente proprietários da Ermida de N.ª S.ª da Saúde do Varadouro e Passal: Francisco Joaquim Martins de Bettencourt e sua filha D. Maria da Conceição Paim de Bruges Bettencourt de Meneses Branco; Herberto Bettencourt Dart e irmã D. Maria de Fátima Bettencourt Dart; Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt, com parte doada por sua prima D. Maria de Lourdes Mesquita Pamplona Bettencourt; D. Maria Judite Pamplona Ribeiro Castro e D. Maria de Lourdes Korth Caldeira, casada com António Francisco Caldeira.

Os descendentes destes, continuarão a manter a obrigação de preservar este património que receberam dos seus antecessores, sempre com o maior respeito e dignidade, como até hoje se prova.

PASSAL DA ERMIDA DO VARADOURO

Construído em 1896, do aproveitamento das paredes existentes duma adega, ao longo de mais de um século vem servindo, embora esta hoje antiga casa necessite de obras de consolidação e introdução de certos confortos, como de instalações sanitárias e de banho condignas, bem como uma cozinha conveniente, assim como novos pavimentos a tijoleira na sala e quarto de dormir, etc., à semelhança do feito na sacristia e sanitários da ermida.

Foi em épocas passadas ocupado por sacerdotes, na altura da festa, ou para pequenos períodos de descanso, durante o Verão, posto à disposição, quando o pediam.

Nos anos em que a família Korth se ocupou das solenidades da festa, no passal decorreu o jantar ao clero, uma vez que tanto os Bettencourt como os Pamplona preferiam receber nas suas casas. No presente os Pamplona também já venderam a casa que possuíam no Varadouro.

Actualmente continua a ser usado pelos Korth, isto é, D. Lourdes e António Francisco Caldeira que aqui tem passado longos períodos, ora nos meses estivais ora em crises sísmicas, pelo que em compensação se têm encarregue da sua conservação, retelhando e caiando o imóvel.

Na sala de entrada existe uma mesa do séc. XVII, que dizem ter pertencido a José Silveira Goulart Cyrillo.

Um dos utentes do passal da ermida do Varadouro, por vários anos (entre 1899 e 1915), foi o cónego padre Feliciano António da Silva Reis, natural de Faro, pároco da Praia do Almocharife, orador fluente, famoso e prestigiado pregador do seu tempo, grande amigo da família Rocha Bettencourt, instalando-se, frequentemente, alguns dias no Varadouro, por altura da sua festa, no início de Setembro.

Acompanhavam o padre Reis a sua família, constituída por D. Bárbara Rita da Silva Reis, D. Francisca Rufina da Silva Leal, D. Matilde Adelaide da Silva Leal e seu afilhado Feliciano António da Silva Leal, mais tarde coronel do exército ocupando cargos de relevo na política. A escola do 1º ciclo do ensino básico da freguesia da Matriz, Horta, na alameda Barão de Roches (antiga rua das Árvores) junto à Praça da

República, recebeu o seu nome como patrono, bem como o largo junto ao porto da Praia do Almoxarife.

O padre André Avelino de Sousa, pároco do Capelo, também pernitoou algumas vezes nesta instalação, em alturas que participou nas cerimónias religiosas da festa.

Outro utilizador do passal, apreciando, de quando em vez, passar aí uns dias da época estival, foi monsenhor António Silveira de Medeiros (1884-1973), antigo ouvidor eclesiástico do Faial e pároco de N.ª S.ª das Angústias.

Qualquer dos clérigos mencionados disseram a Missa da Festa ou proferiram o Sermão, assim como os padres Francisco Goulart, José Carlos Faria, José da Costa Nunes (futuro cardeal), Gabriel Soares Furtado, Manuel Simas Cardoso, João Goulart Cardoso, João Pereira da Terra, José Ferreira da Silva, Daniel Azevedo Mello, monsenhor José Pereira da Silva, José Correia da Rosa, José Machado Silvestre, cónego doutor Isaias da Rosa Pereira, Júlio da Rosa, António Joaquim Inácio de Freitas, monsenhor José de Freitas Fortuna, monsenhor cónego José Lima Amaral Mendonça, Tomás Bettencourt Cardoso, António da Rosa Pinheiro, José Pereira Pinheiro, Henrique Pinheiro Escobar, Manuel da Rosa Pereira, António Cardoso, Manuel Francisco Escobar, António Augusto Cardoso, Manuel Silveira Pereira, Manuel Pereira da Rosa, doutor Francisco Carmo, Raimundo Bulcão, Francisco Xavier Silva Bettencourt, João António Bettencourt das Neves e tantos outros (a Missa da Festa é, geralmente, celebrada por três Sacerdotes), cujos nomes não figuram em qualquer registo, mas, que pensamos serem muito mais os sacerdotes que terão participado alguma vez na Festa do Varadouro. Quase todas as sociedades filarmónicas do Faial têm acompanhado a procissão.

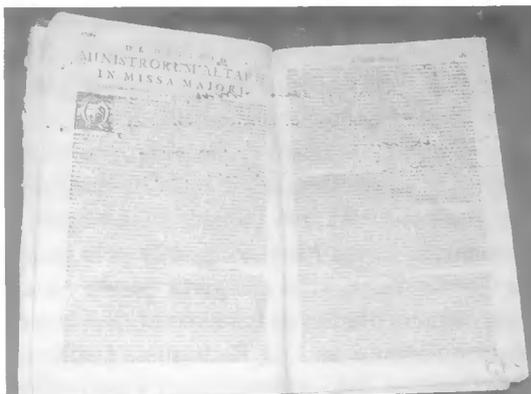
Em 2001 presidiu à concelebração o Bispo d'Angra D. António de Sousa Braga. Foi o primeiro templo do Faial, que se reergueu do sismo de 1998, enquanto as igrejas afectadas continuam por levantar. De salientar o empenho dos seus proprietários, em especial Herberto Bettencourt Dart e a Família Bettencourt, os Korth Caldeira, bem como da Comissão de Apoio às Obras de Reconstrução e suas Delegações nos E.U.A. e Canadá que muito trabalharam na recolha de fundos, permitindo assim o impecável restauro e recuperação da ermida.

Houve anos em que a parte profana da festa, contou com a intervenção de filarmónicas (concertos), bailou-se a chamarrita com acompanhamento à viola por exímios tocadores populares e por vezes contrataram-se cançonetistas, ou exibiram-se tunas locais.

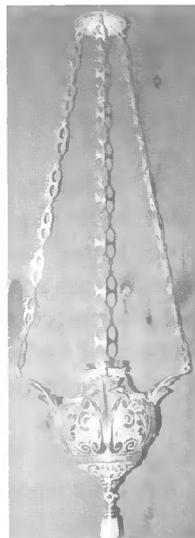
Registamos a passagem, na década de 1970, pela Ermida de N.ª S.ª da Saúde do Varadouro de Sua Alteza Real o Duque de Bragança Dom Duarte Pio João e seus irmãos os Príncipes Infantes Dom Miguel e Dom Henrique que aqui assistiram a uma Missa celebrada pelo padre Júlio da Rosa acolitado por Gastão Armas e em que participaram vários monárquicos, como Francisco Joaquim Martins de Bettencourt, dr. Manuel Linhares d'Andrade, professor António da Luz Rodrigues, professor Ramiro Pereira, José de Melo Quadros, João de Bettencourt Vasconcelos Correia e Ávila, Manuel Correia Gaudêncio, que logo após a Missa se dirigiram à casa de veraneio do Padre Júlio da Rosa na Fajã da Praia do Norte, onde jantaram.



Passal em 1998, após o sismo desse ano. Foto: Nicolau Bettencourt



Missal romano de 1748, oferecido à Ermida de N.ª S.ª da Saúde, pelo cón. hon. António Silveira d'Ávila Furtado, Vigário da Piedade do Pico, em 15.6.1889 por intermédio de J.N.F. Madruga.



Lampadário em prata cinzelada. Tem gravada a inscrição: José Silveira Goulart Cyrillo e esposa 1906
Fotos: Sandra Dart



Estante missal em madeira do Brasil c/ embutidos em marfim. Séc. XVIII. Pert. à Ermida do Varadouro.
Foto: Sandra Dart. 2000



Missal romano de 1887, encadernado. Oferecido por Francisco Cunha a pedido de J.N.F. Madruga. Vale Formoso 24.3.1896. (A humidade estragou-o)
Foto: Nicolau Bettencourt. 1993

Senhoras que se distinguiram em zelo pela Ermida

Desde os tempos de D. Amélia Rocha Bettencourt e depois de sua filha D. Francisca que sempre que faziam a Festa, (de 3 em 3 anos), serviam, após a Procissão, um copioso jantar na Casa dos Bettencourt, cuja tradição se mantém ainda hoje, embora mais reduzido o número de pratos.

Nesses tempos, como o padre Júlio da Rosa lembrou no seu escrito aqui reproduzido, eram de facto cozinhadas extraordinárias iguarias, chegando a contar-se cinco pratos (autentico banquete) rematados com famosas doçarias de origem conventual a que não faltavam o "toucinho do céu", "a barriga de freira" e o "doce de vinagre", para não falar dos doces de frutas e compostos sabiamente confeccionados pelas criadas de "D. Chica Rocha", tudo regado com vinho do melhor e, a terminar, o café produzido na quinta da casa da rua de S. João, Horta, e os licores caseiros da mesma proveniência.

Há anos atrás, era usado um serviço de jantar completo de loiça inglesa, com motivos paisagísticos em tons de azul claro, o maior, da marca F. Primavesi & Sons, Cardiff, Swansea, Newport Mon. e outras peças isoladas (terrinas, molheiras e travessas), igualmente de origem britânica das fábricas Spode, Willeman (- J. F. Willeman, Foley Potteries), etc.

Aqui há tempos, vai para catorze anos, num assalto por arrombamento, perpetrado à casa do Varadouro, então de D. Maria de Lourdes Mesquita Pamplona Bettencourt, estes objectos de valor e outros foram roubados sem deixar rasto. Faziam parte da relação desse furto, comunicado à P.S.P. um trem de chá e café da Vista Alegre.



Varadouro, 1953. Casa dos Bettencourt. D. Francisca Rocha Bettencourt, à varanda, com as suas empregadas Maria Alice Vargas (Maria Gonçalves) Francisca Dutra, Francelina Emília Faria e Irene Xavier.

Os Bettencourt traziam da cidade toalhas de linho ricamente bordadas, um serviço de talheres de prata, bem como copos de vidro meio cristal.

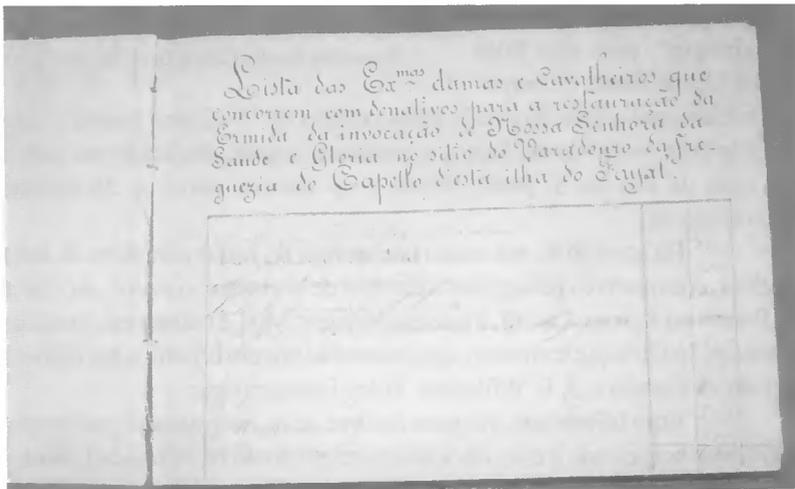
D. Amélia e depois sua filha D. Francisca primavam também na decoração do interior da Ermida e exterior até.

No dia da Festa punham-se colgaduras de tecido adamascado e forramentos no altar, arco, grade e coro alto e tinha-se especial atenção à paramentaria que se apresentava sempre em estado impecável, até as alvas eram brancas como neve.

Aliás D. Aida Martins Bettencourt Dart, pertencente à 3ª geração, manteve esses hábitos e destacou-se.

Embora fossem propriedade particular, como outros pertences, ao longo dos anos, eram postos à disposição das outras famílias encarregues da Festa, sempre que solicitado.

Merecem relevo, também, D. Alfredina Pamplona Ribeiro Teles e D. Maria de Lourdes Korth Caldeira, que sempre se esforçaram para que as "suas" festas corressem com brilho.



Livro incompleto, com folhas arrancadas, registando nomes abreviados de contribuintes para a reconstrução da Ermida, datado de 1891.

FAMÍLIAS PROPRIETÁRIAS DA ERMIDA DO VARADOURO

Os BETTENCOURT, da ilha do Faial, Açores. – Família descendente, por legítima varonia, de António Silveira Bettencourt e de sua mulher, D. Catarina Dutra, da freguesia de Castelo Branco, concelho da Horta, ilha do Faial, que constituíram o tronco principal dos Bettencourt nesta ilha açoriana, onde possuíram vínculo.

O citado António Silveira Bettencourt era irmão de Francisco Brum da Silveira, fidalgo de cota de armas (carta de 4.4.1718 para Ávila, Bettencourt, Peixoto e Carvalho, com timbre de Ávila) e ambos filhos de Manuel d'Ávila Bettencourt, sargento-mór da vila das Lajes, na ilha do Pico, e de sua mulher, D. Isabel Vaz da Silveira; neto paterno de Antão d'Ávila Bettencourt, capitão-mór da referida vila das Lajes do Pico (o qual era descendente de Antão Gonçalves d'Ávila Bettencourt, que de Castela passou à ilha Terceira, c/ descendência nas ilhas do grupo central, entroncada na nobre geração e antiga linhagem dos Bettencourt, da França, com solar e casa na Normandia onde foram srs. de Grainville La Teinturière e Saint-Martin Le Geillard, etc.), e de sua mulher, D. Ágada de Brum da Silveira (a qual era filha de Francisco Peixoto de Carvalho e neta paterna do capitão António de Brum da Silveira e de sua 2ª mulher, D. Brites Evangelho).

De António Silveira Bettencourt e de sua mulher D. Catarina Dutra foi filho suc.^{or} Manuel Silveira Bettencourt, que



Sinete para lacrar (prata e marfim de cachalote)
Séc. XIX (1ª metade)
Brasão dos Bettencourt
Alt. 10,8 cm. Colec. J. B. B.

casou a 5.9.1748 com sua sobrinha (filha de sua irmã D. Maria Jacinta do Sacramento casada com Manuel Dutra de Medeiros) D. Ana Maria da Trindade, sendo bisavós de Joaquim Silveira Bettencourt abaixo nomeado que adquiriu, cerca de 1880, a Manuel Inácio da Silva as ruínas, no sítio do Biscoito, da ermida do Varadouro.

J. S. Bettencourt possuiu várias propriedades no lugar do Varadouro, freguesia do Capelo, sobretudo vinhas, pomares e matos, para além do prédio da sua casa de veraneio que se estendia quase até ao porto novo, áreas agora ocupadas por casas construídas ao longo dos últimos cinquenta anos e que foram vendidas, por Armando Pamplona Bettencourt, e depois por sua filha D. Maria de Lourdes Mesquita Pamplona Bettencourt, aos bocados, hoje o que se denomina lotes para construção.

A família possuía um barco para pesca, bem aparelhado que era guardado em casa própria junto ao porto velho, construção de pedra solta, mas sóbria, A "casa do bote do senhor Honorino" como era conhecida foi demolida nos anos sessenta. Nas traseiras havia vinhas e ao fundo destas uma casa (ao lado da Casa dos Banhos Termiais), hoje de José Paiva

Lima que a comprou a António Miguel, com carros de praça no largo do Bispo e senhora, a professora D. Alice que a adquiriram a Honorino Bettencourt que por sua vez lhe adveio por compra aos herdeiros dum senhor António Xavier. H. R. Bettencourt dela se desfez por sua mulher, D. Belmira, a achar muito debaixo da rocha e ter horror de desprendimentos de terras e pedras (derrocadas). Ao lado por oferta de Honorino Rocha Bettencourt ao senhor Frutuoso Ferreira da Silva, funcionário do Serviço de Obras da C. M. H., de espaço para construção ergueu-se uma casinha de veraneio ali junto



Armário-oratório policromado com decoração vegetalizada, em madeira de cedro dos Açores. Séc. XVII.

Dim. 153 X 73 cm. Pertenceu a J. S. Bettencourt. Colec. J. B. B.

Foto: F.J.M.B. Horta 1964

ao porto, usufruída depois pela filha D. Maria da Conceição Ferreira da Silva (D. Mimi) e marido, o professor primário Nestor Garcia Lôbo Ávila que foi língua da Inspeção de Saúde da Horta (falava correntemente inglês, alemão, grego, francês, italiano, espanhol e esperanto) e filha D. Maria Ema Lobo, que não têm qualquer parentesco com Nestor Madrugá, da ermida.

Ainda próximo do porto velho, para além da casa do guarda fiscal, havia uma que por via dum temporal foi reconstruída, mais recuada, isto no início do séc. XX, e depois foi demolida quando fizeram o actual Balneário das Termas, pertencente a umas irmãs velhotas que no jardim fronteiro cultivavam "ervas medicinais" e havia bálsamo à roda.

Os pescadores, para dormir, usavam o sotão do barracão do barco do sr. Honorino.

Residentes no Varadouro, na faina do mar, não havia muitos. Existiam no início do séc. XX duas famílias conhecidas de pescadores, aí radicadas: a dos Matarecos que moravam quase à entrada do Caminho da Formosinha, 2ª casa, pois a 1ª era do sogro do sr. Óscar Garcia de Lemos, agora do filho prof. Alberto Lemos e a dos Serrilhas que tinham a sua casa quase em frente à porta principal da Ermida. Já a conheci em ruínas, onde um descendente, Jorge Vieira, construiu uma vivenda há poucos anos.

Um destes Matarecos foi amigo de infância do meu avô que intercedeu por ele e o fez regressar de uma pena de degredo em África por ter morto um indivíduo numa desavença.

Junto à casa, conhecida por Metrozíderos actualmente na posse de Herberto Bettencourt Dart, nas traseiras, subsistem ainda frondosos metrozíderos, dos mais velhos existentes no Faial.

Aliás este



Varadouro. Antiga casa de J.S. Bettencourt hoje do seu bisneto Herberto Bettencourt Dart. Foto: Sandra Dart 1999.

sítio foi sempre muito procurado para merendas, o que acabou por desagradar aos detentores que o tiveram de vedar ao público para obstar o péssimo estado em que era deixado todo o espaço, pelos pouco escrupulosos utentes que lá deixavam lixo em abundância, sobretudo a partir dos anos sessenta, com o aparecimento das garrafas de tara perdida e dos plásticos.

Os Bettencourt são das mais antigas famílias que passavam o Verão no Varadouro, famílias essas que não excediam a meia dúzia no virar do século XIX para o XX, e as mais importantes eram precisamente as quatro que reergueram o templo para a celebração dos ofícios religiosos durante o tempo estival que aqui permaneciam.

D. Amélia Augusta Rocha Bettencourt pedira a seu marido, após a compra das ruínas da ermida que a transferisse para junto da casa, para melhor cómodo dos seus.

Porém ao terem conhecimento dessa intenção, logo as famílias Pamplona, Madruga e Cyrillo se propuseram ajudar na reconstrução do



Varadouro. Panorâmica do início do Séc. XX. Ao fundo a casa e vinhas de J. S. Bettencourt onde este em 1881 introduziu bacelos de Cabernet Sauvignon

templo se anuissem os seus novos donos em levantá-la no lugar de origem que se tornava mais central para todos, pelo que houve total entendimento tanto mais que todos se conheciam e existiam laços de parentesco entre algumas destas pessoas.

Joaquim Silveira Bettencourt introduziu, por volta de 1881, nos seus prédios de vinha, no Varadouro, bacelos de Cabernet Sauvignon. Curiosamente, alguns destes terão sido enviados de Bordéus, através dum tio de sua mulher, José Ferreira Rocha, que vivia em França naquela cidade e outros terão vindo da Califórnia, expedidos por parentes residentes nos Estados Unidos da América.

A mais aclamada das castas internacionais tem a notável particularidade de, onde quer que esteja plantada, dar origem a vinhos de aromas e sabores bem característicos, imediatamente identificáveis com a uva de origem.

Relativamente fácil de grangear, embora necessitando de alguns cuidados, sobretudo tratamentos, experimentou ali o seu cultivo notável êxito, tratando-se de uma casta vigorosa, com uma vegetação abundante, de aspecto verde (alface) muito saudável e permitindo poda curta.

Segundo Honorino Rocha Bettencourt dizia, não era particularmente das mais sensíveis ao mildio e oídio e, pelo contrário, resistia satisfatoriamente às podridões do cacho em zonas húmidas do litoral ou em vindimas chuvosas como acontece frequentemente no Varadouro.

Um dos problemas maiores tinha e tem a ver com a longevidade das vinhas, pois envelhece mal, por sensível às doenças do lenho. As vinhas de Cabernet Sauvignon raramente ultrapassam a média dos 25 anos em climas húmidos – após o que evidenciam falhas no povoamento. Atingiam 12 graus de álcool provável, às vezes mais.

Os vinhos produzidos desta casta em que sobressai a côr negra carregada de tanino, não eram bebidos de imediato, tal como o Ramisco (Colares). Depois de estágio em madeira importada de bordo ou carvalho americano, eram engarrafados (garrafas de vidro escuro acastanhado). A produção do Varadouro não ultrapassava as 300 garrafas em anos bons.

Uva carregada de pele grossa, produzia, no Varadouro, vinho escuro e cheio de sabor, especialmente notável pelo seu gosto a groselha preta, cedro, caixa de charutos ou mina de lápis.

Manteve-se razoavelmente, com substituições das cepas, até 1920, altura em que começa em declínio, por abandono.

Havia uma adega bem apetrechada na casa dos Bettencourt, que a pouco e pouco foi desmantelada para passar a arrecadação. Por volta de 1958 foi vendido por Armando Pamplona Bettencourt o alambique assim também o que restava do vasilhame e outros utensílios afins que começavam a perder-se pelo desuso.

Facto curioso o de meu avô Honorino afirmar que uma das vinhas plantada de bacelos de Cabernet Sauvignon que melhor produzia era uma que ficava no Caminho Velho, entre Canadas. Por sinal hoje é minha, sendo este prédio fronteiro a uma adega que pertenceu a Herculano Goulart, que aí confeccionava para amigos o melhor caldo de peixe que alguma vez degustei, de fama apregoada por todos os que tiveram a dita de o provar. Esta sopa de pão era deliciosa, divinal e foi o primo do dono da "casa", o Alberto Lemos, quem proporcionou o convite para as três ou quatro vezes que aí fomos, isto na década de sessenta.

O maior produtor, em quantidade, de vinho no Varadouro foi João Inácio da Silva, natural da Graciosa, comerciante, fundador da Casa das Casimiras no Largo da Matriz. Replantou, nos anos vinte, de Isabella, o seu prédio de razoável dimensão e construiu uma boa adega, ao outro lado do caminho, defronte da sua casa. Chegou a fazer 25 pipas.

Foi pioneiro como armador da pesca à albacora no Faial, construindo a traineira "Garça".

Os amigos da família Bettencourt, especialmente por altura da festa de Setembro, compareciam no Varadouro a participar na Missa Solene e Procissão e eram convidados para almoçar na casa dos Metrozíderos.



Varadouro, 1918. Casa dos Bettencourt.
D. Amélia R. Bettencourt com os filhos
Joaquim e D. Francisca, a nora D. Belmira,
a neta D. Aida e ainda o Cónego Reis e família
e o sr. Alberto Leal (de pé)

Entre esses evidenciavam-se, para além do cónego Reis e família, o senhor Alberto Leal, que foi proprietário do monte Queimado e de várias casas na rua Nova das Angústias. Era parente do Duque d' Ávila e Bolama António José de Ávila, deixando os seus bens, visto ser solteiro, ao 2º Marquês general António José de Ávila, (sobrinho do maior estadista faialense) e senhora, que não tiveram geração, pelo que esses prédios caíram em mãos diversas que os venderam.

Outros habituais, eram os Viscondes Borges da Silva que viajavam num Ford modelo T (Ford "ponta pé", como ficou conhecido este popular automóvel). Os Borges da Silva eram abastados e a sua casa da Horta ficava na rua D. Pedro IV, com os actuais números de polícia 23 a 27, ao lado da antiga Biblioteca Municipal. Alfredo Borges da Silva, bacharelado em direito pela Univ. de Coimbra, juiz substituto, etc. foi grande benemérito da sua terra, a Horta. Era casado com D. Maria da Nazaré de Bettencourt, filha de António de Bettencourt Cardoso Machado e D. Josefa Carlota Soares. O 2º Visconde, Alonso de Bettencourt Borges da Silva, falecido em 1932, seguiu a carreira diplomática.



Os 1.ºs Viscondes Borges da Silva
Fotos: J. Goulart Cardoso, Horta 1907



N. SENHORA DE BITANCOURT

Vulgarmente chamada N. Senhora a Grande que se venera na Basilica de Santa Maria Maior em Lisboa

Serigrafia de N.ª S.ª de Bettencourt s/ papel. Dim. mancha 42 X 29 cm.

Nossa Senhora de Bettencourt

Na casa de meu avô Honorino Rocha Bettencourt, no largo do Bispo (Frei D. Alexandre de Sagrada Família - tio de Almeida Garrett), Horta, sempre me lembro da existência de uma gravura antiga (do século XVIII), emoldurada, de Nossa Senhora de Bettencourt, pela qual sempre houve carinhosa devoção por ser considerada a Santa protectora da nossa família.

Essa estampa apresenta os dizeres – em cima: Fecit mihi magna qui potens est. (Fez-me grande aquele que é poderoso (Magnicat – S. Lucas); em baixo: N. Senhora de Bitancourt vulgarmente chamada N. Senhora a Grande, que se venera na Basílica de Santa Maria Maior em Lisboa.

Ernesto Soares no seu "Inventário da Colecção de Registos dos Santos", Lisboa 1955, não faz qualquer menção ao de N.^a S.^a de Bettencourt.

Porém, a obra "Invocação de Nossa Senhora em Portugal de Aquém e Além-Mar e seu Padroado" do padre Jacinto dos Reis, Lisboa 1967, refere a p. 96 e 97:

Nossa Senhora de Bettencourt

"O terceiro altar do transepto da Sé de Lisboa era de N.^a S.^a a Grande, ou de Bettencourt, como «ainda no século passado se lhe chamava». (*Lisboa Antiga*, vol. VI, ed. 1936).

A *Gazeta de Lisboa* (n.º 28, de 12 de Julho de 1746), citada por Júlio de Castilho, informava que no dia 2 do mesmo mês a rainha, a princesa, a princesa da Beira e as infantas D. Maria Ana e D. Maria Francisca Doroteia foram fazer oração a *Nossa Senhora de Bettencourt*.

Esta invocação parece ter tido origem no facto de a imagem ser trazida da «cidade de Bettencourt, Normandia, (França) pelo célebre Martim Afonso de Sousa», que fora Vice-Rei da Índia no tempo de D. Manuel.

O *Santuário Mariano* (tom. I,) acrescentou que a imagem teria sido comprada a um herege para evitar a sua profanação".

Recordo-me, numa visita à Sé Patriarcal de Lisboa, em 1962 com meu Pai, na companhia dos cónegos D. João de Castro (Nova Goa) e prof. doutor Isaías da Rosa Pereira (faialense natural da freguesia do Salão que foi professor da Univ. Católica e Vice-Presidente da Academia Portuguesa de História) termos pedido para o primeiro nos mostrar a imagem de N.ª S.ª de Bettencourt, escultura grande, que se encontrava numa dependência desta Sé e que tinha a cabeça partida, ao que se dizia, pelo terramoto de 1755.

A estampa mencionada foi, sem dúvida, inspirada nesta imagem.

No Verão de 1987, pedi ao artista Lizuarte António Pereira Borges, natural da ilha de S. Jorge, meu prezado amigo e camarada de armas na obrigação militar (recruta e especialidade), sócio-gerente da Ideográfica, empresa localizada em Alfragide (Amadora), para fazermos uma edição do registo de N.ª S.ª de Bettencourt, o que logo se prontificou a executar, concebendo uma serigrafia, que neste trabalho ora se reproduz e teve uma tiragem de cinquenta exemplares, que me ofereceu em 1988 e destinei a familiares, encontrando-se esgotada.

Na Ermida do Varadouro, existe uma destas serigrafias, devidamente emoldurada, em oferta do seu editor, Jácome de Bruges Bettencourt.

Santa desta invocação parece ter havido, igualmente, uma na Madeira, no século XVII.

Ainda relativamente a esta família, conheço e possuo cópia de uma excelente gravura italiana do século XVIII, oferecida por João Goulart Bettencourt, residente no Estoril, que deu outra a meu primo João Bettencourt de Vasconcelos e Ávila, faialense como nós, que em vida morou no Porto Alto, Samora Correia, alusiva ao irmão Pedro de San José de Betancur, natural de Tenerife, Canárias, que desenvolveu na Guatemala extraordinária acção missionária, fundando em 1583, a Ordem Hospitalar dos Bethlemitas. As suas virtudes e milagres que operou, exaltados pelo Papa Clemente XIV em 1771, fazem prever a sua canonização.

O Cálice do Bispo

Só em 1990 conseguimos decifrar as armas gravadas na base do presente cálice de prata dourada, cujo estilo nos remetia seguramente para o século XVII.

Felizmente, este cálice chegou até nós guardado religiosamente, há mais de 150 anos, por família tradicional faialense, os Bettencourt.

Após ter pertencido, ao que nos parece, à igreja do Mosteiro de N^a Sr^a da Glória, da Horta, passou como oferta da antiga madre abadessa, a D. Melânia Bernardina de Sousa, mulher de António Ferreira Rocha, mais tarde presidente da Câmara da Horta, cônsul do Brasil e Uruguai, abastado proprietário, negociante por grosso e armador de navios com carreira para o Brasil (onde vivera e possuía prédios na Bahia) e E.U.A.



Cálice em prata dourada.
Altura 24 cm. Diâmetro da
base 14,5 cm. Sem marcas ou
punções. Peso 560 grs.

Já em 1837, altura em que Ferreira Rocha procedia a melhoramentos e introdução de confortos na sua propriedade, designada por "Cerca" da Fajã da Praia do Norte, que produzia óptimo vinho verde, este cálice era usado na ermida de N^a Sr^a da Penha de França da Fajã, com outras alfaias do oratório da casa da Horta.

Sua filha D. Amélia Augusta Rocha Bettencourt, cujo marido, Joaquim Silveira Bettencourt, comprara e reconstruía com a ajuda doutros, a ermida de N^a Sr^a da Saúde do Varadouro, Capelo, manda aí utilizá-lo "em dias festivos", possivelmente por estar dotado este templo com outro cálice de menor valor para o serviço ordinário. Ela chama-o então por "cálice do bispo".

Que fora dum bispo, não restavam dúvidas pelo chapéu e borlas que compõem o brasão aí representado.

Mas a que bispo pertencera?

Como se sabe, a heráldica dos bispos portugueses tem sido pouco estudada e a dos Bispos de Angra muito menos. A iconografia existente na galeria dos bispos na Sé de Angra é pobre na matéria, ostentando brasão somente o retrato de D. Fr. José de Avé Maria Leite Costa e Silva.

Sinetes e selos não abundam, bem como louças ou ex-libris armoados

desconhecem-se. Recordo-me de acompanhar minha mãe em visita à nossa parente D. Maria Neves, ao palacete de Sant'Ana e tomar-mos chá em chávenas chinesas com armas de D. José da Costa Nunes, Bispo de Macau, q. teve o dr. Neves, mesmo maçon, como padrinho da sua ordenação episcopal, na Matriz da Horta. Dou razão, apenas, de 1 jazigo c. brasão, no cemit. do Carmo (Horta) do Card. Costa Nunes, outro no cemit. do Livramento (Angra) de D. João Maria Pereira do Amaral e Pimentel, 28º Bpº. d'Angra e um mausoléu no mesmo lugar, de D. Manuel Damasceno da Costa, 33º Bpº. d'Angra, mais 1 ou 2 pedras sepulcrais e duma casa com armas episcopais, na Aqualva, de D. Manuel Gaspar de Faria que me lembre, nos Açores.

É evidente que a presente composição heráldica é uma mistura de armas de família e armas de fé. Aliás a cruz do calvário foi muito usada nesta época (segundo opina Luiz Paiva Raposo Ferros – Conde de Felgueiras, a quem pedi parecer como dos mais competentes técnicos na matéria). Talvez por influência das armas do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição. Luiz Ferros lembra ainda um bispo contemporâneo, de Viseu, que a usou sobre as armas da sua família, um pleno de Ataíde.

O dr. Francisco de Simas Alves de Azevedo, de quem igualmente me socorri, chama a atenção para outro bispo, falecido em 1617, do Porto, D. Gonçalo de Morais, com semelhante cruz brocante no seu brasão.

O escudo é cortado I RIBEIRO (as armas aqui estão simplificadas, pois deveriam ser esquarteladas: 1 e 4 de ouro, três palas de vermelho (Lima) e 2 e 3 de negro com três faixas veiradas de vermelho e prata (Vasconcelos). II partido: 1º GARCÉS de prata, três faixas de vermelho, bordadura do mesmo carregada de 8 aspas de ouro; 2º BARBOSA: de prata, banda azul carregada de três crescentes de ouro assaltada por dois leões de púrpura. Brocante sobre a linha de partição uma cruz do calvário com o respectivo monte provavelmente de sua cor. Contra-chefe de difícil compreensão, uma vez que armas de família não são, cremos serem de fé, inspiradas possivelmente na Sagrada Escritura.



Pormenor das armas gravadas na base do cálice. Diâmetro 3,2 cm. Colec. J.B.B.

Foto: T.F. Andrade. 1990

De ordem religiosa excluímos tal hipótese, tanto mais que D. Augustinho Ribeiro não era clérigo regular, mas ao que parece do hábito de S. Pedro.

O chapéu com cordões de 3 ordens de borlas corresponde à dignidade episcopal de que o armigerado estava revestido.

D. Augustinho Ribeiro foi 10º Bispo d'Angra (1613 a 1621), nasceu na cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos cerca de 1560, como tal foi o primeiro bispo natural do Brasil e antes da sua vinda para a Terceira fora Bispo de Tânger e Ceuta (1602 a 1613). Era licenciado em Teologia, orador fluente e erudito, muito desprendido de bens, viveu pobre e santamente.

Visitou o Faial em Maio de 1616, intercedendo favoravelmente em obras nos templos, conventos e Colégio dos Jesuítas desta ilha.

Morreu em Angra a 12 de Julho de 1621, ficando sepultado na capela-mór da Sé, onde já repousavam quatro dos seus antecessores.

Quase dois anos depois (1992), curiosamente, após multiplas investigações que levaram tempo, e a providencial ajuda do bom amigo e confrade Luís Ferros conseguimos também decifrar as armas e identificar o utente do brasão existente no jarro e prato (em prata) pertencente ao tesouro da Sé Catedral de Angra.

Trata-se do brasão de armas de D. Frei Luís da Santa Teresa, frade carmelita descalço, nomeado 7º Bispo de Olinda e Pernambuco (Brasil) a 5.9.1738, falecido em Lisboa a 17.11.1757.



Varadouro, 1935. Aspecto da Procissão de N.ª S.ª da Saúde. Foto: F.J.M.B.

Eu, Vice Consúl da Nação Portuguesa em Boston, e mais
Portos dos Estados de Massachusetts, New Hampshire, &c.

Faço saber aos que este passaporte virem, que d'esta Cidade segue viagem
para *St. Mary de Arca, Saguen*

de Saint-Petersbourg
natural de *Fayal* de idade

Vinte e cinco annos, de occupação *Marinheiro* na

Escuna Americana denominado *E.R. Sawyer*

de que he Mestre *Harrell* e para que se lhe não ponha

impedimento, lhe concedo o presente passaporte por mim assignado e sellado com o

Sello d'este Vice Consulado.

Dado e passado em Boston a *14* de *Março* de 18 *54*

J. S. Bettencourt
Vice Consul
Porto

(Assignatura do portador.)

Passaporte usado por J. S. Bettencourt no seu regresso ao Faial em 1854.
No verso apresenta carimbo do Governo Civil da Horta e Visto rubricado pelo
Governador Luiz Teixeira de Sampayo de 6 de Abril do mesmo ano. Confirmei no
Livro de Autos de Entrada de Navios da Estação de Saúde da Horta (B.P.A.R.H.)
que a escuna americana "E.R. Sawyer" deu efectivamente entrada no porto
da Horta em 4 de Abril depois de 17 dias de viagem, precedente de Boston.

OS AZULEIROS

Folha semanal, politica e noticiosa.

ASSIGNATURAS—Anno 1884 de 1250 rs. semestral, 9600 rs. trimestral, 3840 rs. Annuo, 5760 rs. Para fora da ilha acrescenta-se o porte do correio.

EDITOR—J. S. de Belemourt.

PREZACAOES—No centro do jornal, 40 reis a folha. Na sociedade do anno 1884, 1000 rs. e 1000 rs. de mais.

HORTA

A' vista da maneira desrespeitada pela qual o sr. Fontes se está agarrando aos honrosos de poder, reconhece-se claramente que o grande honra, para satisfazer a sua estúpida vaidade, ou para obedição ás imposições de alguém mais superiormente collocado, não quer calar sem deixar feitas as *financas* reformas politicas, cujo projecto já apresenton á adunção da camara dos deputados, e ao risomura das garras; e isto faz com que este assumpto, que já estava posto de não por folto, de interesse, torne a mercor que se volte para elle a attenção, e que se lhe debratem alguns períodos.

Carta durante os próximos quatro annos, disposição absurda, que faz lembrar as leis dos velhos monarchas do direito divino, mas quasi era prohibido aos successores e descendentes o fazer-lhes a menor alteração, e que não pode ser respeitada, porque se é permitido legislar para o futuro, não é lícito vedar que no futuro se legisle tambem adim de acudir ás novas necessidades que se manifestam no organismo social.

São isto as falladas reformas que o sr. Fontes tem em fazer para acalmar a febre reformadora; e basta este rapido resumo para parecerem que ellas não passam de uma indolente burla, cujo resultado será apenas irritar o povo, compaumentar mais o al-

carecidos vagos de Beja e Lanhão. Pelo primeiro, foi eleito o sr. Luciano Cordeiro, um dos reges da Beira, e pelo segundo o sr. Julio de Vilhena.

Foi eleita pela camara dos deputados a commissão que, ha de dar parecer sobre a rarchica proposta de reformas politicas, composta de 19 membros, sendo presidente o sr. Dias Paiva.

Esta commissão já teve algumas sessões, em que foi approvada a redacção de alguns artigos da proposta, porém ultimamente levantaram-se grandes divergencias de opinião entre os ministros e os membros da commissão, de forma que foi necessario adiar a discussão.

Fac-simile dum número de *O Atlantico*, scintariário que pertenceu a J. S. Bettencourt, affecto politicamente ao Partido Progressista.



Varadouro. Verão de 1888. J. S. Bettencourt e D. Amélia Augusta Rocha Bettencourt com os filhos Joaquim, D. Francisca, Honorino e Armando no seu prédio.

Descendência de Joaquim Silveira Bettencourt



J. S. Bettencourt e D. Amélia Rocha Bettencourt
Foto: A. Ribeiro. 1892



Retrato a carvão

Joaquim Silveira Bettencourt, proprietário, emigrado uma década nos E.U.A. atravessando, de uma ponta à outra, as costas Leste e Oeste, trabalhou em minas e viajou como baleeiro e aventureiro, regressando ao Faial em 1854. Foi director e editor de *O Atlantico* órgão do Partido Progressista que começou a ser publicado

na Horta a 23 de Janeiro de 1862, às 5^{as} feiras, tendo então à frente João José da Graça, depois o dr. Manuel Francisco de Medeiros, passando a partir do nº 47, do sétimo ano, 1^a série, a ser da responsabilidade de J. S. Bettencourt, n. freg. Santa Catarina de Castelo Branco a 12.2.1822, f. freg. Matriz, Horta a 3.10.1893 filho de Estulano Inácio de Bettencourt e D. Francisca Cordula de Bettencourt, neto paterno do alferes Manoel Silveira de Bettencourt e D. Ana Felizarda e materno de Manoel d'Utra Goulart e D. Ana Joaquina, c. freg. Matriz, Horta, ig. N.ª S.ª Monte do Carmo a 29.11.1865, com D. Amélia Augusta Rocha, n. freg. Matriz, Horta a 6.2.1836, f. ib. a 20.9.1927, filha de António José Ferreira Rocha, proprietário, armador de navios com carreiras para o Brasil e América do Norte, comerciante, presidente da C. M. H., vice-cônsul do Brasil e Uruguai, n. Porto em 1796 e f. freg. Matriz, Horta a 25.10.1884 e sua mulher D. Melânia Bernardina de Sousa, n. Santa Victória, Bahia em 1800 e f. freg. Matriz, Horta a 2.5.1857.

Filhos:

Joaquim Rocha Bettencourt, administrador do concelho das Lajes do Pico, chefe de repartição das Finanças, n. freg. Matriz, Horta a 18.5.1868 e f. ib. a 27.5.1930.

Eduardo Rocha Bettencourt, n. freg. Matriz, Horta a 28.4.1870 e f. ib. a 18.7.1870.

Armando Rocha Bettencourt, chefe de repartição das Finanças, proprietário, n. freg. Matriz, Horta a 26.7.1871, f. ib. a 30.1.1951, c. ib. a 5.10.1893 com D. Maria Tereza Goulart Pamplona Moniz Corte-Real, n. ib. a 22.8.1872 e f. ib. 17.3.1955, filha de Francisco Ribeiro Pamplona Corte-Real e mulher D. Hermenegilda Goulart (Cf. descendência de Francisco Pamplona Corte-Real).



Armando R. Bettencourt
e D. Maria Tereza Pamplona
Foto: 1894

Filho:

Armando Pamplona Bettencourt, oficial da Secretaria da C.M.H., proprietário, n. freg. da Madalena, Pico, a 18.8.1900 e f. freg. Matriz, Horta a 30.6.1977, c. freg. da Madalena, Pico a 26.7.1928 com sua prima D. Maria de Lourdes de Lacerda e Oliveira de Mesquita, n. ib. a 6.3.1905 e f. freg. Matriz, Horta a 15.11.1929, filha de Artur de Oliveira Mesquita e mulher D. Maria da Cruz de Lacerda e Oliveira.

Tiveram:

D. Maria de Lourdes Mesquita Pamplona Bettencourt, n. freg. Matriz, Horta a 8.11.1929, solteira.

Honorino Rocha Bettencourt, administrador do concelho da Horta, chefe de secretaria da função pública, proprietário, monárquico convicto, n. freg. Matriz, Horta a 24.10.1873 e f. ib. a 2.10.1952, c. ig. Matriz de S. Sebastião, Ponta Delgada, a 7.10.1907 com D. Belmira da Costa Martins, n. freg. S. Mamede, Lisboa a 25.10.1884 e f. freg. Matriz, Horta a 20.4.1939, filha do coronel do estado maior de infantaria Francisco Augusto da Costa Martins, q.

entre var. cargos foi comdt. do 4.º Grupo Metralhadoras de Inf.^a de Elvas e Estremoz. Comdt. do Reg. Inf.^a nº 25 de Angra e R.I. nº 4 de Faro, etc., agraciado em 1.7.1898 pelo rei D. Carlos I com o grau de cavaleiro da Real Ordem Militar de S. Bento de Aviz, elevado a gr. oficial,



Honorino Rocha Bettencourt
e D. Belmira da Costa Martins Bettencourt
Fotos: 1907

por D. Manuel II em 1.1.1910, medalha de prata classe comportamento exemplar, etc., distinto colecionador numismata, foi presidente da C.M.H., exercendo a missão aquando o terramoto de 1926, n. freg. Sé, Angra a 4.10.1858, f. freg. Matriz, Horta a 18.4.1938 e mulher D. Maria da Conceição Lopes Martins, n. freg. S. Bento, Angra a 20.11.1857 e f. freg. Matriz, Horta a 25.12.1939.

Tiveram:

D. Aida Martins Bettencourt, n. freg. Matriz, Horta, a 8.9.1908 e f. ib. a 17.3.1985, c. ig. N.^a S.^a da Luz, freg. Flamengos, Faial a 4.6.1932 com Alfredo Guiod Dart, n. freg. Matriz, Horta a 31.8.1897 e f. ib. a 17.1.1973, filho de Thomas William Robert Dart, cônsul da Grã-Bretanha no Faial e mulher D. Alfredina Emily Guiod.

Tiveram:

D. Maria de Fátima Bettencourt Dart, licenciada em 1956 em filologia românica na Fac. Letras Univ. Lisboa, apresentando a notável dissertação de reflexão sobre a literatura açoriana, ainda inédita: "Um poeta açoreano: Roberto de Mesquita", paralelamente com o curso de

ciências pedagógicas. Posteriormente, concluiu o estágio pedagógico (1974-1975). No estrangeiro obteve os diplomas: Paris (1961-1962) Univ. Sorbonne: Certificat pratique de langue française; Diplôme d'études françaises. Alliance Française: Diplôme Supérieur d'Études Françaises Modernes; Certificat d'initiation à la civilisation française; Brevet d'aptitude à l'enseignement du français hors de France. London (1962-1963) The Pitman School of English Language, Advance Level, Strasbourg (1964-1965) Faculté des Lettres: Diplôme Supérieur d'Études Françaises,

admis en équivalence du Certificat d'études littéraires générales en vue de la Licence-ès-Lettres. Marburg/Lahn S/S (1966) Philipps-Universitaet: Deutsch fuer auslaendische Studierende; Sprachkurs fuer auslaendische Studierende. Deu aulas no Liceu da Horta, (1956-1961 e 1963-1964). Funcionária em Marburg/Lahn (R.F.A.) na Staatsbibliothek der Stiftung Preussischer Kulturbesitz (1966-1969); Professora de Francês em Colónia (R.F.A.) na Aufbau-realschule fuer Jungen und Maedchen Niederichstrasse 1-3 (1970-1974). Depois da Revolução de Abril/74 regressa a Portugal. Actualmente lecciona na Escola Secundária D. Filipa de Lencastre, Lisboa, onde se encontra, como professora efectiva, desde 1982. Foi correspondente do "Comércio do Funchal" na R.F.A., tendo publicado aí interessantes trabalhos. Participou com comunicações em congressos e traduziu para



O coronel Francisco Martins com os netos D. Aida Dart e Francisco Bettencourt e bisneta D. M.ª de Fátima Dart

Foto: J. Goulart Cardoso. 1934

francês importantes publicações, entre elas *Lisbonne-Guide historique et touristique*, Ed. Margrap, 1987. Traduziu algumas obras francesas de carácter pedagógico para portugueses (Associação de Professores de Português) e fez traduções do alemão para a Radiotelevisão Portuguesa, como Série Lass mal sehen, Ep. 1, Ep. 2 e Ep. 3; Série Itinerários Artísticos, Ep. Die Provence, etc. Pertence ao Sindicato Nacional dos Professores Licenciados, Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Associação de Professores de Francês, Associação de Professores de Português de que foi dirigente e Associação de Solidariedade Social dos Professores, presidente do Conselho Fiscal de Associação N.ª S.ª da Saúde do Varadouro, n. freg. Matriz, Horta a 16.9.1933.

Herberto Bettencourt Dart, bancário aposentado, iniciou carreira na C.G.D., depois coordenador dos Serviços de Emigração do B.P.A. para os Açores, sindicalista, deputado municipal H.^{ia} (1979-1982), vereador (1968-1971) e presidente da C.M.H. (1982-1990), chefe de gabinete do presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, presidente da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia da Horta, membro Comissão Restauro igr.^{as} S. Franc.^o e Matriz, H.^{ia}, presidente da Direcção da Associação N.ª S.ª da Saúde do Varadouro, etc., n. freg. Matriz, Horta a 13.2.1936, c. 1ª vez, freg. Capelo, Faial, ermida de N.ª S.ª da Saúde, Varadouro, a 18.11.1968, com D. Olga Maria Pamplona Ribeiro, funcionária administrativa da antiga Junta Geral do Distrito Autónomo da Horta, n. freg. Matriz, Horta a 11.6.1931 e f. ib. a 9.2.1980, filha de Francisco Calheiros de Menezes e mulher D. Maria Ema de Mesquita Pamplona; c. 2ª vez, freg. Matriz, Horta, ig. S. Francisco a 16.8.1980 com D. Carmina dos Santos Moniz, bancária (aposentada do B.P.A.), n. freg. Flamengos, Faial a 20.1.1944, filha de Carmindo dos Santos e mulher D. Maria da Luz Moniz. C. g. do 1º matrimónio: (Cf. descendência de Francisco Pamplona Corte-Real).

Francisco Joaquim Martins de Bettencourt, chefe de repartição, aposentado, da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, presidente da direcção da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Horta (vários mandatos), proprietário, vogal da Direcção da antiga Empresa de Iluminação Eléctrica da Horta como accionista, membro da direcção da Casa dos Açores em Lisboa, delegado da Causa Monárquica no Faial, sócio do Núcleo Cultural da Horta etc., n. freg. Matriz, Horta a 13.12.1919, c. freg. Capelo, Faial, ermida de N.^a S.^a da Saúde, Varadouro, a 28.2.1944, (data burocrática porque na verdade a cerimónia teve lugar a 24 anterior) com D. Maria Clara Parreira Paim de Bruges Bettencourt, n. freg. S. Pedro, Angra, a 6.8.1920, f. freg. N.^a S.^a Conceição, Angra a 31.5.1994, filha de Diogo da Câmara Paim de Ornelas Bruges, administrador do Concelho de Angra, comissário da Polícia, secretário do Governo Civil do Distrito de Angra do Heroísmo, professor do Liceu de Angra, aux. de seu pai na chefia do Partido Progressista no dist. Angra, jornalista, concluiu o curso do Real Colégio Militar, Luz, Lisboa em 1883-84 ficando habilitado para entrar na escola do exército com o grau de distinção em todas as cadeiras e obteve a medalha de prata do R.C.M. Frequentou a Escola Politécnica de Lisboa em 1889-90 e a Fac. Matemática, Univ. de Coimbra 1884-89. Esteve ligado à revista literária vanguardista dos simbolistas, "Os Insubmissos" da Univ. Coimbra como editor, cujo n.º 1 saíu em meados de Fevereiro de 1889, onde pontificavam Francisco Bastos, Eugénio de Castro e João de Menezes, n. freg. S. Bento, Angra a 26.7.1866, foi bapt. ig. Sta. Luzia, Angra a 15.9.1866, tendo como padrinhos os Condes da Praia da Vitória e Viscondes de Bruges, seus avós, f. freg. Conceição, Angra a 15.3.1930, e mulher, D. Maria Clara de Menezes Parreira Paim de Bruges, n. freg. N.^a S.^a da Conceição, Angra a 28.7.1886, f. ib. a 4.12.1933.

Filhos:

Diogo Augusto Paim de Bruges Bettencourt, n. freg. Matriz, Horta a 23.11.1944.



Varadouro, Capelo 24.2.1944. Na Casa dos Bettencourt após a celebração do casamento de D. Maria Clara Parreira Paim de Bruges Bettencourt com Francisco Joaquim Martins de Bettencourt na Ermida de N.ª S.ª da Saúde.

Da esquerda para a direita: D. Maria de Lourdes Mesquita Pamplona Bettencourt, D. Aida Martins Bettencourt Guiod Dart, Pedro Parreira Paim de Bruges (tenente miliciano), Mário Teles Ribeiro, Padre José Correia da Rosa, Alfredo Guiod Dart, Honorino Rocha Bettencourt, Manuel Goulart de Medeiros da Rosa, D. Maria Rocha Gabriel Fontes Ferreira, Armando Rocha Bettencourt, D. Ida Rocha do Amaral, D. Maria Tereza Goulart Pamplona Moniz Corte-Real Bettencourt, D. Francisca Rocha Bettencourt, Armando Pamplona Bettencourt e Padre André Avelino de Sousa.

Meninos: Maria de Fátima Bettencourt Dart e Herberto Bettencourt Dart

Foto: Júlio Vitorino



Ex-líbris heráldicos usados por três gerações da Família Bettencourt do Faial

Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt, cursou a Escola de Regentes Agrícolas de Évora, cônsul honorário da República de Cabo Verde nos Açores, técnico especialista principal da C.M.A.H., vice-presidente da Comissão Administrativa da antiga Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo (1974-75), provedor da Santa Casa da Misericórdia de Angra (1974-75), vogal da antiga Comissão Distrital de Assistência de Angra, sócio efectivo do Instituto Histórico da Ilha Terceira, sócio e antigo membro do conselho fiscal do Instituto Açoriano de Cultura,



Jácome de Bruges
Bettencourt

Foto: Nicolau Bettencourt

sócio do Núcleo Cultural da Horta, sócio efectivo e delegado nos Açores da Academia Portuguesa de Ex-Líbris, coleccionador de arte, escritor, jornalista, etc., autor de *A Memória, História e Vida de um Monumento*, 1985, *A Cerâmica Terceirense na obra do seu maior artista, Joaquim Laureano*, 1996, *António José Ferreira Rocha, Um Emigrante de Sucesso*, 2000, etc. Participou em eventos culturais nos E.U.A. (Massachusetts e Califórnia), Canadá (Toronto), Macau, Cabo Verde, etc., confrade-fundador da Confraria do Vinho Verdelho dos Biscoitos, Vice-Grão Mestre do seu Directório dos Notáveis e do Conselho de Anciãos da mesma, editor da revista *Verdelho*, foi coordenador do Boletim Municipal de Angra do Heroísmo, alcançando vários prémios, presidente da Assembleia Geral da Associação N.ª S.ª da Saúde do Varadouro, foi membro da Comissão Executiva para as Comemorações do 450º Aniversário da elevação de Angra a cidade (1984-85). Sócio fundador da Real Associação da Ilha Terceira, da Real União Portuguesa (1965); vice-presidente

da Junta Escolar Liceal de Lisboa da Causa Monárquica (1964-65), como monárquico, militou inicialmente no P.P.M., partido que ajudou a fundar. F.C.A. (alvará do Conselho de Nobreza de 5.6.1987 para Homem, Paim, Ornelas e Câmara, com timbre de Homem e por diferença uma merleta). Cavaleiro da pontifícia Ordem Equestre do Santo Sepulcro de Jerusalém e comendador da dinástica Ordem de S. Miguel da Ala, n. freg. Matriz, Horta a 5.9.1946; c. 1.^a vez, freg. S. Pedro, Évora, ig. S. Francisco a 12.8.1972 com D. Maria Adelina Soeiro de Brito Soares, professora do 1.^o ciclo do ensino básico, n. freg. Sé, Évora a 21.3.1949, filha de Francisco António David Soares e mulher, D. Aida Sofia Viegas Soeiro de Brito Soares. Div. a 22.1.1996; c. 2.^a vez, em Angra a 1.12.1999 com D. Fernanda Maria da Silva Dias Ferreira, coordenadora-geral do Centro de Prestações Pecuniárias de Angra, presidente da direcção do Alpendre – Grupo de Teatro, n. freg. S. Pedro, Angra, a 6.2.1955, filha de Alberto Botto Dias Ferreira, odontologista formado em Espanha, com equivalência pela Escola Superior de Medicina Dentária de Lisboa, n. freg. S. Bartolomeu, Coimbra a 6.1.1920, f. freg. N.^a S.^a da Conceição, Angra a 20.8.1989 e mulher D. Maria Fernanda da Silva n. freg. S. Pedro, Angra a 18.3.1928 e f. freg. N.^a S.^a da Conceição a 27.8.1970, c. ig. S. Pedro, Angra a 17.7.1947.

Filhos do 1.^o casamento:

Guilherme Jácome Soares Paim de Bruges Bettencourt, oficial da marinha mercante, licenciado em Pilotagem pela Escola Náutica Infante Dom Henrique. Esteve embarcado nos n/m porta-contentores "Corvo", "Furnas" e "Açor B" da Mutualista Açoriana de Transportes Marítimos S.A., presentemente é piloto da barra dos portos da Terceira e Graciosa (J.A.P. de Angra), sócio da R.A.I.T. É actual representante da família Bettencourt do Faial, F.C.A. (alvará do Conselho de Nobreza de 15.4.1993 para Bettencourt, Homem, Ornelas e Paim, com timbre de

Bettencourt e por diferença, uma âncora de vermelho posta em pala) n. freg. N.^a S.^a Conceição, Angra a 23.4.1973.

Nicolau de Brito Soares Paim de Bruges Bettencourt, oficial da marinha mercante, engenheiro de máquinas marítimas pela E.N.I.D.H., n. ib. a 21.3.1974.

Alexandre Miguel Soares Paim de Bruges Bettencourt, técnico profissional de turismo rural e ambiental pela E.P.R.A.L. - Évora, n. ib. a 6.10.1975.

D. Maria da Conceição Paim de Bruges Bettencourt de Meneses Branco, licenciada pela Escola Superior de Enfermagem de Angra, do quadro do Centro de Oncologia dos Açores (Angra), n. freg. Mártires, Lisboa a 13.6.1962, c. freg. N.^a S.^a Conceição, Angra a 30.3.1985 com Francisco Hermínio de Meneses Branco, bacharel em enfermagem pela E.S.E.A.H., exerce funções no quadro do Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, dirigente do Sindicato Nacional dos Enfermeiros Portugueses, n. freg. Cabo da Praia, Porto Martins, Praia da Vitória, a 1.3.1965, filho de Francisco Ferraz Branco, fun. apos. da EDA, SA e mulher, D. Maria Hermínia de Meneses Ferrumpau.

Filhos:

Pedro Miguel de Bruges Bettencourt Meneses Branco, n. freg. N.^a S.^a Conceição, Angra a 13.7.1987.

D. Carolina de Bruges Bettencourt Meneses Branco, n. ib. a 26.5.1992.

Francisco de Meneses Paim de Bruges Bettencourt, n. freg. Campo Grande, Lisboa a 30.5.1964.

D. Francisca Rocha Bettencourt, n. freg. Matriz, Horta, a 13.9.1876 e f. ib. a 13.3.1955, solteira.



D. F.^{ca} R. Bettencourt
Foto: J. Goulart C.,
Horta, 1907

Os PAMPLONA RODOVALHO, da ilha Terceira, que passaram ao Faial, Açores – Família descendente por legítima varonia de Simão de Figueiredo e de sua mulher D. Maria do Rosário, os quais foram pais de Mateus de Figueiredo da Costa, n. na Sé de Angra em 1641, tabelião na vila da Horta, onde fal. a 28.9.1707. Foi c. na dita vila a 11.1.1667 com D. Antónia Moniz Merens Pamplona, bat. na Sé de Angra a 17.6.1651, filha de Matias Pamplona Rodovalho, da cidade de Angra e de sua mulher D. Joana do Espírito Santo, da Matriz da Horta; n.p. de Gaspar Vieira Machado, o Bargalhadas, escrivão da Câmara da vila de S. Sebastião da ilha Terceira aonde fal. 27.3.1643 e de sua mulher D. Catarina Pamplona (filha de Belchior Fernandes Rodovalho c. na Sé de Angra a 23.11.1579 e mulher D. Catarina Pamplona – neta esta de Gonçalo Álvares Pamplona, o 1º deste apelido que passou à Terceira no séc. XV, n.p. de outro Belchior Fernandes Rodovalho e de D. Briolanja Gomes Fagundes, bisneta de Vasco Fernandes Rodovalho que foi juiz ordinário da Câmara de Angra em 1542 e fez testamento a 29.7.1544 e de sua mulher D. Brígida Pires e 3ª neta de outro Vasco Fernandes Rodovalho, natural da vila de Viana d'Alvito que, com sete filhos, passou à ilha Terceira na companhia do capitão do donatário João Vaz Côrte-Real).

Do sobredito Mateus de Figueiredo da Costa e sua mulher D. Antónia Moniz Merens Pamplona n. Matias Pamplona Rodovalho (ou Merens), fal. na Sé de Angra a 10.12.1722 e foi c. com D. Josefa Maria de Melo, n. na ilha do Faial (filha de José Rodrigues de Andrade e mulher D. Maria Gomes de Melo). Foram pais de António Xavier Pamplona, n. no Faial, alferes e escrivão do convento de S. Francisco de Angra, o qual c. na Terceira, na freguesia do Espírito Santo de Vila Nova, a 26.1.1728



Bom Pastor. Escultura em marfim do Séc. XVII. Pertenceu a Francisco Pamplona Corte-Real
Alt. 32 cm Colec. F.E.O.M.

com D. Catarina Felícia de S. Boaventura, filha do capitão André Afonso e mulher D. Josefa Maria. De entre vários filhos, teve António Bernardo Pamplona Rodovalho que n. em S. Bento, Angra, tenente do forte do Bom-Jesus de Angra, escrivão das capelas da Coroa vagas na ilha Terceira, F.C.A., (Carta de 7.2.1770 para Pamplona, com timbre de Pamplona e por diferença uma brica de prata com um A de negro). C. Sé, Angra a 6.7.1750 com D. Ana Francisca Rosa, n. Sé, filha de Pedro Machado Velho e de D. Joana Antónia de Jesus.

De treze filhos que tiveram, o primogénito foi Teodoro Joaquim Pamplona, que n. freg. Conceição, Angra a 6.11.1756 e fal. freg. Sé a 28.9.1811. Foi governador militar das ilhas do Faial e Pico (1804) e, em 21.9.1809 nomeado governador do castelo de S. João Baptista de Angra. Tomou parte nas campanhas de Rossilhão e Catalunha e, pela sua comprovada bravura, foi condecorado com numerosas distinções militares nacionais e estrangeiras, entre as quais a de cavaleiro da o. de Aviz. De



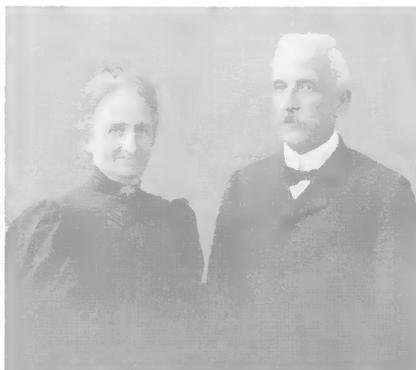
Varadouro, 1918. Casa de Francisco Pamplona Corte-Real. Em 1997 foi vendida pela bisneta D. Maria Judite Pamplona Ribeiro Castro à médica dr^a. Fátima Porto.

sua mulher D. Ana Margarida teve José Pamplona Moniz Côrte-Real, n. freg. Sé, Angra a 17.4.1805 e fal. na Horta a 24.8.1880. Seguindo a carreira das armas atingiu o posto de major (12.10.1855), tendo tomado parte na defesa da ilha Terceira durante as lutas liberais e, por tal, condecorado com a medalha nº 9 de D. Pedro e D. Maria (1864); foi governador militar das ilhas do Faial e Pico (de 1852 a 1855) e c. na Horta, no oratório das casas de seu sogro, com D. Teresa Ribeiro, n. freg. Matriz, Horta a 11.2.1809 e fal. ib. a 24.8.1867, filha de Francisco Pereira Ribeiro e mulher D. Rita Arcangela.

Foram pais de Francisco Ribeiro Pamplona Côrte-Real um dos três cavalheiros que se juntaram a Joaquim Silveira Bettencourt na tarefa da reedificação da ermida do Varadouro.

Descendência de Francisco Ribeiro Pamplona Côrte-Real

Francisco Ribeiro Pamplona Côrte-Real, oficial do Governo Civil da Horta, abastado proprietário de terrenos na freguesia do Capelo, n. freg. Matriz, Horta a 11.3.1848, f. ib. a 19.4.1927, c. Matriz, Horta a 27.11.1871 com D. Hermenegilda Goulart Pamplona Côrte-Real, n. freg. Matriz, Horta em 1850, f. ib. a 22.3.1941, filha de Manuel Francisco Goulart, n. freg. Angústias e D. Maria Alexandra da Costa Goulart, n. freg. Flamengos, Faial.



Francisco Pamplona Corte-Real
e D. Hermenegilda Goulart

Tiveram:

D. Maria Tereza Goulart Pamplona Moniz Côrte-Real Bettencourt, n. freg. Matriz, Horta a 22.8.1872 e f. ib. a 17.3.1955, c. ib. a 5.10.1893 com Armando Rocha Bettencourt, escrivão da

Fazenda, n. freg. Matriz, Horta a 26.7.1871, f. ib. a 30.1.1951, filho de Joaquim Silveira Bettencourt e D. Amélia Augusta Rocha Bettencourt. C. g. (Cf. descendência de Joaquim Silveira Bettencourt)

Guilherme Goulart Pamplona Côrte-Real, secretário da Administração do Concelho, n. freg. Matriz, Horta a 4.8.1877, f. ib. a 26.5.1951, c. ib. a 25.11.1905 com D. Judite Terra de Mesquita, n. Horta a 3.2.1880, f. freg. Matriz, Horta a 21.5.1969, filha de Guilherme Augusto de Mesquita Henriques e D. Maria Clotilde Terra Mesquita, ele de Santa Cruz das Flores e ela natural da Matriz, Horta.

Filhas:

D. Judite de Mesquita Pamplona, n. Horta a 7.9.1906 e f. a 9.8.1979 na freg. de Lousa, concelho de Loures.

D. Maria Ema de Mesquita Pamplona Ribeiro, n. Horta a 9.11.1908, f. E.U.A., Califórnia, Los Baños a 11.9.1989, c. freg. Matriz, Horta a 16.3.1929 com Francisco Calheiros Menezes Ribeiro, funcionário da C.M.H., n. freg. Lapa, Lisboa a 23.11.1900, f. freg. Matriz, Horta a 19.2.1961, filho de Raúl Ribeiro e D. Ernestina Calheiros e Menezes.

Filhas:

D. Olga Maria Pamplona Ribeiro Bettencourt Dart, funcionária administrativa da antiga Junta Geral do Distrito Autónomo da Horta, n. freg. Matriz, Horta a 11.6.1931, f. ib. a 9.2.1980, c. freg. Capelo, Faial, na



Varadouro, 18.11.1968. D. Olga Maria Pamplona Ribeiro e Herberto Bettencourt Dart após o seu casamento na Ermida do Varadouro com o celebrante monsenhor José de Freitas Fortuna

ermida de N.^a S.^a da Saúde, Varadouro a 18.11.1968, com Herberto Bettencourt Dart, bancário, proprietário, presidente da C.M.H. etc., n. freg. Matriz, Horta a 13.2.1936 filho de Alfredo Guiod Dart e D. Aida Martins Bettencourt Dart (Cf. descendência de Joaquim Silveira Bettencourt).

Filhos:

D. Sandra Isabel Pamplona Ribeiro Bettencourt Dart, licenciada em Línguas e Literaturas Modernas (variante inglês-alemão) pela Univ. de Coimbra, especializada em tradução, leccionou quatro anos na Esc. Sec. Dr. Manuel de Arriaga, técnica superior na Direcção Regional do Turismo, n. freg. Matriz, Horta a 24.9.1969.

Nuno Herberto Pamplona Ribeiro Bettencourt Dart, actual representante da família Pamplona Rodovalho, I linha, ramo que foi para o Faial, licenciado em História (via científica), pela Univ. dos Açores, leccionou nas Esc. Sec. de S. Roque e Lajes do Pico, funcionário do grupo BCP/Atlântico, n. freg. Matriz, Horta a 10.1.1971, c. Horta a 7.9.1993 com D. Jeni Carla de Beirão Teles, licenciada em Matemática/Informática pela Univ. dos Açores, n. freg. Madalena, Pico, a 7.2.1970, filha de Guido de Luna Huerter de Torres Ribeiro Amaral de Sousa Teles, agente de viagens e 1.^a mulher D. Humberta Maria Viegas Beirão, professora do 2.^o ciclo do ensino básico.

Filho:

Diogo Herberto Beirão Teles Bettencourt Dart, n. freg. N.^a S.^a Augústias, Horta a 29.12.1996.



D. Maria Judite Pamplona Ribeiro Castro, foi oficial administrativo da C.M.H., n. Horta a 13.5.1937, c. E.U.A. California, Los Baños, a 5.10.1972 com Miguel

D. Maria Judite Pamplona Castro

Amarante do Canto e Castro, actual representante da família Canto e Castro, da ilha Terceira, bancário, agente de seguros e notariado, produtor de programas radiofónicos, etc., n. S. Roque do Pico, Açores, a 14.11.1931, filho de Francisco do Canto e Castro, antigo funcionário das Finanças, jornalista, publicista, e 1ª mulher D. Josefina Amarante de Freitas, poetisa, jornalista.

Filhos:

D. Maria João Ribeiro Castro, n. freg. Matriz, Horta a 24.6.1969.

D. Michelle Ribeiro Castro, n. E.U.A., California, em Los Baños, a 26.10.1973.

Luís Miguel Pamplona Ribeiro Canto e Castro, n. E.U.A., California, em Los Baños, a 19.4.1975.

D. Alfredina Goulart Pamplona Côrte-Real Ribeiro Teles, n. Horta a 28.12.1887, f. ib. a 9.11.1975, c. a 16.12.1916, na freg. Matriz, Horta, com Manuel Ribeiro Teles, funcionário dos C.T.T. n. freg. e conc. Madalena do Pico em 1877, falecido Matriz, Horta a 2.1.1932, filho de José Prudencio Teles de Bettencourt e D. Maria da Glória Ribeiro Teles, ambos naturais da Madalena do Pico, S. g.



D. Alfredina Goulart
Pamplona Corte-
-Real Ribeiro Teles

Carlos Goulart Pamplona Côrte-Real, oficial da marinha mercante, n. Horta a 28.11.1890 e f. Lisboa freg. S. Sebastião da Pedreira a 17.2.1953, c. com D. Maria Olga Berquó Pamplona Côrte-Real, n. Horta, f. freg. S. Sebastião da Pedreira, Lisboa, filha de António Raminha da Câmara Terra Berquó, família que anteriormente detivera a posse da ermida do Varadouro durante alguns anos, e mulher D. Francisca Carolina.

Filhas:

D. Maria Helena Berquó Pamplona, n. Horta, f. menor de 7 anos.

D. Maria Luíza Berquó Pamplona, n. 21.03.192., f. menor em Lisboa.

Descendência de José de Lacerda Korth, afillhado sucessor de José Silveira Goulart Cyrillo

José Silveira Goulart Cyrillo, proprietário, filho de outro José Silveira Goulart Cyrillo e D. Ana Emília, n. em 1837 freg. Castelo Branco, Horta, deixou à sua morte a 15.10.1908, viúvo de D. Thereza Adelaide Goulart, sem geração, todos os bens de que dispunha, casas, terras e vinhas em vários lugares do Faial, bem como a sua quarta parte na Ermida do Varadouro, ao afillhado de baptismo e sobrinho José de Lacerda Korth.

José de Lacerda Korth, proprietário, comerciante e funcionário da Câmara Municipal da Horta (primo chegado do já citado Joaquim Silveira Betten-court, dos Betten-court do Faial), n.



Varadouro. Antiga casa de José Silveira Goulart Cyrillo vista de N. (Actualmente pertence a José Vieira Garcia) Fotos: Sandra Dart. 1999



Idem. Vista de S.E.

freg. de Castelo Branco, Horta a 13.5.1895, f. ib. a 25.9.1976, filho de António Cristiano Korth, agricultor (descendente de João Pedro Korth, cirurgião, n. Antuérpia, que se radicou no Faial), e mulher D. Ana Amélia de Lacerda, c.

ig. Sta. Catarina, Castelo Branco, Faial a 9.11.1918 com D. Ana da Glória Vargas Korth, n. 5.9.1900 e f. ib. 14.2.1972, filha de João de Vargas Pereira, agricultor e D. Maria José de Melo, ambos de Castelo Branco.



José Lacerda Korth e D. Ana Vargas

Filhos:

Leonel Óscar de Lacerda Korth, radicado no Canadá, Toronto, n. freg. Castelo Branco, Horta a 15.9.1919, c. ig. S. Bento, Angra do Heroísmo a 23.4.1944 com D. Alice Bettencourt Monteiro Korth, n. freg. S. Bento, Angra a 9.10.1923, filha de Manuel Inácio Monteiro e D. Joaquina Augusta Bettencourt, naturais de S. Bento, Angra

Tiveram:

Manuel José Monteiro Korth, n. Castelo Branco, Horta, a 10.4.1945, c. com D. Maria Manuela de Simas, em Toronto, Ontário, Canadá a 10.1.1976. c. g.

Ana Maria Monteiro Korth, n. ib. c.c.g. Canadá

Maria de Lourdes Korth Caldeira, n. freg. Castelo Branco, Horta a 15.8.1920, c. ig. Sta. Catarina, Castelo Branco, Horta, a 10.9.1938 com António Francisco Caldeira, agricultor, n. Lombega, freg. Castelo Branco, Horta a 8.3.1917, filho de José Francisco Caldeira e D. Rita Zulmira Caldeira. Foi esta filha quem herdou o quinhão dos antecessores no templo do Varadouro.



D. M.^a de Lourdes Korth
e António Francisco Caldeira

Tiveram:

José Korth Caldeira, técnico reparações electrodomésticos, n. Lombega, Castelo Branco, Horta a 8.5.1941, c. ig. Sta. Catarina, Castelo Branco, Horta a 30.10.1964 com D. Maria Geraldina Gomes Caldeira, n. freg. Féteira, Horta a 15.4.1942 filha de José Faria Gomes e D. Lúcia Geraldina Amaral Gomes.

Filhos:

D. Margarida Maria Gomes Caldeira, funcionária administrativa da S.R.E.C. – D.R.E.F.D. – Delegação da Horta, n. freg. Féteira, Horta a 12.1.1967, c. ig. Sta. Catarina, Castelo Branco, Horta a 14.2.1987 com Francisco Manuel da Rosa Medeiros, funcionário do Conservatório Regional da Horta, n. freg. Matriz, Horta a 27.9.1964, filho de Francisco Medeiros e D. Maria da Luz Rosa.

Tiveram:

D. Sofia Catarina Caldeira Medeiros, n. freg. N.^a S.^a das Angústias, Horta a 27.9.1988.

Paulo Miguel Caldeira Medeiros, n. ib. a 2.1.1990.

Paulo José Korth Gomes Caldeira, sub-chefe da P.S.P. n. freg. Féteira, Horta a 18.4.1968, c. ig. Sta. Catarina, Castelo Branco, Horta a 6.4.1991 com D. Manuela Maria Ribeiro Dias Caldeira, agente da P.S.P., n. freg. de S. José, Ponta Delgada a 30.12.1967, filha de João Dias e D. Rosa Ribeiro Dias.

Tiveram:

Paulo José Dias Korth Caldeira, n. freg. de S. José, Ponta Delgada a 28.12.1994.

António Francisco Dias Korth Caldeira, n. ib. a 17.1.2001.

D. Maria José Gomes Caldeira, educadora de infância

pelo CIFOP – Terra-Chã, Terceira – Univ. dos Açores, n. freg. Féteira, Horta a 22.1.1971, c. New York, E.U.A. a 6.7.2001 com José Ângelo Pavão, funcionário da E.D.A./ Sogeo - Sociedade Geotérmica dos Açores, S.A., n. freg. S. José Ponta Delgada a 23.1.1965, filho de Ruben Almeida Pavão e D. Fernandina Tavares da Cunha Pavão.

D. Tânia Marisa Gomes Caldeira, licenciada em enfermagem pela E.S.E.P.D., exercendo a profissão no Hospital da Horta, n. freg. Matriz, Horta a 30.4.1978.

D. Ana Bernardette Korth, n. freg. Castelo Branco, Horta a 10.2.1922 falecendo ib. a 10.10.1922, de 8 meses.

D. Ana de Vargas Korth, radicada nos E.U.A., California, n. freg. Castelo Branco, Horta, a 5.9.1923, c. ig. Sta. Catarina, Castelo Branco a 10.10.1946 com José Pereira n. ib. a 10.10.1915, filho de António Pereira Goulart Júnior, agricultor, e mulher D. Isabel dos Santos Pereira, ambos de Castelo Branco.

Tiveram:

Maria do Carmo Korth Pereira, n. freg. Castelo Branco a 28.6.1949, c.c.g. (E.U.A.)

José Herberto Korth Pereira, n. ib. 15.3.1953, c.c.g. (E.U.A.)

António Korth Pereira, n. e vive E.U.A. c.g.

António Vargas Korth, radicou-se nos E.U.A., n. freg. Castelo Branco, Horta, a 5.8.1826 c. ib. a 29.9.1951 com D. Isabel da Glória Rodrigues Korth, n. ib. a 19.3.1931 filha de Manuel Rodrigues Dias e mulher D. Maria da Glória Garcia, ambos naturais da Candelária, Madalena do Pico.

Filhos:

D. Maria Isabel Rodrigues Korth, n. freg. Castelo Branco, Horta, a 23.6.1952, c.c.g. (E.U.A.)

Wilson Rodrigues Korth, n. E.U.A., c.c.g.

D. Lúcia de Vargas Korth, residente nos E.U.A., California, n. freg. Castelo Branco, Horta a 16.9.1930 c. ib. a 16.9.1950 com Manuel Silveira Garcia, agricultor, n. ib. a 6.5.1928, filho de José Silveira Garcia, lavrador e D. Rosa Amélia Garcia, de Castelo Branco

Tiveram:

José Alberto Korth Garcia, n. freg. Castelo Branco, Horta a 9.9.1951, c.c.g. E.U.A.

António Manuel Korth Garcia, n. ib. a 6.7.1953, c.c.g. E.U.A.

Filomena Maria Korth Garcia, n. ib. a 25.9.1954, c.c.g. E.U.A.

José Vargas Korth, emigrado no Canadá, n. freg. Castelo Branco, Horta, a 12.5.1934, c. ib. a 6.10.1956 com D. Maria Emília de Faria Korth, n. ib. em 1938, filha de Manuel Pereira de Faria e D. Maria Pereira ambos naturais de Castelo Branco.

Filhos:

José Faria de Vargas Korth, n. freg. Castelo Branco a 23.4.1957, c.c.g. Canadá.

D. Elza Faria Korth, n. no Canadá, c.c.g. naquele país.



Registo de Sta. Catarina Virgem Martir que se venera na Igreja de Castelo Branco. Séc. XIX (início) Dim. 22,5 X 17,5 cm. Colec. J.B.B.

José Nestor Ferreira Madruga

Foi um dos quatro detentores da Ermida do Varadouro e teve importante papel na dotação de várias alaias religiosas e objectos ligados ao culto.

Cavalheiro possuidor de consideráveis bens imobiliários nas ilhas do Faial e Pico, teve residência na cidade da Horta, com entrada principal, pela ladeira de S. Francisco, gaveto com a rua Conselheiro Medeiros, prédio urbano grande, de três pisos, onde, há anos, em parte, funcionou o escritório da TAP e numa das lojas (nº 16) o escritório do advogado Mário Nunes Soares de Melo. Foi vendida ao Padre Sequeira que ao deixar o sacerdócio foi funcionário do Governo Civil da Horta, e depois pela companheira sobrevivente ao actual proprietário.



José Nestor
Ferreira Madruga
Foto: Avellar

Ferreira Madruga foi dono igualmente das duas casas, contíguas para a rua Conselheiro Medeiros, o nº 14, de que foi inquilino o professor Tomás Garcia Duarte (1º andar) e na loja funcionou a Latoaria de João Norte e nº 12 onde morou Manuel Jacinto Norte (irmão do anterior), funcionário do tráfego da Alfandega e na loja arrumavam-se os carros da distribuição (de empurrar) da Padaria de José Peixoto d'Ávila e Irmãos, e agora existe o Rent-a-Car da Auto Turística Faialense.

Madruga entre os prédios do Pico, tinha uma belíssima casa na freguesia de S. Mateus onde habitava alguns meses durante o ano.

No Varadouro detinha um bom prédio com casa e vinhas e aí permanecia algum tempo pelas vindimas.

À entrada deste



Varadouro, 1935. Portão do prédio de J. N. F. M. Vê-se ao fundo a Ermida e a empena (caída) da casa dos Serrilhas. No caminho F. J. M. B.
Foto: H.R. Bettencourt

prédio existe um portão em cantaria aparelhada, com uma grande verga em pedra. Tem inscrita, gravada, a data 1765.

Este prédio terá passado à família "Caponas" e depois a D. Maria Vargas "Maria Grande" encontrando-se na posse do descendente Francisco (Frank) Vargas.

Teve José Nestor Ferreira Madruga um casal de sucessores. O filho emigrou para a América novo e nunca mais dele se soube. A filha D. Mariazinha Nestor (como era conhecida), solteira, foi viver com uma família amiga (de apelido Calder) para Lisboa a quem deixou os bens que lhe couberam.

Meu avô, Honorino Rocha Bettencourt, ainda se escreveu com o coronel de artilharia Carlos Calder (já falecido), cuja descendência (ao que me consta um filho diplomata) liquidou todos os prédios que herdaram nas ilhas. D. Mariazinha sempre mostrou desinteresse pela sua parte na Ermida que acabou assim, por abandonar em favor dos outros proprietários.



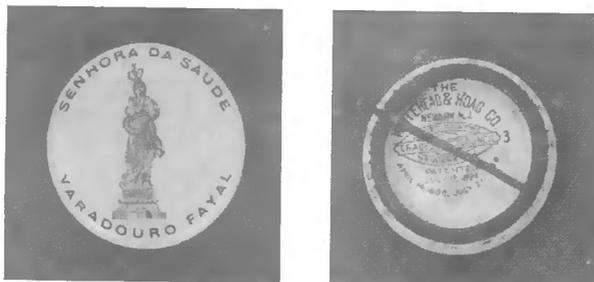
Varadouro, antiga casa de José Nestor Ferreira Madruga, actualmente propriedade de Francisco Vargas. Foto: Sandra Dart. 1999



SENHORA DA SAÚDE
ERMIDA DO VARADOURO



Estampas registos de N.º S.ª da Saúde da Ermida do Varadouro, impressas na Horta a castanho, azul e tom avermelhado. Dimensões 13,2 X 6,6 cm.



Crachá fabricado nos E.U.A. Séc. XIX (finais). Diâmetro 2,2 cm.



Nossa Senhora da Saúde

Varadouro - Capelo - Faial - Açores

Estampa policromada impressa no Continente. Dim. 16 X 7 cm.

ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA DA SAÚDE DO VARADOURO

Ao longo de mais de um século nem sempre as relações entre os proprietários da Ermida e o pároco do Capelo foram as mais amistosas.

Houve alguns atritos, inclusivamente o pároco do Capelo tentou a certa altura, "envenenar" a autoridade diocesana contra os donos do templo do Varadouro.

Assim aconteceu em 1966, o que obrigou a que D. Aida Bettencourt Dart e D. Alfredina Pamplona Teles, durante uma visita pastoral à ilha do Faial de D. Manuel Afonso de Carvalho marcassem uma audiência para esclarecimento das partes em Março desse ano.

Também, por outro lado, meu pai, Francisco Joaquim Martins de Bettencourt, procurou este Bispo reforçando o ponto relativo à propriedade particular que as famílias a ela ligadas, sempre fizeram questão de manter.

Meu pai até invocou o estado de conservação da Ermida de Nossa Senhora da Penha de França da Fajã da Praia do Norte que foi doada à Paróquia da Praia do Norte por familiares dos Bettencourt com o património de um terreno anexo, de cerca de cinco alqueires, para dar rendimento para a manutenção da ermida encontrando-se no entanto degradada por a respectiva paróquia não lhe ter dado a atenção merecida.

O Bispo acabou por concordar com as razões apresentadas pelos proprietários e pediu ao pároco que evitasse mais conflitos.

Agora, por altura da recuperação da ermida do sismo de 1998 voltaram-se a azedar posições, tentando-se criar obstáculos para a obtenção duma ajuda económica do Governo Regional, dizendo-se que o Estado não poderia subsidiar privados, etc.

Assim, o autor deste pequeno trabalho histórico sugeriu a seu primo Herberto Bettencourt Dart a constituição duma fundação ou associação que desse a necessária personalidade jurídica para resolver de uma vez por todas assuntos desta natureza.

Foi assim que nasceu a ANSSV, que congrega grande parte dos proprietários da Ermida do Varadouro e temos esperança dê frutos a bem desta nossa terra.



Aspecto da Ermida do Varadouro entre vinhas e pinheiros. As portas das sineiras protegiam os sinos do rapazio que não resistia à brincadeira de atirar pedras para ouvir "toques". Foto: Erik Otto Hansen, 1997.

ESTATUTOS DA A.N.S.S.V.

Que pela presente escritura constituem uma associação sem fins lucrativos, que fica a reger-se pelos seguintes estatutos:

Artigo Primeiro

(Denominação)

A Associação adopta a denominação "**Associação Nossa Senhora da Saúde do Varadouro**" abaixo designada por associação, ou "ANSSV" e tem a sua sede no lugar do Varadouro, freguesia do Capelo, concelho da Horta.

Artigo Segundo

(Objecto)

A Associação tem por objecto: "**assegurar o bom funcionamento da Ermida de Nossa Senhora da Saúde, no Varadouro. Promover anualmente as respectivas festividades. Desenvolver e apoiar a cultura disponibilizando a Ermida para as actividades religiosas e/ou paroquiais. Atribuir apoios directos, a pessoas carenciadas ou a instituições de solidariedade social. Garantir a conservação e promover a valorização do seu património**".

Artigo Terceiro

(Fundos)

Constituem receitas da Associação:

- a) - contribuições dos sócios;
- b) - rendimento de bens próprios;
- c) - doações, legados e heranças de que a Associação seja beneficiária;
- d) - Subsídios de pessoas colectivas, privadas ou públicas;
- e) - fundos provenientes de festas e diversões organizadas pela colectividade.

Artigo Quarto

(Órgãos Sociais)

São órgãos da **associação**: a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal.



Pormenor do altar, depois de restaurado, pintado e dourado pela firma Arte Sacra de Gilberto Ferreira. Foto: Sandra Dart, 2000.

Artigo Quinto

(Assembleia Geral)

A Assembleia Geral é composta por todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos, sendo as suas deliberações obrigatórias para todos.

Artigo Sexto

(Reuniões/Convocatória)

- 1- A Assembleia reúne ordinariamente uma vez por ano na primeira quinzena do mês de Setembro.
- 2- A Assembleia é convocada por meio de **aviso postal**, expedido para cada um dos associados com antecedência mínima de dez dias, do qual conste a data, hora e local da reunião bem como a ordem de trabalhos.

Artigo Sétimo

À Assembleia Geral compete:

- a) - Eleger a Mesa, a Direcção e Conselho Fiscal;
- b) - Apreciar e votar o relatório e contas da Direcção;
- c) - Elaborar e executar planos de actividade;
- d) - Administrar o património e representar a Associação.

Artigo Oitavo

A Mesa da Assembleia Geral compõe-se de um Presidente e dois Secretários eleitos anualmente.

Artigo Nono

(Competência da Mesa da Assembleia)

Compete à Mesa da Assembleia Geral:

- a) - Dirigir os trabalhos da Assembleia Geral;
- b) - Redigir e apresentar relatórios de decisões tomadas;
- c) - Assegurar a marcação de eleições;
- d) - Dar posse aos novos corpos eleitos.

Artigo Décimo

(Direcção)

A Direcção da "Associação" é constituída por um Presidente, Secretário, Tesoureiro e dois vogais.

Artigo Undécimo

(Representação e forma de obrigar)

A administração da Associação e sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, pertence exclusivamente à Direcção.

Artigo Duodécimo

(Competência)

São atribuições da Direcção:

- a) - Administrar os bens da Associação;
- b) - Nomear quaisquer Comissões ou grupos de trabalho para a execução de tarefas que considere necessárias;
- c) - Elaborar o relatório anual e contas de gerência para ser presente à Assembleia Geral;
- d) - Elaborar os Regulamentos que julgue necessários.

Artigo Décimo Terceiro

(Forma de obrigar)

A Associação obriga-se pela assinatura de dois membros da Direcção sendo um deles o Presidente.

Artigo Décimo Quarto

(Conselho Fiscal)

O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário eleitos em Assembleia Geral de Associados.

Artigo Décimo Quinto

(Competência)

Ao Conselho Fiscal compete:

- a) - Fiscalizar os actos administrativos e financeiros da Direcção;
- b) - Dar parecer sobre projectos da Direcção que envolvam

- empréstimo ou outras operações de crédito;
- c) - Dar parecer sobre o relatório e contas da Direcção;
 - d) - Dar parecer sobre outros actos da Direcção a pedido desta ou previsto no Regulamento Interno da Associação.

Artigo Décimo Sexto

(Legislação subsidiária)

A competência e forma de funcionamento da Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal são as prescritas nas disposições legais aplicáveis, designadamente as previstas nos artigos 170º, 172º a 179º do Código Civil e no Regulamento Interno.

Artigo Décimo Sétimo

(Sócios)

- 1- Podem ser membros da Associação todos os indivíduos que se identifiquem com os objectivos desta.
- 2- Os associados podem dividir-se em três categorias: efectivos, fundadoras, apoiantes e honorários.

Artigo Décimo Oitavo

(Direitos dos associados)

- a) - Usufruir das regalias e benefícios de ordem cultural e religiosa que a associação possa proporcionar;
- b) - Propor à Direcção quaisquer medidas de utilidade comum;
- c) - Propor a admissão de novos sócios;
- d) - Tomar parte nos trabalhos e intervir através de voto nas decisões da Assembleia Geral;
- e) - Apresentar propostas à Mesa da Assembleia Geral;
- f) - Eleger e ser eleito para os cargos da Mesa da Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal;
- g) - Frequentar as instalações da colectividade.

Artigo Décimo Nono

(Deveres)

- a) - Cumprir os Estatutos e Regulamentos;

- b) - Zelar pelo prestígio, bom nome e expansão da Associação de Nossa Senhora da Saúde do Varadouro;
- c) - colaborar na prossecução dos objectivos da Associação;
- d) - contribuir regularmente para os encargos da associação de harmonia com o que for determinado em Assembleia Geral.

Artigo Vigésimo

(Exclusão)

Perdem a qualidade de associado:

- a) - Os que não paguem as quotas durante dois anos consecutivos, excepto quando o facto lhes não seja imputável;
- b) - os que incorram em infracção grave referidas nas alíneas a) e b) do artigo décimo nono.

Artigo Vigésimo Primeiro

(Demissão)

Os associados que queiram demitir-se deverão apresentar o seu pedido por escrito à Direcção.

COMISSÃO INSTALADORA

Para funcionamento imediato da presente Associação e até que seja convocada Assembleia Geral para eleições de Corpos Directivos fica desde já constituída uma Comissão Instaladora composta pelos sócios fundadores, outorgantes nesta escritura:

Maria de Lourdes Mesquita Pamplona Bettencourt;
Herberto Bettencourt Dart;
Carmina dos Santos Moniz Dart;
Sandra Isabel Pamplona Ribeiro Bettencourt Dart;
Assim o disseram e outorgaram.

Exibiram: - a) - Certificado de admissibilidade de firma ou denominação adoptada emitido pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas em 16 de Fevereiro do ano 2000.

Deliberações principais das Sessões da Assembleia Geral da A.N.S.S.V.

Primeira reunião em 3.9.2000.

(...)

E foi dito que, uma vez que a família mais chegada dispõe apenas de 50% da Ermida de Nossa Senhora da Saúde, no Varadouro, conviria associar mais membros, a esta Associação a qual tem em vista defender o pequeno templo, tanto mais que a família Korth Caldeira (titular de 25% da referida Ermida) recusou integrar a nossa Associação, sendo necessário unir aqueles que continuam a defender a tradição e a herança dos nossos antepassados, sem prejuízo da fé e religiosidade que, desde sempre, foi virtude desta nossa família.

Neste entendimento o membro da Comissão Instaladora Herberto Bettencourt Dart apresentou três (3) documentos que se encontram anexados, rubricados e numerados para serem analisados e eventualmente aprovados pela ordem de entrada, a saber:

- Regulamento Interno com o N^o 1.
- Proposta de admissão com o N^o 2.
- Lista para os Orgãos Administrativos da Associação com o N^o 3.

Posto à consideração da Comissão Instaladora o primeiro documento "Regulamento Interno", o mesmo foi de imediato aprovado por unanimidade. Seguidamente, tendo em conta os n.ºs 1 e 2 do artigo IV do recém aprovado Regulamento Interno, foi lida a proposta de admissão dos novos membros da Associação, sendo também aprovada por unanimidade a adesão das pessoas nela descritas (documento n^o 2).

Nesta ocasião foi feito um pequeno intervalo, para permitir a entrada dos novos membros desta Associação, os quais tomaram assento, para tomarem posse da sua qualidade de sócios efectivos, mediante a assinatura do respectivo documento de aceitação.

Face à assim constituída Assembleia Geral de associados, foi constituída uma Mesa Provisória da Assembleia, sob a Presidência de Herberto Bettencourt Dart coadjuvado por Carmina dos Santos Moniz Dart como Secretária.

98 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

Foi então apresentada à Assembleia a proposta com a lista única para os Órgãos Administrativos da Associação, tendo sido aprovada por unanimidade (documento nº 3).

Assim, ficaram constituídos os Órgãos Administrativos desta Associação, como se segue:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente - Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt

1ª Secretária - Carmina dos Santos Moniz Dart

2ª Secretária - Jeni Carla de Beirão Teles Dart

DIRECÇÃO

Presidente - Herberto Bettencourt Dart

Secretário - Nuno Herberto Pamplona Ribeiro Bettencourt Dart

Tesoureiro - Sandra Isabel Pamplona Ribeiro Bettencourt Dart

1ª Vogal - Maria da Conceição Paim de Bruges Bettencourt
Meneses Branco

2ª Vogal - Maria de Lourdes Mesquita Pamplona Bettencourt

CONSELHO FISCAL

Presidente - Maria de Fátima Bettencourt Dart

Vice-Presidente - Fernanda Maria da Silva Dias Ferreira de
Bruges Bettencourt

Secretário - Guilherme Jácome Soares Paim de Bruges
Bettencourt

Passando a dirigir a Associação, em ordem a conseguir os objectivos para que foi criada.

Segunda reunião, em 4.9.2001

(...)

Seguidamente foi dada a palavra ao Presidente da Direcção que historiou amplamente a forma como nasceu a Associação e as suas finalidades, sublinhando o seu carácter de beneficência, mas sobretudo a defesa intransigente da continuidade das tradições da família, nomeadamente quanto à Ermida do Varadouro. Também se referiu à cobrança das cotas anuais estabelecidas, com as quais seria aberta uma conta bancária a movimentar pelo Presidente da Direcção, Secretário e Tesoureiro, obrigada por duas assinaturas, sendo a do Tesoureiro obrigatória.

Terminada a parte funcional da exposição o Presidente da Direcção referiu-se com gratidão a vários colaboradores excepcionais que mereciam um gesto de reconhecimento da Associação e, uma vez que o Regulamento Interno no nº 3 do artigo IV contempla essa situação propunha a nomeação dos seguintes sócios honorários (conforme documento 1 anexo): Mons. José de Freitas Fortuna, Alberto Augusto Garcia de Lemos, Francisco António Vargas e José Augusto de Faria. Todas estas personalidades foram votadas com entusiasmo e unanimidade e referido, por diversos intervenientes, que além deste agradecimento seria importante poder contar com a colaboração dos nomeados a nível religioso, cultural, local e países de emigração.

Pela associada D. Fernanda Maria foi sugerida a criação de uma Comissão Consultiva. Perante esta manifestação de apreço o Presidente da Direcção apresentou uma proposta (documento 2) para a criação da Comissão Consultiva extra- Orgãos da Associação, integrando preferencialmente os sócios honorários com o limite máximo de nove.

Este documento foi aprovado por unanimidade.

(...)



Ermida de Nossa Senhora da Saúde do Varadouro. Aguarela do artista Erik Otto Hansen (arquitecto dinamarquês). Verão de 1997. Colec. J.B.B. Dim. 46 X 32 cm.

BIBLIOGRAFIA

ARQUIVO FAMILIAR BRUGES BETTENCOURT

- AFFONSO, Araújo e Travassos Valdez* – Livro de Oiro da Nobreza, 3 tomos. Braga, 1932.
- AFONSO, João* – Mar de Baleias e Baleiros, D.R.C. Angra do Heroísmo. 1998.
- ÁVILA, João de Bettencourt Vasconcelos e* – Família de Bettencourt Vasconcelos Corrêa e Ávila - 2º ramo que da Ilha Terceira passou à Ilha do Faial. (em preparação para edição).
- BETTENCOURT, J. Moniz de* – Os Bettencourt das Origens Normandas à Expansão Atlântica. Lisboa 1993.
- BETTENCOURT, Jácome de Bruges* – "O cálice de D. Augustinho Ribeiro Bispo de Angra" Boletim Municipal da Horta, Nº 63 Out/Nov/Dez de 1990, p. 10 e 11.
- "Identificadas Armas gravadas em peças do tesouro da C. M. A. H. Ano VII, Nº 7 - 2ª Série, 2º, 3º e 4º Trimestre 1992 p. 12.
- "António José Ferreira Rocha. Um Emigrante de Sucesso" revista Atlântida do I. A. C. Vol. XLV. A.H. 2000 p. 133 a 152. (c/ Separata).
- "A Fajã da Praia do Norte do Faial e um Verdelho desaparecido" Verdelho, Boletim da C. V. V. B. Ano V, Nº 5, 2000 p. 3.
- BETTENCOURT, F. F. de* – Nobiliário de Canárias. Vol. III. Título de Bettencourt por S. F. B. Suarez e L. R. Oliveira, J. Regulo, Ed. Tenerife, 1959.
- BONNET y RAVERÓN, Buenaventura* – Juan de Bethencourt - Las Canarias y la conquista Franco - Normanda. La Laguna de Tenerife, 1944.
- BRAAMCAMP FREIRE* – Armaria Portuguesa. Cota d'Armas, Editores e Livreros. Lx 1989.
- CIORANESCU, A.* – Juan de Bethencourt. ACT Tenerife, 1982.
- CLODE, Luiz Peter* – Registo Genealógico das Famílias que passaram à Madeira. Funchal, 1952.
- Títulos Nobiliárquicos relacionados com a Madeira. Funchal, 1969.
- CUNHA, Padre Manuel de Azevedo e* – Notas históricas. I - Estudos sobre o Concelho da Calheta (S. Jorge). Ponta Delgada, 1981.
- DART, Herberto* – Ermida do Varadouro. Telégrafo, Horta, de 3 de Novembro de 1997.
- DUARTE, Sérgio Avelar* – Ex-Libris Portugueses Heráldicos. Liv. Civilização. Edit. Porto 1990.
- GAYO, Felgueiras* – Nobiliário de Famílias de Portugal, 12 Vols. 2ª Edição, Ed. Carvalho de Basto, Braga, 1989.
- GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA BRASILEIRA*. Ed. Enciclopédia. Lisboa - Rio de Janeiro.
- GUERRA JÚNIOR, Rodrigo Alves* – Trutas. Horta 1988.
- LEITE, José Guilherme Reis* – Política e Administração nos Açores de 1890 a 1910. O 1º Movimento Autonomista. 2 vols. P.D., 1995.

102 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

- LIMA, Marcelino* – Famílias Faialenses, subsídios para a história da Ilha do Faial, 1922.
– Anais do Município da Horta (História da Ilha do Faial). V.N.F., 1943.
- MACEDO, António Lourenço da Silveira* – História das quatro ilhas que formam o distrito da Horta. Horta, 1871. 3 Vols.
- MACHADO, Francisco Soares de Lacerda* – Os Morgados das Lajes (Ilha do Pico) 1914.
– Os Capitães-Mores das Lajes, Ilha do Pico: Notícia histórica e genealógica, Lisboa, 1915.
- MARGRY, Pierre* – La conquête et les conquérant des îles Canaries. Nouvelles recherches sur Jean IV de Bethencourt et Gadifer de la Salle. Le vrai manuscrit du Canarien. Paris, 1896.
- MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira* – Esculturas de Marfim nos Açores. Angra do Heroísmo, 1979.
– Inventário Artístico dos Açores. Angra do Heroísmo, 1980.
– A Escultura nos Açores. Angra do Heroísmo. 1983.
– Os Açores nas Rotas dos Marfins e das Porcelanas Orientais. Angra do Heroísmo, 1995.
- MONTEREY, Guido de* – Faial (Açores). Uma ilha de encantar. Tip. Sociedade de Papelaria, Lda. 1980.
- MOTA, Valdemar* – Santa Sé do Salvador. Igreja Catedral dos Açores. Angra do Heroísmo, 1981.
- NEMÉSIO, Gonçalo* – Azevedos da Ilha do Pico. Lisboa 1987.
- NOBREZA DE PORTUGAL E DO BRASIL*, Ed. Enciclopédia, Lisboa 1960.
- PEREIRA, Cónego José Augusto* – A Diocese de Angra na História dos seus Prelados. 2 vol. Ed. Andrade, Angra do Heroísmo, 1950 e 1954.
- REIS, Padre Jacinto dos* – Invocação de Nossa Senhora em Portugal de Aquém e Além-Mar e seu Padroado. Lisboa, 1967.
- RIBEIRO, José Rodrigues* – Dicionário Corográfico dos Açores. Angra do Heroísmo, 1979.
- ROSA, Padre Júlio* – A Senhora da Saúde em festa no Varadouro, no Ano Jubilar. Correio da Horta, 2/3 de Setembro de 2000.
- SAMPAIO, Vasco de Bettencourt de Faria Machado e* – Ascendência e descendência do Conselheiro Nicolau Anastácio de Bettencourt. Lisboa, 1991.
- SANDÃO, Arthur de* – O Móvel Pintado em Portugal. Livraria Civilização, Barcelos, 1968.
- SERPA, António Ferreira de* – Dois açorianos no "Governo Interino" proclamado em 15 de Setembro de 1820 e depois na "Junta Provisional do Governo Supremo do Reino", Sep. do Arq.^{vo} da Univ. Lx.^a, Vol. IV, Lx.^a, 1917.
- SILVA, António de Mattos e* – Anuário da Nobreza de Portugal, I.P.H. Lisboa, 1985.
- SOARES (Carcavellos), Eduardo de Campos de Castro Azevedo* – Nobiliário da Ilha Terceira, Ed. F. Machado & C.^a Porto, 1944. 3 Vols.
- SOARES, Ernesto* – Inventário da Colecção de Registos dos Santos. Lisboa, 1955.
- TELLES, Alberto* – Chorographia Geral dos Açores. Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.
- VAZ, Cónego Fernando de Meneses* – Famílias da Madeira e Porto Santo. Funchal 1964 (publicação incompleta).

UM ESTUDO SOBRE A CASA DO CASTELHANO
SITUADA NA CALDEIRA DAS LAJES

Por: Correia Guedes



CARACTERIZAÇÃO E ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO

A Casa do Castelhana, situada na Caldeira das Lajes, foi provavelmente construída no Século XVII, ou mesmo anteriormente. Assim levam a crer, quer o tipo e sistema construtivos, quer as referências escritas encontradas.



Figura 1. Vista fotográfica da Casa do Castelhana

Com efeito, pode ler-se, nos "Apontamentos para a História dos Açores" de Ferreira Drumond⁽¹⁾:

"Há também nesta freguesia muitas vinhas plantadas em biscoito que veio do interior da ilha, sendo o melhor vinho do sítio chamado a Caldeira junto ao mar, onde está um antiquíssimo edifício ou casa nobre estribada sobre colunas e arcos, demonstrando uma arquitectura e gosto mourisco; parece que foi habitação do capitão Pedro de Mendonça,

(1) Apontamentos Topográficos, Políticos, Cívicos e Eclesiásticos para a História das nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira. - Francisco Ferreira Drumond - Edição do Instituto Histórico da Ilha Terceira - 1990.

reedificada à custa de bens da instituição de seu neto o rico padre Mateus de Mendonça que hoje se acham no domínio da fazenda nacional. Ali mesmo se observam ainda vestígios da pequema capela de Nossa Senhora da Luz."



Figura 2. Vista do interior

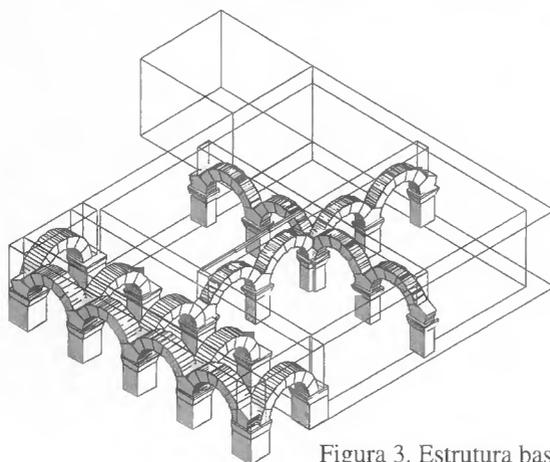


Figura 3. Estrutura base em arcarias

Este Capitão Pedro de Mendonça terá comandado uma companhia da Praia durante a Restauração, em 1641.

Nas descrição de Drumond, a localização da casa é a mesma, e as características construtivas apresentam semelhanças no que se refere à existência de arcos no piso térreo que vêm representados nas figuras 1, 2 e 3. A entrada do 1º andar é feita por uma varanda aberta sustentada por uma galeria formada por arcos de volta perfeita dispostos em duas direcções. A ela liga-se o corpo do edifício de planta quadrada com dois alinhamentos de quatro arcos cada um, dispostos em cruz (Fig. 3).

A forma e dimensão dos arcos e a espessura das paredes, de um covado (0,66m), são semelhantes aos de outros elementos estruturais dessa época, existentes em Angra do Heroísmo.

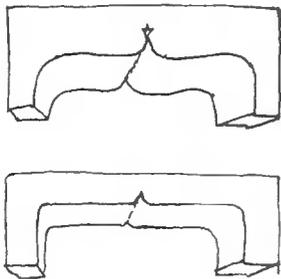
A simetria volumétrica longitudinal apenas é interrompida pelo maço do forno agregado à cozinha. No andar superior a varanda, larga, dá acesso a dois dos quatro compartimentos, todos iguais e dispostos em cruz com chão em estrutura de madeira com traves apoiadas em cachorros. Os tectos são em caixotão, como se mostra na figura 4.



Figura 4. Tectos de caixotão

Para além da informação que se possa recolher da documentação escrita e do tipo de estrutura utilizada, o tratamento das cantarias nos vãos, cimalthas e elementos estruturais são determinantes para fixar a época da construção que se situará no Séc. XVII.

Assim, alguns vãos interiores exibem vergas de pedra, ligeiramente sutadas e arredondadas na concordância com as ombreiras, com um rasgo em bico em toda a espessura, a meio vão, que constitui um remanescente decorativo dos bicos dos arcos em querena, comuns no estilo gótico (Figura 5). São peças idênticas às de vãos do palácio dos Remédios.



vergas de vãos góticos e de bico (Séc. XVI e Séc. XVII)



Figura 5. Vista de vão de porta interior com verga com bico

Outros vãos sutados nas esquinas das ombreiras, os cachorros de apoio das traves e a consola dupla em gomo que sustenta a soleira do lar do forno, são dispositivos construtivos comuns às raras obras sobreviventes executadas anteriormente ao Século XVIII.

As particularidades estruturais mais relevantes mostram-se em projecção isométrica explodida à escala de 1:100 no esquema da figura 6 da página seguinte.

ESTADO DA CONSTRUÇÃO E VALOR ACTUAL CORRENTE

A construção tem um valor corrente sem atender a todos aqueles factores e argumentos em prol da valorização inerente ao património, como sejam:

- Viver numa mansão luxuosamente diferente.
- Envolvência do conforto conferido pelos materiais de construção nobres.
- Construção sobrevivente a pelo menos dois sismos violentos (1841 e 1980) e a cerca de 350 anos.
- Existência de peças já raras hoje em dia, de que são exemplo, o talhão da água, a maçaria de pedra, o canal de despejo, o forno na cozinha e a moenda manual.
- Efeito decorativo dos tectos de caixotão das copeiras e dos pavimentos tradicionais.

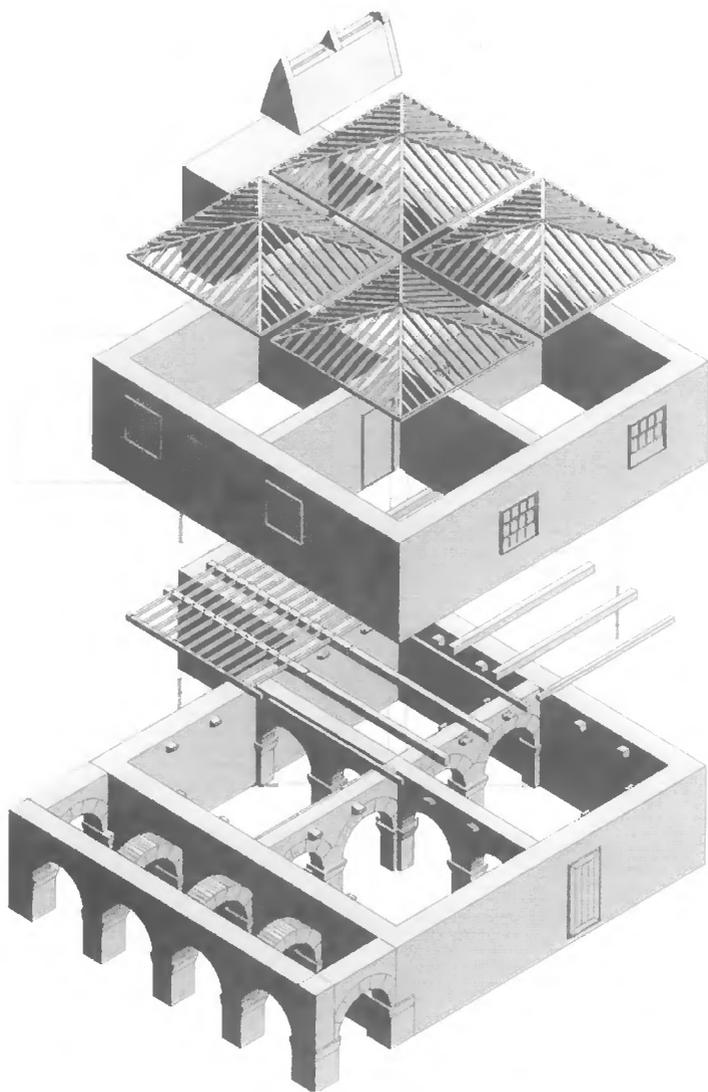


Figura 6. Perspectiva isométrica explodida da Casa do Castelhana situada na Caldeira das Lajes

OS TEMPOS DO PADRE JERÓNIMO EMILIANO DE ANDRADE

Por: Álvaro Monjardino

Ali, no alto da Rocha, onde confluem a rua que até há pouco se chamou do Príncipe de Mónaco e a que voltou a chamar-se dos Canos Verdes, existe, com a sua esplanada donde se disfruta uma belo panorama, um restaurante.

Este restaurante tomou o nome que a casa tinha dantes e nem é – para quem lhe conhece a origem e a história – muito agradável e evocar. Chamava-se, como hoje se chama, a *casa da roda*.

Naquela pequena casa, que pertencia e pertence à Câmara Municipal, se iam deixar, calada e discretamente, os meninos enjeitados.

Esta instituição da *roda* é muito antiga. Durante muito tempo, funcionou nos conventos. A *roda* era um cilindro oco, aberto verticalmente segundo um sector, e que girava à volta de um eixo, também vertical. Servia para comunicar com o interior dos conventos de clausura. Virada a abertura do cilindro para a banda de fora, punha-se lá o que era para mandar para dentro. O cilindro rodava. A parte aberta dava agora para o interior da casa. Tiravam-se então as coisas lá postas, sem se ver quem as havia posto.

Às vezes, essa *coisa* era uma criança, um recém-nascido. Criança mal-querida, geralmente filha de amores furtivos, era deixada na roda para que alguém dela cuidasse. Ficava, como então se dizia, *exposta*.

Os tempos eram outros, não havia pílulas nem *dispositivos*, o aborto provocado constituía um crime e um pecado muito sério. A criança exposta era, de facto, enjeitada pela mãe; mas, ainda assim, na esperança de que alguém tivesse misericórdia daquele pobre ser, o criasse e mesmo fizesse dele gente.

A instituição da *roda* era tão natural que, extintos os conventos no século passado, ela passou – melhor: voltou – a ser encargo municipal. As câmaras asseguravam aquele serviço público. Além disso, garantiam a assistência imediata decorrente: havia *amas* municipais para criarem os bebés abandonados. Não devia ser serviço de grande qualidade, porque alguns dados estatísticos do século passado mostram haver *amas* que, em um ano, recebiam tal quantidade de crianças que só morrendo quase todas se entende ser possível darem conta do encargo; sabido que uma ama também amamentava e que isso, em seres humanos, não é compatível com muitas bocas a chorar por leite materno.

JERÓNIMO EMILIANO

Jerónimo Emiliano de Andrade era exposto, ou enjeitado. Não se sabe quem foram os seus pais. Nem se foi à roda. Mas sabe-se que nasceu em 30 de Setembro de 1789 e que foi criado, como filho, pelo padre José de Andrade (de quem veio a usar o apelido) e por uma irmã deste, que com ele vivia. O nome que lhe foi posto trai a erudição religiosa de quem lho deu. São Jerónimo Emiliano era um nobre italiano que viveu entre os séculos XV e XVI, deixando a carreira das armas para se tornar sacerdote, e é o padroeiro dos órfãos e jovens abandonados.

A vida de Jerónimo Emiliano de Andrade decorre até fins de 1847, pois ele morre em 11 de Dezembro desse ano. Esse tempo, que vale a pena rememorar, é turbulento e altamente significativo na história da Humanidade: daqueles em que se põem em causa valores e se traçam rumos novos e surpreendentes para a vida das sociedades. É um período que começa com a Revolução Francesa e acaba com a revolução republicana e socialista de 1848, que é também o ano do Manifesto Comunista de Karl Marx.

O MUNDO DESSE TEMPO

A Revolução Francesa, ainda incruenta, começou com a convocação e a reunião dos Estados Gerais, mas logo ganhou uma dinâmica de violência e de subversão com a tomada da Bastilha, em 14 de Julho de 1789. As suas vicissitudes mudaram a face da Europa. Destruído o trono tradicional de França, logo a república evoluiu para o império napoleónico cujos exércitos espalhados pela Europa, difundiram – em estratos da população que os intelectuais atingiam com menor facilidade – as novas ideias, então chamadas liberais. E estas ideias floresceram e frutificaram mesmo entre os povos que haviam combatido e expulsado os invasores franceses. Extinto o poder napoleónico, restaurada precariamente a monarquia tradicional em França, o Congresso de Viena pretendeu (1815) consolidar uma Europa conservadora, mas não o conseguiu. Paralelamente, estimulavam-se os nacionalismos. A Grécia libertou-se do domínio turco, a Bélgica tornou-se em estado soberano. A Polónia insurgia-se, a Alemanha caminhava para a unificação (*Zollverein*, 1833) e a Itália dava os primeiros passos nesse sentido. A diplomacia da época foi marcada por homens pragmáticos, como Benjamin Franklin, e cínicos, como Talleyrand, que era bispo e abjurara da religião, servindo sucessivamente a Revolução Francesa, o imperador Napoleão e a monarquia restaurada.

Notáveis descobertas científicas e técnicas iam surgindo, só por isso trazendo novos cenários para a vida social e económica. A revolução industrial estava em curso. A máquina a vapor desenvolvia-se, aparecera a turbina e revolucionavam-se os transportes marítimos (com os *vapores*) e os terrestres, com os caminhos de ferro. Galvani, Faraday, Ampère, faziam descobertas fundamentais no campo da electricidade. Avançava-se nas ciências da Natureza e no entendimento da própria Criação (a viagem de Darwin, no *Beagle*, é de 1831). Na Medicina, Jenner descobria a vacinação e Bichat desenvolvia a anatomia patológica. Pontificavam os economistas liberais (a *Riqueza das Nações*, de Adam Smith, é de 1776), surgindo as doutrinas de Malthus e de Ricardo. Lançava-se a ciência estatística, e com ela os primeiros recenseamentos modernos. Enfim, na Filosofia faziam caminho e racionalismo de Kant e o idealismo alemão, bem como o positivismo e o psicologismo. Havia come-

çado em força a era romântica, típica do século XIX, com os seus ímpetos revolucionários e também com os seus enormes nomes na literatura, na música, nas artes plásticas, cuja projecção atinge os nossos dias e ainda nos fala poderosamente à sensibilidade.

Surgira, no Novo Mundo, um novo país – os Estados Unidos da América, a primeira república dos tempos modernos – Este facto, conjugado com o triunfo das ideias da Revolução Francesa, contaminara outras comunidades do continente americano. Sucessivamente, acediam à independência o Haiti (1804), a Argentina (1808), o México (1810), o Chile (1818), a Colombia (1819), o Peru (1820), a Venezuela, o Equador e as repúblicas da América Central (1821), o Brasil (1822) e a Bolívia (1823). Caíam, pois, os domínios europeus nas Américas. Nos confins do Pacífico, começara a colonização da Austrália, com degredados e degredadas provindos de Inglaterra.

PORTUGAL DESSE TEMPO

Em Portugal, estes 58 anos da vida do menino enjeitado correspondem a uma época de ásperas mudanças, cujos frutos generalizados – ao contrário do que veio a dar-se em outras partes do mundo, com o avanço da revolução industrial – tardaram muito em aparecer. Foi, por isso, uma época de convulsões, de sofrimentos, de atrasos relativos e até de recuos, cujas sequelas ainda hoje marcam a sociedade portuguesa.

Em 1789 reinava em Portugal D. Maria I e vivera-se, até então, um período de relativa prosperidade económica. As ideias que conduziriam, em França, à revolução, eram reprimidas. Mas as notícias atropelavam-se, e elas falavam de transformações radicais. A enorme maioria dos portugueses, marcada pela Igreja tradicional, ouvia com pavor o que se passava para lá dos Pirinéus. Século e meio antes, um outro país também matara o seu rei: tinha sido a Inglaterra de Cromwell. Mas a *supressão*, o julgamento, a execução de Luís XVI eram actos de muito maior alcance e exprimiam uma ideologia radical e de grande combatividade. O que hoje faria decerto muito menos impressão, abalava naquele tempo as estruturas (e as certezas) de uma sociedade tradicional e devota.

Ainda poucos anos antes se haviam aplicado, aos Távoras e aos outros elementos da conjura que ia vitimando D. José, as penas máximas – e agravadas – das Ordenações Filipinas, então vigentes: e isto por haverem atentado contra *a pessoa* do rei, o que se considerava um sacrilégio. Ora bem, a República francesa e o seu órgão – a Convenção – haviam mesmo cometido e assumido esse sacrilégio, e fazendo-o em nome da própria nação.

Consumida por esta e outras preocupações a rainha enlouqueceu em 1791. Depois (1793) aconteceu a guerra do Roussillon, de que Portugal saiu minimizado e isolado diplomaticamente. A seguir, as invasões francesas, a partida da família real para o Brasil, a guerra peninsular. Este período tumultuário deixou feridas abertas e destruições irreparáveis. De resto, a tropa francesa de ocupação não se ensaiava para matar, saquear e violentar. Quem alguma vez esteve em Alcobça terá visto, na igreja do grande convento, os túmulos de D. Pedro e de Inês de Castro. Esses túmulos apresentam, de ambos os lados, destruição nos relevos esculpidos e grandes remendos de gesso. Essa destruição e esses remendos mostram onde foram arrombados à coronhada pela soldadesca estrangeira, à procura de jóias, no meio das misérias que lá dentro haveria. Assim se perderam também, queimados e dispersos, muitos dos arquivos de Portugal.

No Rio de Janeiro – capital recente, que sucedera a Salvador da Baía – a corte instalara-se. Portugal era agora o Reino Unido de Portugal e do Brasil, e a nova bandeira nacional incluía no seu escudo, pela primeira vez, a esfera armilar. Pode ver-se este escudo do efémero Reino Unido na Igreja de São Francisco de Angra, encimando o arco do altar-mór. A criação do Reino Unido era um passo, decerto tardio, para a criação de uma comunidade transatlântica, autêntica novidade na História do Ocidente. Em qualquer caso, a grande colónia portuguesa da América nunca mais seria colónia.

No continente do reino, devastado pela guerra, regido por uma Junta Governativa, quem de facto mandava era William Beresford, oficial britânico que, com o título de marechal, comandava o exército português.

Em 1817 dava-se, descobria-se e sufocava-se a conspiração de Gomes Freire de Andrade. Em 1820, a revolução liberal triunfava, a

partir do Porto: haveria uma assembleia (*cortes constituintes*) para fazer uma Constituição, como houvera em França, e depois em Espanha. D. João VI, já rei por morte da mãe louca, regressava do Brasil, onde jurara as bases da nova Constituição, ainda em processo de feitura. Sobrevinha contudo, em 1822, a independência do Brasil. Em 1823, a recção absolutista, comandada pelo infante D. Miguel, culminava na *Vilafrancada*, mas abortava na *Abrilada*, já no ano seguinte. D. João VI morria em 1826 e abria-se a crise sucessória. D. Pedro, no Brasil, outorgava a Carta Constitucional e abdicava dos seus direitos à coroa portuguesa, como primogénito que era, em sua filha D. Maria, que tinha 7 anos de idade.

D. Miguel, exilado depois da *Abrilada*, regressava a Portugal e, numa vaga popular, era aclamado rei, em detrimento da sobrinha. Começara, e continuava, a emigração dos liberais para Inglaterra. Em 22 de Junho de 1828, uma revolta militar estabelecia, nesta cidade de Angra, um governo liberal, fiel a D. Maria. Em 1832, a partir dos Açores, D. Pedro – que, entretanto, deixara o trono imperial do Brasil, e usava o título de Duque de Bragança – invadia o continente português. Em 1834, D. Miguel estava derrotado, e implementavam-se as grandes reformas liberais: reforma da administração pública, das Finanças e da Justiça, extinção dos conventos e a subsequente *venda dos bens nacionais*, espécie de *privatização* – em prático benefício dos grandes do novo regime – do espólio das casas religiosas abolidas e de outros produtos do confisco aos vencidos.

Em 1836 era a *revolução de Setembro*. Em 37, a *revolta dos marechais*. Em 38, uma nova Constituição. Em 1842 voltavam ao poder os partidários da Carta Constitucional de D. Pedro (cartistas). Em 1844 era a revolta da Maria da Fonte, aproveitada pelos setembristas. Por todo o país lavrava a desordem, com ajustes de contas contra os miguelistas vencidos, agora demandados na justiça, que os despojava dos bens para pagarem indemnizações aos vencedores. Matava-se gente gratuitamente e com impunidade. Reaparecia, por tudo isto, uma reacção de fiéis a D. Miguel e, apesar de findas as campanhas militares, o que se vivia era uma guerra civil. Foi preciso a rainha apelar a uma intervenção estrangeira; com a marinha inglesa, tropas espanholas e diplomacia de França se pôs uma espécie de freio neste loucura colectiva.

Não pode surpreender que, neste meio século, enquanto a Europa se desenvolvia, Portugal patinasse na anarquia, comprometendo o progresso possível nas convulsões políticas e sociais.

A CAPITANIA GERAL

Jerónimo Emiliano nasceu quando Angra era a sede da Capitania Geral 1791. Depois dos Açores, aqui instalada em 1766 pelo Rei D. José, por ideia e vontade de Sebastião José de Carvalho e Melo. O arquipélago, unificado, ascendera em 1771 à categoria de província de Portugal.

A Capitania Geral era um governo fundamentalmente militar. Só a partir dessa realidade básica se alargava à administração civil, à Justiça, à Fazenda, ao fomento. Era também, como fruto da época, um sistema centralizador e autoritário. O regimento que Antão de Almada, o 1º capitão-general, trazia consigo, conferia-lhe o estatuto de quase vice-rei e uma série de poderes que lhe permitiam controlar toda a administração pública, inclusivamente tutelando as instituições municipais.

Durou 66 anos (1766-1832) o governo dos capitães-generais. Na história das ilhas, como sempre feita pelos vencedores, a Capitania Geral aparece conotada com o regime absoluto, com o centralismo governativo e com a chamada *tiranía da Terceira*, que assim pagava o preço de haver tido, na sua cidade de Angra, a sede do governo dos Açores.

É de lembrar, por justiça e em qualquer caso, que à Capitania Geral se deveu um importante impulso dado às actividades económicas e mesmo uma tentativa de reforma agrária, como hoje se diria, introduzindo culturas, eliminando animais daninhos e racionalizando a utilização dos baldios. A Capitania Geral interveio na circulação monetária, impôs medidas reguladoras das exportações, criou uma Junta de Melhoramentos Agrícolas, construiu estradas, promoveu projectos portuários e desencadeou a primeira campanha de vacinação pública.

Mas era, sobretudo e como já se disse, um governo militar. O capitão-general cuidava, por isso e com principal e natural prioridade, dos problemas de defesa, de recrutamentos, de guarnição, de logística, de fortificações. Tudo aparecia numa perspectiva marcial. Foi assim que

surgiu a aula de Matemáticas, e depois a Academia Militar de Angra (1810-1825), o primeiro estabelecimento de ensino superior e laico que houve nos Açores.

Os problemas de defesa tinham a ver com o que se passava no mundo atlântico de então. Eram as sequelas das guerras europeias, das independências americanas e, ulteriormente, das próprias lutas liberais em Portugal.

As guerras havidas nos dois continentes só marginalmente atingiram os Açores, com episódios como o da *General Armstrong*, destruída na baía da Horta por três navios ingleses, perante a impotência das autoridades locais (1814), e incursões ocasionais de corsários da América Latina.

No princípio do século XIX era notória a preponderância de algumas – raras, aliás – famílias estrangeiras, como os cônsules norte-americanos Hickling (em Ponta Delgada), Dabney (na Horta) e o representante britânico Read (em Ponta Delgada). As humilhações causadas pelos ingleses vinham de trás: antes do caso da *Armstrong*, chegara a haver desembarques armados, arrecadação de impostos e até raptos de freiras de conventos da Horta. Em 1813, em Londres, Thomas Ashe, oficial da Royal Navy, publicava um livro, a que chamou «History of the Azores», no qual defendia que estas *valuable islands* deviam separar-se de Portugal, incapaz de as fazer progredir, e acolher-se ao protectorado de S. M. Britânica.

Ao tempo, exportava-se laranja para a Grã-Bretanha, mas já se intensificavam as relações económicas com os Estados Unidos, fundamentalmente devido às frequentes escalas de navios baleeiros, vindos da Nova Inglaterra. Estas escalas marcaram a história dos Açores, por alterarem o destino emigratório dos açorianos que, gradualmente e durante o século XIX, se foi desviando do Brasil para a América do Norte.

DEPORTADOS DA «AMAZONA»

No dia 26 de Setembro de 1810, no Buçaco, enfrentavam-se as tropas do general Massena com o exército anglo-português, travando-

-se uma batalha que foi o início da derrota dos franceses na sua última invasão de Portugal.

Nesse mesmo dia 26 de Setembro chegava a Angra a fragata *Amazona*, trazendo a bordo uma leva de deportados políticos. Eram homens com categoria intelectual e social, suspeitos de ideias afrancesadas, como então se dizia dos que mostravam simpatias ou tendências liberais. Haviam sido enviados para os Açores sem julgamento, no estado de autêntica emergência em que se vivia – uma situação de guerra com invasão estrangeira, que era o de então em Portugal –.

Foi com enorme má vontade e um grandíssimo receio de que aquela gente contaminasse a sociedade açoriana com ideias novas e subversivas que o capitão-general Aires Pinto de Sousa os recebeu.

Os receios de Aires Pinto de Sousa eram fundados. Tinha efectivamente recebido uma autêntica carga explosiva – ao retardador –.

A maior parte dos deportados da *Amazona* manteve-se nos Açores por mais de 10 anos. Houve-os que casaram e ficaram, houve-os que regressaram depois. Alguns exerceram aqui a sua profissão. Todos, de uma maneira geral, tiveram uma influência importante nas *élites* locais. Essa influência foi a semente de ideias novas que nos Açores também germinaram e atingiram, entre outros, o já então frade franciscano Jerónimo Emiliano de Andrade.

AS MUDANÇAS POLÍTICAS NOS AÇORES

Foi em Ponta Delgada que ocorreu o primeiro movimento liberal dos Açores: em 1 de Março de 1820, na sequência da revolução do Porto. Rebelião sem sangue, ela era mais feita contra a Capitania Geral – celebrava-se a «independência de São Miguel contra a tirania da Terceira» – do que em nome das novas ideias políticas radicadas na Revolução Francesa.

Em 2 de Abril seguinte, Francisco António de Araújo, que fora capitão-general até pouco tempo antes e depois não regressara ao Continente, comandou em Angra um movimento revolucionário declaradamente liberal.

Foi de poucas horas o seu triunfo. O novo capitão-general, Francisco de Borja Garção Stockler, que se retirara para a Praia, regressou a Angra no meio do entusiasmo popular, sublevou a guarnição do castelo de São João Baptista e Araújo foi morto em um recontro havido dentro da própria fortaleza.

Mesmo assim, sabendo entretanto que D. João VI havia jurado, no Rio de Janeiro, as bases da Constituição, Stockler acabou também por fazê-la aclamar em Angra, já em 1821. Só no mês de Agosto deste anos se elegeram os deputados dos Açores para as Cortes Constituintes. E entretanto, de um grupo de jovens fervilhando de ideias novas e de inconformismo, saía um panfleto, a *Corographia Açorica*, de João Soares de Albergaria e Sousa, reivindicando a unidade e a emancipação do arquipélago e citando Thomas Ashe, o capitão inglês separatista, em apoio das suas razões.

A cisão que se dera nos Açores com as Juntas Provisórias de Ponta Delgada e da Horta assinalava o início de uma luta de influências e interesses que iria levar à divisão administrativa do arquipélago. De nada serviram, nas Cortes Constituintes de 1821, as razões aduzidas por Manuel Inácio Martins Pamplona e Roberto Luís de Mesquita em prol da unidade açoriana – talvez por a séde dessa unidade continuar a ser em Angra... –. É certo que a tendência para a fragmentação vinha de trás, radicando na distância entre as ilhas e na antiga tradição dos capitães do donatário. Mesmo no tempo da Capitania Geral, unificadora da administração açoriana, havia dois corregedores (um em Angra, outro em Ponta Delgada) desde 1766; um delegado do capitão-general em São Miguel, desde 1790; e outro no Faial, desde 1797... Os germes da divisão estavam aí. Da revolução liberal que se aproximava iam resultar as duas comarcas, depois os três distritos açorianos, que sobreviveriam até 1976.

Com o momentâneo triunfo da *Vilafrancada* miguelista, os tradicionalistas açorianos levantaram a cabeça e deram em perseguir os liberais. Dividiam-se famílias por opções políticas. Mas em 1824, após a *Abrilada*, repusera-se a Constituição. Regressado entretanto D. Miguel ao Continente, e aí aclamado rei, reavivavam-se as perseguições aos liberais, erguiam-se as forcas, o Portugal tradicionalista e caceteiro varria de novo o constitucional.

Esta reacção estendeu-se logo de seguida aos Açores. Em 18 de Maio de 1828 D. Miguel era aclamado na Terceira rei de Portugal, no meio de um enorme entusiasmo popular. Em sinal de júbilo, os frades de São Francisco de Angra – mas com eles não estaria Jerónimo Emiliano, liberal de convicção...– disparavam tanto fogo das janelas do convento que ele mais parecia um castelo, escreveu Ferreira Drummond, testemunha destes sucessos.

Em 1823 havia sido deslocado para Angra o batalhão de Caçadores 5, por serem conhecidos os sentimentos liberais dos seus elementos. Em 22 de Junho de 1808 este batalhão revoltou-se, prendeu o capitão-general Albuquerque Tovar, tomou o castelo de São João Baptista, abriu fogo nas ruas contra o povo e, em sessão da Câmara de Angra, levou-a a declarar restaurados os direitos de D. Maria à coroa de Portugal.

A RATOEIRA

Neste momento, estava praticamente reduzido à ilha Terceira o espaço português fiel à jovem rainha D. Maria; a revolta liberal, pouco antes havida no Porto, já se achava então em debandada para a Galiza.

Em 15 de Julho chegava o novo capitão-general, Henrique de Sousa Prego, já nomeado por D. Miguel. Em Angra não lhe foi permitido o desembarque e Sousa Prego teve de ir para Ponta Delgada, onde se fixou.

Mas já em Agosto desse ano o fervor de Caçadores 5 esmorecera. A Junta do Porto tinha caído, anunciava-se uma expedição de forças leais a D. Miguel e Quintino Dias, o comandante do batalhão, tentou sair da Terceira com os seus homens. Foram os liberais civis desta vez – e à frente deles, Teotónio de Ornelas, ao tempo com 21 anos – quem o impediu. Foram também estes que abriram listas para a inscrição de voluntários e, a 21 do mesmo mês, constituíram uma Junta Provisória.

Entretanto, começavam a chegar alguns socorros à Terceira: do Brasil, da Inglaterra... Os campos, dentro da ilha, estavam extremados. Os miguelistas combatiam como guerrilheiros, sob o comando de João Moniz Corte-Real, veterano da guerra peninsular, e de Joaquim de Almeida

Tavares do Canto. Foi assim que ocuparam a Praia e aí aclamaram mais uma vez o rei D. Miguel. Tinham 3.000 homens, mas só com armas ligeiras e sem artilharia. Estas forças acabaram derrotadas no combate no Pico do Seleiro.

A 28 de Outubro, a Junta Provisória declarava a cidade de Angra séde do governo dos portugueses, «por ser o único território onde hoje há um governo legítimo em Portugal».

Vivia-se um ambiente de guerra – guerra civil –. A Junta Provisória promovia acções contra os guerilheiros, perseguia quem os acolhia ou ajudava, punha a prémio a cabeça dos principais, prendia pessoas e incendiava habitações, aplicava castigos públicos.

Em Dezembro, sob uma intensa acção diplomática miguelista, o governo britânico retirava o discreto auxílio que prestara aos liberais portugueses e bloqueava os portos da Terceira com navios de guerra que, logo no mês seguinte, impediam João Carlos Daun – ao tempo Conde de Saldanha e que vinha de França, com reforços – de aqui desembarcar.

A ratoeira, chamavam os próprios liberais à pequena ilha isolada.

A VIRAGEM

Em Março de 1829, todavia, o bloqueio inglês afrouxou.

Começavam a chegar à Terceira tropas partidas de Inglaterra, e com elas o batalhão dos Voluntários da Rainha. Como capitão-general, em nome de D. Maria, vinha António Manuel Severim de Noronha, conde de Vila-Flor.

Este homem possuía verdadeiras qualidades de chefe militar. E logo entrou a reforçar as velhas fortificações, a exercitar as tropas e a infundir-lhes confiança, preparando-as para a prova de força que se aproximava.

E a prova chegou. Em 11 de Agosto de 1829, uma esquadra miguelista tentava desembarcar 3.400 homens junto ao forte do Espírito Santo, no extremo Norte da baía da Praia. Sob o comando de Vila Flor, a guarnição de terra resistiu, o desembarque foi repellido, a esquadra retirou com 400 baixas.

O combate de 11 de Agosto marca uma viragem, por assinalar a primeira vitória nacional das forças liberais. A batalha da Praia desacreditou a armada miguelista e teve repercussões fora de Portugal. A Terceira já não era mais *a ratoeira*. Os bardos liberais cantavam-na em poemas, Alexandre Herculano chamou-lhe o *rochedo da salvação*.

Em Dezembro desse ano mandavam-se fundir os sinos das igrejas para fazer moeda – a moeda de 80 cruzados, que correu conhecida pelo nome de *maluco* –.

Na Primavera de 1830 começou a governar, na Terceira, a Regência de 3 membros que D. Pedro nomeara no ano anterior. No Verão, a Regência iniciou o seu trabalho legislativo que, até ao ano seguinte, lançaria as primeiras grandes reformas do regime.

Em Abril de 1831, Vila Flor empreendia a sujeição das restantes ilhas dos Açores. O Pico entregou-se sem problemas. Houve resistência em São Jorge, com o seu último reduto na Calheta. O Faial capitulou em fins de Junho. Em 1 de Agosto, a expedição liberal desembarcava no Norte de São Miguel; a vitória de Vila Flor ficava selada no dia seguinte, com o combate da Ladeira da Velha. A 3 de Agosto, D. Maria era aclamada em Ponta Delgada e Henrique de Sousa Prego, o capitão-general miguelista, retirava-se para Lisboa, sob a protecção do cônsul britânico. Em 10 de Agosto, a Graciosa aclamava D. Maria, e o mesmo faziam as Flores, o Corvo e Santa Maria.

D. Pedro, após a abdicação feita no Brasil, tinha vindo para a Europa. Chegou à Terceira a 3 de Março de 1832 e assumiu a Regência. Enquanto Mousinho da Silveira preparava os grandes diplomas que reestruturariam o país, organizava-se a expedição que iria contra o Continente miguelista. Esta expedição saiu de Ponta Delgada a 27 de Junho, a caminho de uma vitória que alcançaria dois anos depois.

OS AÇORES DEPOIS DA REGÊNCIA

Os anos seguintes – aqueles em que Jerónimo Emiliano iria desenvolver a sua mais conhecida actividade como professor e autor –

ficaram assinalados pela acção política e social de José Silvestre Ribeiro, sobretudo desenvolvida a seguir ao terramoto que, em 1841, arrasou a vila da Praia.

Não foi essa, aliás, a única calamidade telúrica a atingir os Açores no tempo de Jerónimo Emiliano. Houvera abalos de terra na Terceira em 1800. Em 1808, uma erupção vulcânica, que duraria mais de um mês, atingiu gravemente a ilha de São Jorge, matando gente e deixando, da igreja da Urzelina, apenas a torre, que ainda lá está. Em 1811, uma erupção submarina ao largo da Ponta da Ferraria, em São Miguel, fez nascer do mar uma ilha, logo apropriada pela *Sabrina*, fragata da marinha real inglesa que lhe deu o nome e nela colocou de imediato a sua bandeira: acontecimento revelador do apetite britânico pelos Açores de então, aliás bem expresso no livro de Thomas Ashe, que é desse tempo, como se referiu.

De resto, a revolução liberal ia produzindo os seus frutos. Caíra a nobreza rural, ascendia a burguesia. Não houve o escândalo da venda dos bens nacionais, que enriquecera, no Continente, os maiores sustentáculos do regime novo. Nos Açores, a maior parte dos bens confiscados serviu para edifícios públicos ou para obras sociais. O rendimento dos que se vendessem estavam destinados, por decreto, à construção dos portos artificiais de Angra, de Ponta Delgada e da Horta, promessa que não foi cumprida...

Do seu notável (ainda que nem sempre voluntário...) papel para o triunfo da causa liberal, a Terceira ganhou a Torre e Espada para Angra – doravante chamada, graças a Almeida Garrett, «do Heroísmo» – e para a Praia o título de «muito notável» e ainda o acrescento «da Vitória», memória do 11 de Agosto. Sobre as ruínas do velho castelo senhorial de São Luís, ou dos Moínhos, veio a erguer-se a pirâmide em memória do imperador D. Pedro e dos tempos novos que com ele haviam chegado.

Mas as ilhas, que eram pobres, pobres continuaram. A máquina a vapor, aplicada aos navios, dera origem ao barco com propulsão própria, de que um exemplar – o *Superb* – trouxe D. Pedro para os Açores. Esta revolução técnica veio afectar o arquipélago de maneira muito negativa. Ilhas descobertas e povoadas em função das exigências da

navegação à vela, viam-se gradualmente excluídas dos grandes circuitos comerciais do Atlântico Norte, que cada vez menos as procuravam para as suas escalas.

O EGRESSO

Em 28 Maio de 1834 um decreto do Regente, devido ao ministro Joaquim António de Aguiar, extinguiu em Portugal os institutos religiosos. Das casas em que esses institutos funcionavam, doravante apropriadas pelo estado, tiveram que sair os membros da comunidade que nelas viviam. Daí o nome de *egressos* que tomaram, por haverem *sai*do dessas extintas casas de religião. Era-lhes assegurada uma modesta pensão enquanto não tivessem outra fonte de rendimento – excepto se houvessem tomado voz pelo usurpador, o banido infante D. Miguel, porque esses teriam de se arranjar por si...–.

Jerónimo Emiliano de Andrade, egresso de São Francisco de Angra e liberal de convicção, dedicou-se ao ensino, sua vocação evidente, como que entendendo que os tempos prósperos da sua terra eram passados e um melhor futuro apenas seria possível através da difusão e da qualidade dos conhecimentos. Ou seja, que era o capital humano o que mais contava, e o progresso não podia fazer-se sem uma sólida preparação dos jovens, o que tanto se descuidava em Portugal.

Os seus méritos eram conhecidos e por isso não lhe faltou ocupação pública. Jerónimo Emiliano, que já era, desde 1832, professor de Filosofia e História, foi nomeado comissário dos estudos e reitor do recém-criado liceu de Angra, o primeiro a instituir-se nos Açores.

Não foi, em qualquer caso, um burocrata como alguns o são, no pior sentido – os que começam a carreira a pensar na reforma, a 2^a feira a pensar (agora...) na 6^a à tarde, o dia de trabalho a pensar na hora de saída...– Trazia, da sua formação, a disciplina de vida e, dos seus ideais, a febre de promover e educar.

Talvez por isso – e como de vez em quando ainda sucede entre nós – Jerónimo Emiliano de Andrade teve, como pedagogo, de acudir a necessidades várias ao mesmo tempo. A sua obra escrita, após a extinção

do convento a que pertencia, alarga-se de 1834 até à morte – os seus últimos trabalhos foram publicados postumamente –; a «Biblioteca Açoriana», de Ernesto do Canto, e a «Bibliografia Geral dos Açores», de João Afonso, registam mais de 20 títulos da sua autoria, com várias edições. Desde os «Primeiros elementos da doutrina cristã» e de outras obras de formação religiosa, esses títulos alargam-se a opúsculos sobre Aritmética, Retórica e Poética, Geometria, História Universal e de Portugal, Geografia, Gramática portuguesa e latina, Literatura e Filosofia. Obra à parte é a «Topografia da Ilha Terceira», monografia completa em dois volumes sobre a terra onde nasceu, trabalhou e morreu, e que desejou aberta aos novos tempos.

Tais foram os conturbados tempos, tal a intensa vida de Jerónimo Emiliano de Andrade cujo busto de bronze, no átrio da escola secundária que merecidamente conservou o seu nome, é olhado com indiferença – quando é olhado sequer – pelos 3.500 jovens que a frequentam.

Foi, assim, um homem digno da sua época e da revolução por alguns sonhada: como, infelizmente, raríssimos terá havido então em Portugal. Raridade a que se devem as desgraças que atrás ficaram recordadas e cujas sequelas – peso morto de grandes mediocridades e pequenos ideais – vieram até aos nossos dias.

FREI JERÓNIMO APÓSTOLO DA INSTRUÇÃO POPULAR

Por: Valdemar Mota

Nasceu num pobre casebre da rua da Guarita, filho de pai desconhecido, abandonado pela mãe, foi criado até aos três meses em casa de uma pobre mulher na rua do Barreiro – isto escrevia-se em *O Imparcial*, folha angrése, aos 15 de Dezembro de 1889, quando se comemorava o 1º centenário do nascimento do Padre Jerónimo Emiliano de Andrade.

Essa criança, depois de três meses de idade, foi recolhida, criada, educada e orientada, ao ponto de entrar para a comunidade da seráfica ordem franciscana, sob a protecção do Padre José de Andrade, beneficiado da Sé de Angra ou, como diz um testemunho próximo dos anos em que ele viveu, "a caridade cristã do padre José de Andrade, um virtuoso e santo homem, recolheu o pequeno orfão". Foi esse orfão que professou com o nome de Frei Jerónimo Emiliano de Andrade – adoptando como apelido o *Andrade* do seu protector – que, anos mais tarde, por ocasião da morte do seu benfeitor proferiu a solene oração fúnebre intitulada *Elogio histórico da vida do insigne sacerdote José de Andrade* (1821).

A notícia dessa comemoração, "testemunho eloquente da muita saudade e gratidão dos terceirenses pelo ilustre e benemérito trabalhador" (palavras de *O Imparcial*), tinha vindo a público pouco antes e fora obra da imprensa periódica terceirense, que se reunira com o inspector de Instrução Primária nos Açores, no sentido de ser prestada a devida home-

nagem ao homem e sacerdote ilustre já designado como *apóstolo da instrução popular*. No campo político, foi ele um verdadeiro liberal e apaixonado pelas liberdades que caracterizaram a sua época; como frade da ordem franciscana e, mesmo depois da abolição das ordens religiosas, como clérigo secular, foi sempre um sacerdote respeitável prestando o seu múnus à religião e aos fiéis que o procuravam; mas é sobretudo no ensino que a sua obra se reveste da maior importância.

Dotado de talentos excepcionais, que ficariam dispersos pela sua actividade didáctica e histórica, o Padre Jerónimo viria a ocupar quando da reforma do ensino e criação dos liceus nos Açores em 1845, primeiro, o lugar de professor da quinta e sexta cadeira do Liceu Nacional de Angra do Heroísmo, ensinando oratória, poética e literatura clássica, e, pouco depois, por decreto de 3 de Dezembro do mesmo ano o cargo de 1º reitor dos Estudos nesta mesma cidade de Angra.

Pe. Jerónimo, que professara no vetusto convento de S. Francisco de Angra, já por si alforge de eminentes capacidades intelectuais e mestres na arte, na retórica, nas línguas, na latinidade, nas ciências teológicas e universais, assim, também, ele próprio que aos 15 anos de idade já se impunha como profundo conhecedor da língua pátria e assim também da latina, graças ao seu grande protector e leccionaria nas aulas do seu convento o latim, retórica, filosofia, história universal, geometria, cronologia e história filosófica. Foi lente em artes e vigário capitular na sua ordem. Com o governador civil o então conselheiro Nicolau Anastácio de Bettencourt prestou o seu grande concurso e colaboração às obras de reparação e construção no antigo convento de S. Francisco.

Mas, ainda antes de receber a ordem do presbiterado, frei Jerónimo defendeu teses públicas com arguentes como o desembargador Vicente José Ferreira Cardoso, o cónego regular D. Francisco da Soledade, Francisco Cloutz Wanzeller, José Portely, além de outras entidades cultas, que, nesta ilha, cumpriam pena de deportação. Fizeram-lhe justiça: a ordem franciscana nomeou-o substituto de Filosofia, com o título de *mestre reparante*. Já presbítero foi mestre de artes e em 1818 era já regente da cadeira recém-criada de Teologia Dogmática e Moral. No ano de 1823, depois de uns tempos de ausência nas ilhas, volta a exercer o ensino, desta feita dando aulas de Retórica, para o que fora

nomeado por D. João VI. Na sua tentativa frustrada de ir para o Brasil em 1828, ficou-se pela Graciosa, fazendo ali, das belezas daquela ilha, o seu *exílio voluntário*, aproveitando o tempo na recolha de elementos para organizar as suas Topografias das ilhas Terceira e Graciosa, não chegando a publicar esta última ⁽¹⁾. A 15 de Agosto de 1831, regressou à Terceira onde retoma o exercício da docência liceal, lecionando Retórica a que juntou as cadeiras de Filosofia e História Universal por despacho de 8.3.1832 de D. Pedro, Duque de Bragança.

No decorrer de 1847 os seus males de estômago agravaram-se de tal modo que no 1º de Dezembro desse mesmo ano dava a sua última lição como professor, falecendo a 11 seguinte. A sua morte foi muito sentida. Como disse A. Gil: "Morrera o homem; mas a grandeza das suas virtudes e a magnanimidade de seus trabalhos literários existem ainda para lhe perpetuarem a memória, apesar do tempo e apesar da campa que lhe encerra as cinzas".

Das obras escritas pelo Pe. Jerónimo de Andrade, apontam-se estas incluídas na sua bio-bibliografia, a saber: *Catecismo religioso; Compêndio de moral e civilidade; Gramática portuguesa e latina, aritmética, geometria, geografia, história pátria, universal e filosofia, lógica, metafísica, ética, literatura clássica, retórica, poética, teologia dogmática e moral*.

Refere o seu biógrafo A. Gil de que todos estes compêndios destinados ao ensino foram publicados, com uma excepção apenas, a do compêndio de *Teologia*. Mas em compensação de todas as outras obras do Pe. Jerónimo se fizeram mais do que uma edição e a *Gramática portuguesa* foi mesmo merecedora de repetidas edições, onze se não estamos em erro, ocorridas na Terceira, Ponta Delgada e Lisboa, "onde - diz o mesmo biógrafo - ainda ultimamente (data anterior a 1873) depois da nova Reforma da Instrução Secundária foi impressa com um pequeno suplemento, para ser adaptada ao curso de português dos liceus". Curiosa-

(1) A. Gil, *Almanach Insulano, para os Açores e Madeira, estatístico, histórico e literário para o ano de 1874*, direcção de A. Gil, Augusto Ribeiro e F. J. Monis de Bettencourt, Tip. da Terceira, Angra do Heroísmo, 1873.

mente pode-se considerar o Pe. Jerónimo como uma figura extremamente avançada no ensino e na instrução do seu tempo e o avanço que levou comparadamente a métodos que só muitos anos depois viriam a ser postos em prática, foi enorme. Foi o caso de logo que passou a reger a aula de *Filosofia e História Universal* no liceu de Angra do Heroísmo, lhe haver anexado a de *Geometria, Geografia e Cronologia*, matérias estas que *só doze anos depois a lei então admitiu como disciplinas do curso*, afirma-se na biografia citada.

Augusto Gil ao apregoar em bom som que "dos Açores saíram as primeiras leis do regimento liberal reformando a Instrução Pública e nos Açores apareceu o primeiro apóstolo desse moderno evangelho, após-tulo convicto que todo se devotou ao cumprimento da sua nobre missão", era ao Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade que ele se referia.

Da autoria deste emérito sacerdote e professor de grande ilustração, saiu uma obra ainda hoje consultada obrigatoriamente nos assuntos da História destas ilhas. Trata-se da *Topographia ou descrição phisica, politica, civil, ecclesiastica e historica da Ilha Terceira dos Açores*, oferecida à Mocidade Terceirense, pelo Padre Jerónimo Emiliano de Andrade (1843), seguida dos *Apontamentos Phostumos* para servirem de continuação à *Topographia da Ilha Terceira*, da autoria do Padre Mariano Constantino Homem, discípulo e amigo íntimo do Pe. Jerónimo e também seu biógrafo, pois escreveu a *Pequena biografia histórica da vida do insigne Padre Jerónimo Emiliano de Andrade*, base elementar para o desenvolvimento da vida e obra de tão eminente Mestre.

Guardo ciosamente entre os meus livros, numa só encadernação quase desfeita, o *Resumo da história portuguesa acomodado às lições e exercícios das escolas*, do Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, impresso na *Oficina do Terceirense*, Angra do Heroísmo, 1846, seguido de outros dois títulos: *Prolegomenos da gramática latina para uso dos alunos de latim do lyceu D'Angra do Heroísmo*, Tip. de M.J.P. Leal, Angra do Heroísmo (sem data) e *Primeiros elementos de literatura clássica, oratória e poética, para uso das lições de cor dos estudantes da quinta cadeira do lyceu da cidade D'Angra do Heroísmo*, Tip. do Angrense (1847), do mesmo ilustre autor.

O Padre Jerónimo morreu precocemente aos 58 anos de idade,

tendo vivido modestamente numa casa da rua de Jesus, onde escreveu as suas obras, os seus sermões e redigiu o seu testamento. Ao falecer foi sepultado no cemitério do hospital de Santo Espírito, de onde mais tarde, em 1850, os restos mortais de tão insigne e virtuoso sacerdote e primeiro Comissário dos Estudos, foram trasladados para o cemitério de N^a S^a do Livramento, de pouco iniciado, onde a amizade e admiração de muitos, entre os quais o governador conselheiro Nicolau Anastácio de Bettencourt lhe erigiram um monumento em mármore sobre a lousa do coval n^o 349, em forma piramidal, com uma inscrição que se pode entender como um pergaminho também de mármore, sustentado por dois anjos, anunciando aos quatro ventos:

*Aqui jaz
o insigne padre
Jerónimo Emiliano de Andrade
primeiro comissário dos estudos
no distrito de Angra do Heroísmo
reitor do liceu desta cidade
e professor de
retórica, poética e literatura
nasceu a 30 de Setembro de 1789
faleceu no dia 11 de Dezembro de 1847
honrou as letras e a pátria.*

Foi esse o resultado da subscrição pública, para erigir tal monumento fúnebre, por edital de 18.12.1847 da Autoridade Administrativa. O edital do então governador civil conselheiro Nicolau Anastácio de Bettencourt, deixou bem claro nesse documento histórico que a "instrução pública e o serviço nacional têm a lamentar a perda irreparável de um varão sábio de raro conhecimento, tão distinto por suas virtudes como por valiosos serviços prestados com esclarecido zelo à educação da mocidade.

Também Augusto Gil em 1873 tomava o pulso do que fora a acção do Padre Jerónimo no campo da instrução nestas ilhas açorianas, referindo que "não se pode falar no moderno desenvolvimento da instrução

pública nos Açores, sem mencionar com reconhecimento o nome do Padre Jerónimo Emiliano de Andrade. Filho ignorado do povo, sentiu ele no peito a aspiração das grandes ideias, que deviam trazer à sua pátria a emancipação política pela liberdade constitucional e a emancipação do espírito pelo mais amplo derramamento da instrução pública de excessivos idealismos políticos e exaltações máximas dos princípios da liberdade".

Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, contrariamente ao que possa supor-se, não levou uma existência amena e sossegada, estudando, investigando e escrevendo os seus livros no remanso delicioso da sua livraria, depois do quotidiano exercício do ensino. Sofreu, como tantos outros do seu tempo, a perseguição vergastante dos homens, movida quer fosse por invejas ou por ambições sociais e políticas. Com efeito, Padre Jerónimo, tornou-se político, de pleno direito, quando em 1821 aderiu à Revolução Liberal. "Muitos e valiosos serviços prestou à causa liberal com a sua acção e o seu verbo eloquente", dizia dele um periódico do século passado, o mesmo que o distinguia com o epíteto de *pregador dos constitucionais*.

Isto, só por si, entenda-se, a comunhão política envolta nos ideais do constitucionalismo, deveria acarretar-lhe dissabores perante as facções absolutistas e adversas da época. Talvez na sequência de acontecimentos políticos ou para se eximir a questões que acabariam por enredar o seu nome impoluto de cidadão, sacerdote, homem de estudo, de professor competente, de pregador exímio, se ausentou episodicamente da ilha Terceira. Foi fugindo possivelmente a essas tenções, que foi até S. Miguel e depois ao Faial, onde permanecera até 1825, data em que volta a Angra para assegurar a sua nomeação como professor de retórica com que o havia distinguido o Rei. Em 1828, naturalmente, sob a influência do que via, a ilha transformada numa imensa praça de guerra, os tumultos e movimentação de tropas, faz-se ao mar com destino ao Brasil, mas a embarcação em que ía, parando na Graciosa, ali deixou o passageiro que a solicitude de amigos não permitiu que ele continuasse a viagem para terras de Santa Cruz.

Outra faceta que ensombraria e desgostaria, inevitavelmente, o coração bondoso e aberto do Padre Jerónimo, muito embora fosse afecto à causa liberalista, seria a confrontação visível com o decreto que

extinguia as ordens religiosas em Portugal e ver, assim, tombar, toda a monumentalidade franciscana que nos Açores remonta ao século XV.

Mas, para além de tudo, a vida do Padre Jerónimo de Andrade havia de constituir um exemplo extraordinário para as gerações mais jovens e estudantis e, sobretudo, um marco cintilante em prol da instrução e do ensino nos Açores. Benemérito da causa pública, bem merece a sua veneranda memória as homenagens que ao longo destes últimos duzentos anos lhe têm sido prestadas por diversas gerações e, muito justamente, a homenagem pelo bi-centenário do seu nascimento e a ligação do seu nome ao estabelecimento de ensino secundário desta cidade – doravante Escola Secundária Padre Jerónimo Emiliano de Andrade.

Os actos comemorativos do 1º centenário do nascimento do laureado professor e correcto historiador Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, em 1889, brotaram, como já referido anteriormente, da imprensa terceirense que se reuniu atempadamente para um tal dignificante fim. No âmago da questão estaria o idealizador, por sinal um ilustre escritor e jornalista, todo da feição liberal, de nome Augusto Ribeiro. Desse primeiro encontro surgiu uma comissão composta por individualidades de nome reconhecido. Foram elas, o dr. José da Fonseca Abreu Castelo Branco, dr. Jacinto Cândido da Silva, João Hermeto Coelho de Amarante, Padre António Mariano de Sousa, Frederico Augusto Lopes da Silva, José Joaquim Pinheiro, Luís da Costa, Francisco Pacheco Vieira e o jornalista Alfredo Luís Campos.

Do evento, foi elaborado um auto datado do ano de 1889, cujo texto assinala a presença na sala dos actos do liceu nacional de Angra do Heroísmo de diversas entidades, desde representantes da imprensa periódica, tribunal, corporações administrativas, junta governativa, corpo consular, inspecção de instrução secundária e primária. Os seus promotores organizaram um cortejo cívico que saíu dos paços do concelho em direitura à casa da rua de Jesus, indicada com o nº 17 (hoje nºs 11 e 13), onde viveu e morreu o Padre Jerónimo, ali, na frontaria do edifício, descerrando uma lápide com os seguintes dizeres:

*Nesta casa viveu
e faleceu*

*o benemérito terceirense
Padre Jerónimo Emiliano de Andrade
Nasceu a 30 de Setembro de 1789
honrou a pátria e as letras
faleceu em 11⁽²⁾ de Dezembro de 1847.*

O cortejo foi em seguida prestar homenagem junto do mausoléu no cemitério de Nossa Senhora do Livramento, onde o presidente da comissão promotora o deão José da Fonseca Castelo Branco depôs uma coroa de flores de louro natural, enlaçada de fitas azuis e brancas - *Ao Padre Jerónimo Emiliano de Andrade - a Imprensa - 1789 - 1889*, sob os acordes musicais da filarmónica Triunfo, a única que compareceu, usando da palavra em tão solene momento o dr. Castelo Branco e o Padre Mariano de Sousa, o bacharel António Monis Barreto Corte Real que lhe sucedera como comissário dos estudos e reitor do liceu de Angra do Heroísmo, exaltou em brilhante improviso os méritos e as capacidades intelectuais do Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade, afirmando ficar como legado para o futuro, "o seu espírito nas suas obras filosóficas, fiéis depositárias das suas ideias e pensamentos sublimes, onde ainda parece continuar a pensar, a discorrer e instruir; fica-nos o seu coração nos seus

-
- (2) De longa data as notícias impressas geralmente indicam o dia de 11 de Dezembro como o do falecimento do Padre Jerónimo. Quem vir o seu mausoléu ou a sua lápide na rua de Jesus, isto mesmo confirmará. No entanto, segundo o seu registo de óbito, ele morreu não a 11 mas a 12 *daquele mês*. Para os curiosos ou estudiosos da vida do insigne mestre, aqui fica o texto integral, extraído do *Livro de Óbitos dos Paroquianos da Sé*, nº 16, fls. 50, existente no Arquivo e Biblioteca de Angra do Heroísmo.
Em os dose dias do mês de Dezembro de mil oito centos quarenta e sette falleceo em idade de cincoenta e oito annos pouco mais o Reverendo Jerónimo Emiliano d'Andrade: recebeu os Divinos Sacramentos: seo corpo foi sepultado no Cemitério do Hospital de Santo Espírito: fes testamento; e para constar fis este termo no dia, mes, e anno supra.
(ass.) O Beneficiado Parocho João José Soares.
Na margem do assento, com a mesma letra: *O Reverendo Jerónimo Emiliano d'Andrade=58 annos.* E naturalmente para despertar atenção alguém ainda na mesma margem, deixou escrito a lápiz *Pe. Jerónimo.*

escritos morais, onde encontramos as regras e preceitos que dirigiam e regulavam as acções sempre pelo caminho da honra, da probidade e da justiça; fica-nos a imagem das suas virtudes, a lembrança das suas lições e os exemplo da sua vida; fica-nos, enfim, este túmulo, livro aberto onde lemos, em caracteres invisíveis, mas indeléveis, a mais eloquente de todas as lições...^{"(3)}.

Mais tarde, já no liceu, novos discursos se pronunciaram enaltecendo a memória do homenageado e benquista professor, em que se distinguiram Faustino da Fonseca e Manuel Pacheco da Silva. O jornalista Alfredo Luís Campos fez a leitura do auto, já atrás citado, deste 1º centenário, ali mesmo assinado por quantos estavam presentes.

Com o rodar dos anos, a lápide de homenagem posta na casa da rua de Jesus acabou por levar sumiço... Disto nos fala um jornalista que a nossa geração conheceu, actor cénico e discursador público, Miguel Forjaz, neste passo: - "Quando eu era rapaz de escola comecei a conhecer o nome do Padre Jerónimo por uma lápide que existia num prédio da rua de Jesus, pertencente à família do falecido Bartolomeu Correia de Melo, cujos dizeres se me varreram da memória mas certamente seriam - Aqui viveu o Padre Jerónimo... Esta lápide desapareceu!".

Por ocasião do centenário da morte do ilustre pedagogo terceirense, no ano de 1947, a municipalidade angrense deliberou recordar a memória jeronimiana recolocando na casa da rua de Jesus, onde ele morou, nova lápide, tal como se encontra presentemente, idêntica na sua leitura à anterior, que se inutilizara, dizia-se então que por "acção do tempo".

Nos desígnios camarários estiveram mais: uma romagem ao cemitério do Livramento, com discursos, e, depois, ainda, a inauguração na Bilblioteca Municipal do retrato do erudito historiador da *Topografia da Ilha Terceira*, seguindo-se exposição de todas as suas obras. Estas realizações, ocorridas em 11 de Dezembro de 1947 contaram com a incorporação do presidente e vereadores da Câmara de Angra, reitor, professores e alunos do liceu (que também fora designado do Padre Jerónimo Emiliano de Andrade), corpo docente do seminário e alunos da

(3) In. *Almanach Insulano, para os Açores e Madeira*, ob. cit.

então Escola Dr. Oliveira Salazar. Associou-se a estas manifestações públicas o governador do distrito autónomo de Angra do Heroísmo dr. Cândido Pamplona Forjaz, sendo orador junto ao monumento que contém os restos mortais de tão ilustre figura açoriana o dr. Joaquim Monis de Sá Corte Real e Amaral, como presidente do município, também ligado ao professorado e às letras, a cuja memória esta cidade prestou recentemente a devida homenagem nos paços do concelho.

É evidente que a comemoração do bi-centenário (1989) de uma tão eloquente personalidade do meio intelectual açoriano, sobretudo no que concerne ao ensino, ficou bem patenteada nos actos há pouco realizados, a que a imprensa dos nossos dias, tal como a de outrora, na sua missão formativa e informativa, deu o devido relevo. Bem merece este reconhecimento público a memória do Padre Jerónimo, pela sua vida votada ao sacerdócio, à instrução e à cultura, como nos falam a biografia e as obras que publicou. Mas nem tudo quanto escreveu o Padre Emiliano veria até agora a luz do dia. Estamos a lembrar-nos dos seus sermões. E a propósito, porque não uma colectânea dos mesmos (se é que existem algures) para assinalar, bibliograficamente, o segundo centenário do nascimento de tão eminente terceirense? Que se saiba, porém, apenas terá sido publicada a *Oração capitular recitada no capítulo provincial que celebraram os menores observantes da Província de S. João Evangelista dos Açores*. Todos os outros parece que ficaram no ineditismo ou se lhe perdeu a memória.

Se calhar outros já pensaram o mesmo. Deixá-lo. Repetir não é pecado.

Ao findarmos este artigo, restará dizer que a existência de uma gravura do Padre J. E. de Andrade, foi extraída de uma litografia já não muito vulgar de que subsistem, felizmente, alguns exemplares guardados preciosamente.

Ao que julgamos, esse retrato executado pela *Litografia Angrense*, tem assinatura de Marini. É evidente que, assim sendo, é obra do artista-pintor italiano Georgio Marini, que esteve nos Açores e o mesmo que na Terceira esboçou em 1871 o retrato do prelado D. Frei Estevam de Jesus Maria, existente na Galeria de Arte dos Bispos da Diocese, existente na Catedral de Angra.

Por outro lado, no Museu desta cidade existe um óleo de busto inteiro do Padre Jerónimo, aparentemente sem assinatura nem data, que exhibe pequenas diferenças comparadamente à litografia, principalmente na feição. Nas costas desse quadro está escrito o seguinte:

Ao
Exm^o Conselho do Liceu
Nacional de Angra do Heroísmo
O S. C.
A Comissão das Palestras Literarias
Manuel José da Silva, Presidente
Alfredo da S. Sampaio, Vice-Presidente
António V. de Sousa, Secretário
Vogais:
Francisco C. Gomes
Teotónio O. O. Bruges
Alfredo R. Vieira
22.6.78.

Deste mesmo óleo, com probalidades de haver sido pintado nesse ano de 1878, existe na Biblioteca e Arquivo de Angra uma reprodução fotográfica elaborada pela antiga "Foto-Lilaz".

DOCUMENTOS

Nota de Introdução

O documento que ora é publicado no boletim da IHIT, na continuação de outros inéditos sobre a fortificação histórica dos Açores, exemplifica eloquentemente o pressuposto que presidiu a este projecto: para a abordagem da história dos Açores, a informação de natureza militar não só é de importância fundamental, mas incontornável. Ultrapassando largamente a descrição sobre o estado da fortificação em São Miguel, efectivos e armamento (e neste aspecto ela terá sido inócua), a proposta de Plano Defensivo da Ilha de São Miguel carrega preciosa informação complementar; é um testemunho directo do funcionamento da Administração nos Açores, da vida social e económica das suas gentes no já agonizante século XVIII.

Foi seu autor João Leite de Chaves Mello Borba Gato, nas funções de Sargento-Mor, cargo eminentemente administrativo ligado às áreas logísticas. Com relativa independência das hierarquias militares das *armas* combatentes, permitiu-se usar de impressionante liberdade de expressão. Tudo isto complementado por uma manifesta incompatibilidade com os poderes instituídos.

Eventualmente devido à confessada doença do autor, já que manifesta alguma cultura, o documento é, por vezes, de difíceis leitura e compreensão. Procurámos transcrevê-lo o mais fielmente possível, mesmo nos casos em que as incorrecções gráficas ou de sintaxe são manifestas.

Um segundo documento aqui é também trazido, não só pelo eventual interesse sobre a vinda de quadros militares do Reino para os Açores, mas porque entre eles figura o *hábil* engenheiro José Rodrigo d'Almeida que entre nós trabalhou durante mais de três décadas e de que publicámos uma breve biografia na *Atlântida* – Vol XLV, 2000.

140 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

A minha sentida homenagem à sócia do IHIT e amiga Dra. Filomena Lage que, já no leito do hospital, dedicou à leitura destes documentos as poucas forças que ainda lhe restavam.

T Cor Manuel Faria

PROPOSTA DE PLANO DEFENSIVO DE
S. MIGUEL, E SITUAÇÃO DA FORTIFICAÇÃO
E DA ARTILHARIA DA ILHA

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. D. Rodrigo de Sz.^a Coutinho

A instrução q' o Correg.^{or} me pedio da p.^{te} de V.^a Ex.^{cia} sobre as 5 propoziçoens q' anexas por sua propria letra vão, e q' logo dei, acelerarão a resolução q' tinha tomado logo q' sube do d.^o de V.^a Ex.^{cia}, e carater, áq.^{le} exofficio e a este por zelo; aq.^{le} zelo q' ao Ceo pesso nunca me afroxé, e a V.^a Ex.^{cia} os ducum.^{tos} que melhor o derijão. por aq.^{le} zelo cuja falta produz as alteraçõens q' observo nos mappas q' a V.^a Ex.^{cia} ofereço.

Com elles fica V.^a Ex.^{cia} inteiram.^{te} informado não só do estado actual da Ilha, e modos da sua defeza, se não tãobem com os primr.^{os} fundamentos de constituir a Portugal na posse do setro q' o Soberano Infante lhe deu; isto he nos lemites mais meridionaes e occidentaes d'Europa, a costodia della; nos das suas dilatadas Colonias, o manancial do Comercio, e nos das Ilhas da Madeira e Açores a chave da Navegação mais importante do Universo; pois q' na altura daq.^{las} precepião as derrotas do grd.^e Oceano Atlantico p.^a o Indico, e Pacifico que nestas acabão.

Eu me persuado não menos da literatura de V.^a Ex.^{cia} q' do seu zelo q' já tem em v.^{as} esta grd.^c obra, e p.^a os seus ensaios he q' ofereço a V.^a Ex.^{cia} q.^{to} na m.^a delig.^{cia} tenho concluido, e já por diferentes vezes enviado ao meu Gn.^{al} sem fructo, (2.^o o Plano de Defeza) e por isso proximam.^{te}, e agora a Secretaria por onde elle p.^a esta comição me enviou.

Talvez Ex.^{mo} Snr. q' aq.^{le} zelo persuada a m.^a acanhada comprehensão de q' o mapa dos habit.^{tes} corrigido deva servir de modelo q' acõpanhe a Carta Geografica q' a 3 p.^a 4 a.^s se mandou tirar, p.^a a divisão das comarcas, e q' em lug.^r de Menistros, q' costumados as delongas /q' a rabolice tẽ introduzido no Foro Juridico/ não fazem senão produzir obstaculos, e desordens, se nomeem em lugar de Menistros, repito, Naturalistas q' analizem as propriet.^{es} do terreno p.^a melhoram.^{to} d'agricultura; e q' me não engano no mais essencial pre a experiencia, pois q' neste espaço de t.^o não tem sua Mag.^e despend.^o pouco, com elles, e com os Engenheiros, sem terem ate o presente conseguido couza algu'a util ao bjecto,

Depois as Ilhas pertencem, como ate gora, a Repartição de V.^a Ex.^{cia}, pesso Ex.^{mo} Sr. q' attendendo ao seu deploravel estado, melhore a sorte a q' estão expostas interna, e externam.^{te} e igualm.^{te} a m.^a cituação, porq' sobre extremam.^{te} doente, não posso dever mais, nem ter menos; porq' tudo tenho feito a m.^a custa, andando toda a primavera e verão passado no campo em torno, e centro da Ilha, sempre com homens p.^a marcar alinham.^{tos} e medir as extençoens q' vão notadas na R.^{am} dos Fortes, e ficão no borrão do Mappa Geografico, q' não posso acabar pelo exposto e inda mais por hu'a inflamação de olhos.

Nestas circumstancias, e na supozição referida, pesso a V.^a Ex.^{cia} hum Engenheiro dezenhador e ordens energicas, pois q' o Ex.^{mo}R.^{mo} G.^r até o proprio soldo duvidam mandar mo pagar, e até o prez.^{te} me não deu resposta a hu' avizo q' da Secretaria dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra lhe mandei, p.^a me remeter huns instrum.^{tos} da profiçião, e tudo tenho feito sem elles com multiplicado trabalho. Querendo V.^a Ex.^{cia} os mappas das mais Ilhas com a mesma observação, e a analize do extravio destes com mais clareza, ordenará q' nas Alfandegas, e Camaras se me patenteiem os livros de receita, e despeza da Fazenda, p.^a calcular o seu melhoram.^{to} sem andar com ate gora mendigando.

D. G.^e a V.^a Ex.^{cia} m.^s ann.^s p.^a prosperid.^e de Portugal, e
complem.^{to} da esperança do
Ponta Delgada
10 d'Abril 1797

Menor Sud.^o e maior
Servidor de V.^a Ex.^{cia}

Perdoe V.^a Ex.^{cia} as
imperfeições pois q' a não
estar doente dos olhos
copiára outra vez a 2.^a folha
do Plano pelas m.^s
entrelinhas. Tb. e por este
res.^{to} creio hirá noutro navio
se este alterar a partida.

João Leite de Chaves e Mello Borba Gato

144 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

Mapa dos Castelos e mais Fortes da Ilha de S. Miguel e do estado d'Artilheria respectiva a cada hum em p.^a eda que precisão augmentando-se a sua Guarnição ao

Nomes dos Cast. e Fortes	Numero das Peças e seu estado					Mataes e por q' arruinadas		Peças que demais se prezizam	Calibres e Cumprim. ^{to}		Esfogonada se o quanto		Carga das p. ^{as} de camara e ordinarias	Nomes dos Cast. e Fortes	Numero das Peças e seu estado			Mataes e por q' arruinadas		
	Todas as peças	Em bõ estado	Menos máis	Incapazes	Ferro pelo abandono	Bronze pelo uso	Clibres das balas		Cumprimto em calibres	Diametro maior	Diametro menor	Em bõ estado			Menos máis	Incapazes	Ferro pelo abandono	Bronze pelo uso		
Castelo de S.ªm Braz na Cid. ^a	1			1				42	13	2.3	1.7	8 4/6	Forte da salvagão no subúrbio da Cidade	1	1				1	
	1		1					41	13	0.9	0.75	8 2/6		Forte de S. ^a Clara na Cidade	1			1		1
	2	2				2		28	9	0.4	0.4	5 1/2	Forte de S. ^a Francisco Xavier no Lug de Rosio de Cam	1	1					1
	1		1				1	24	30	0.9 5	0.8	8		1			1	1		
	1		1				1	21	22	0.7 5	0.7	7	Forte de S. ^a Francisco Xavier no Lug de Rosio de Cam	2			2	2		
	1			1			1	19	23	1.5	1.1	6 1/3		3			3	3		
	1						1	18	21	1.4	1.3	6	Forte de S. ^a Casetano no mesmo Lugar de Rosio de Cam	7	1		6	6	1	
	1			1			1	16	24	1.2 1.15	1.15	5 1/3		1			1	1		
	1			1			1	15	26	1.8	0.73	5	Forte de S. ^a Casetano no mesmo Lugar de Rosio de Cam	1			1	1		
	2		2			2		14	26	0.9	0.73	4 2/3		1			1	1		
	1			1			1	12	26	1.4	1.35	4	Forte de S. ^a Casetano no mesmo Lugar de Rosio de Cam	1			1	1		
	1			1			1	11	25	1.8 1.55	1.55	3 2/3		4			4	4		
	1						1	10	28	1.2 1.15	1.15	3 1/3	Forte da Villa de Alagoal q' defende o Porto	1			1	1		
	1			1			1	9	27	1.3 1.08	1.08	3		1			1	1		
	1						1	9	25	2.8 8	1.85	3	Forte de N. S. da Victoria da Villa de Agua de Pao	1			1	1		
	1			1			1	9	24	1.5	1.3	3		3			3	3		
	1			1			1	9	24	1.4	1.25	3	Forte de N. S. da Victoria da Villa de Agua de Pao	1			1	1		
	1			1			1	7	25	1.0 1.04	1.04	2 1/3		1			1	1		
	1			1			1	5	27	1.2 8	1.09	1 2/3	Forte de N. S. da Victoria da Villa de Agua de Pao	1			1	1		
	1			1			1	5	27	0.7 8	0.75	1 2/3		2			2	2		
1			1			1	4	30	2.0 8	1.46	1 1/3	Forte de N. S. da Conceção da V. ^a	5			5	5			
1			1			1	4	28	1.4	1.4	1 1/3		1			1	1			
1			1			1	4	27	1.8	1.4	1 1/3	Forte de S. S. N. J. no tempo de V. Franci	1			1	1			
1			1			1	2	17			2/3		1			1	1			
2		2			2		2	15				2/3	1			1	1			
28	2	6	20		3	25	12	36	21	Ca não	51	98 5/6	3			3	3			
1	1					1		38	12 2/5	0.3	0.3	8	Forte de S. S. Francisco ja na Villa	1			1	1		
1	1					1		38	12 2/5	0.3	0.3	8		2			2	2		
2	2					2	3	36	21	Ca não	6	16	3			3	3			
1	1					1		41	12 1/4	0.4	0.4	8 2/6	Castello Real taoberna na Cidade	1			1	1		
1	1					1		38	12 1/2	0.4	0.4	8		1			1	1		
2	2					2	6	36	21	Ca não	9	16 2/6	1			1	1			

Observaç

A ruina dos ouvidos vai expreça em polgadas, e decimais della, por reazumir cazas de linhas, e pontos q' não cabião no m

Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira 145

numero de 800 homens, pois q' não consta prezente.ª senão do Prezidio do Cast.º de S. Braz composta de 2 C.ª de Inf. de 82 pra.ª. e 1 d' Artelharía de 22.

Peças que demais se prezizam	Calibres e Cumprim.ª		Esfogonadas e o quanto		Carga das p.ª de camara e ordinarias	Nomes dos Cast.ª e Fortes	Numero das Peças e seu estado					Metas e por q' arriunadas		Peças que demais se prezizam				Carga das p.ª de camara e ordinarias
	Calibres das balas	Cumprimento em calibres	Diámetro maior	Diámetro menor			Em bo estado	Meios máis	Incapazes	Ferro pelo abandono	Bronze pelo uso	Calibres das balas	Cumprimento em calibres	Diámetro maior	Diámetro menor			
																Peças que demais se prezizam		
36	8 1/2	04	04	6 5/6	Continuacão do Cast.º Real de V.ª Franca	1		1	1		3	23			1			
5	28	2.5	1.95	1 2/3		4		4	2	2	3	36	21	Ca nhã	6	7 2/3		
37	12 1/2	0.4	0.4	7	Forte do Baixo no meio da Villa	1	1			1	36	12 1/2	0.5	0.4	7			
9	22			3		2		2	2		3	19			2			
6	20			4		3	1	2	2	1	5	36	21	Co nt	10	7		
3	23			3	Forte dos Boeiros na V.ª					6	36	21	Co nt	8				
4	36	12	Ca nhão	8	Forte de S. Antonio no termo da V.ª	1		1	1		4	15			1 1/3			
6	27			2		2		2	2		3	18			2			
6	26			2	Forte do Lug. da Ribe. O.ª de V.ª Franca no termo de V.ª Franca	3		3	3		6	36	21	Ca nhão	8	3 1/3		
4	25			1 1/3		2		2	2		3	21			2			
2	25			2/3		1		1	1		3	20			1			
4	36	21	Ca nhão	6		2		2	2		3	18			2			
9	26			3		5		5	5						5			
9	22			3	3		1	2	3		3	27			3			
3	15			1	1		1	1			3	26			1			
3	36	21	Ca nhão	6	Forte do Lug. da Passagem Distrito de V.ª Franca q' defende o Port. do mar	1		1	1		3	24			1			
9	27			3		1		1	1		3	18			1			
9	20			3		1		1	1		3	17						
3	23			1		7		2	5	7	4	36	21	Ca nhã	9	7		
3	19			2		1	1			1	36	13	0.4	0.4	7			
				9	Forte do lugar	2		2	2		3	18			2			
3	36	21	Ca nhã	3		3	1	2	2	1					9			
4	25			1 1/3		1		1	1		5	23			1 2/3			
3	26			1	Forte do Lug. de Porto Form.ª sul.ª de V.ª Franca	4		2	2	4	3	20			4			
3	24			1		5		2	3	5					5 2/3			
3	36	21		3 1/3	Forte de N. S. da Estrela da V.ª da Ribe.ª Grd.ª													
	16	26		5 1/3							8	36	21	Ca nhã	14			
3	25			2	Forte do Lug. dos Mosteiros q' defende o ultimo Port. da Costa do Norte	1		1	1		18	20			6			
5	36	21	Ca nhã	7 1/3		1		1	1		18	19			6			
10	26			3 1/3		1		1	1		3	21			1			
5	29	1.3	1.1	1 2/3		1		1	1		3	18			1			
5	24	1.2	1.2	1 2/3		4		2	2	4	2	36	21	Ca nhã	6	8		

oens

tpa; a assim o 1.º algarismo a direita da virgula he decimas q' equivale a pouco mais de linhas, o q' se lhe segue, onde

o há he decentimas pouco maiores q' pontos, e q' a esquerda precede a virgula nota as polgadas.

Notou-se o cumprimento das peças, p.^a se dar hu'a perfeita ideia da sua qualid.^e, pois q' 21 diametros de bala he o q' as melhores experiancias tem mostrado q' dá o maximo alcance, e pedem-se as q' se precizão de calibre de 36, por serem as milhores p.^a fortes maritimos, porq' alcanção, e afastão ao longe das costas os navos inimigos, e cauzão-lhes maior ruina; porq' a velocid.^e de todos os corpos projecteis he proporcional aos diametros das suas balas, e a força está na razão composta destes e da velocida.^e: isto he, força é pezo multiplicado por velocid.^e

O estudo do mapa mostra em q.' cazo se faz necessario tanta artilharia, isto he augmentando a sua limitada guarnição ao n^o de 800 homens, q.' ainda pode ser mais querendo Sua Mag.^e aproveitar as vantagens q.' esta Ilha lhe oferece assim pela sua cituação geografica tão interessante ao comercio geral dos dois Mundos, pois q.' a esta altura se fixão as suas derrotas, como pela sua fecundidade em populaçam tão apta como conhecida na marinha, alem de grd.^e exporte de grãos p.^a o Reino. e fructa de espinho, q' chama a comercio os Inglezes, e Americanos.

Em tal cazo pois se devem construir mais 4 baterias de groço calibre: a saber 3 de 4 peças cada hu'a ao menos, a primeira no 1.^o lug.^r de desembarque em o arial de S. Roque onde o mesmo pega com a roxa: a 2.^a no 3.^o lug.^r de desembarque em as 2 grd.^{es} praias da V.^a da Ribr.^a Grd.^e; e hu'a de 12 peças no Caiz, premetindo-se que elle se avance a toda a restinga de pedra q.' ao mar lhe repcede; de q.' rezultarão 3 vantagens concideraveis: 1.^o a augmento de defença do Porto; 2.^o hu'a maior capacida.^e pois q.' nimiam.^{te} acanhado; 3.^o o não dispender Sua Mag.^e o q.' a mais de 2 seculos paga d'armazens particulares!

Rezulta pois de tudo ter a Ilha 93 peças p.^a 22 Fortes, 12 das quais em bõ estado, e 14 menos más, e os resto totalm.^{te} incapaz, e só de expercicio de muniçoens, ocasionar desgraças, e por ultimo a perda total da Ilha.

Que para evitar he necessario 1.^o o conserto d'artilharia, o q.' aqui se pode fazer, e a q.' me obrigo; 2.^o mandar polvera para 50 tiros ao

menos, q.' a soma das cargas 244 mostra ser de 12200 aRateis, 381 aRobas e $\frac{1}{4}$.

Que p.^a o seu importe, compra de 101 peças de groço calibre, pagam.^{to} de 800 homens, segd.^o a nova tarifa, reedificação dos 16 fortes q.' devem subsistir, e do Caiz com o seu desentulham.^{to}. mais do Portinho, e Ilheo como 1.^o objecto do augmento do Comercio não he necessario mais do q.'.

Mandar tomar contas, /pois me consta haver algu' dinr.^o o q.' não determinar pois tudo se oculta a m.^a coriozid.^o /premetir a entrada dos contrabandos como na Ilha da Madr.^a, com Direitos proporcionais a sua ademição, porq.' elles de ordinario são o pagam.^{to} da larãja exportadas p.^a a Inglaterra, e sempre se vendem, e gastão, e a Fazenda perde nos seus Direitos.

Tomar, repito, contas bem exactas: Direito nos contrabandos, e reformar os abuzos q.' a Fazenda sofre em todos os ramos da sua adeministração, pois q.' só em Dizimos ella perde annualm.^{te} 21966658. Ex aqui a sua demonstração.

Quando os dizimos erão aRematados no Cons.^o da Fazenda andavão em 19 contos; d'então p.^a cá tem a cultura da Ilha augmentado de $\frac{1}{5}$, e os preços de todos os generos subido a mais do duplo, e alguns do triplo, particular.^{te} a 20 a.^s: Ora $\frac{1}{5}$ mais $\frac{1}{2}$ são $\frac{7}{10}$, e esta fracção de 19 contos, he 16.466658, q.' com 19 contos faz 35 contos e 466658 rs., em q.' devião elles andar; mas até 95 q.' chegarão a 20 contos, nunca passarão de 13 a 14, cujo meio termo 13500000; logo difére do verdadeiro preço 21966658 q.' em 30 a.^s /pois a mais se aRematão na Junta da Fazenda/ perde a Coroa milhão e meio e duzentos e 99740, q.' só por hu'a pied.^e innata assenta se podem deixar de reivindicar por lezão enor-missima.

João Leite de Chaves Mello Borba Gato
Sargento Mór Engenheiro

Relação dos Castelos e mais Fortes da Ilha de S. Miguel do seu estado do da sua Artelharria, Palamentas, Muniçoens e do q.' mais precisam

Caste de S. Braz

Na Cidade de Ponta Delgada donde principiamos seguindo o rumo de Leste em torno da Ilha, e cuja ordem geografica seguimos no mapa respectivo, e no da população: fica pois o d.º Castelo fronteiro ao ancoradouro, e defende de flanco o Porto da Alfandega: tem hu'a ruina de 53 palmos e 7 polg.^{as} de extenção na face exposta ao mar, do Baluarte de S. Pedro, de 30 d'alto, e 21 de profundid.º na rais da muralha, em q.' bate inceçntem.º o mar, e q.' pede por isto hu'a prompta, e emadiata ordem p.^a se reedificar, a fim de evitar com a sua total ruina o decuplo da despeza agora necessaria: algu'as das suas prizoens, Armazens, e cazas estão sem sobrado, e as q.' o conservão he mui velho: xove em m.^{as} p.^{tes}, e geralm.º precisa no todo reedificado; porem o urgentissimo he a ruina do Baluarte, e os grãos nas peças de bronze q.' estão todas esfogonadas, de sorte q.' por algu'as coubera o punho de hum homem, se não fora a erregularid.º com q.' o fogo as come por cauza do estanho q.' entra na sua composiçãõ e q.' se derete primeiro q.' o cobre: tem destas, isto he, peças de bronze 25, todas montadas e as caretas em bo' estado, e de ferro 3 no chão: Palamenta mui pouca e quaze toda velha; muniçoens 3 barris de polvora, e 2363 balas de diverços calibres, e tão carcumidas de ferrugem, q.' m.^{as} ou quaze todas desmetem a sua figura esferica, e assim precisa-se com a polvora q.' o mapa aponta 30 balas p.^a cada peça p.^a os primeiros tiros, q.' pela distancia requerem mais exacção no tiro.

25
3

Forte do Açougue

Na cid.º fronteiro ao Porto d'Alfandega, e q.' o defende com tiros rectilinos, conserva-se em bom estado, menos o portão: tem 6 canhoneiras, 4 de frente, e 2 de flanco p.^a cruzar o seu fogo com o

28

do Castello; no caso de investirem o Portinho q.' fica a Leste do Castello / a q.' vulgarm.^e chamão o arial / e q.' no t.^o do Conde da Rib.^a foi hu' bo'surgidouro p.^a navios pequenos, porem hoje esta entulhado com pedras de lastro de navios, q.' nelle deitarão por evitar transportes: tem só 2 peças de bronze da camara em bom estado, e optimas para a defença do lug.^r, porem as caretas velhas: os seus calibres e o das mais se vem no mapa.

2

Forte de S. Pedro

Na cid.^e q.' auxilia de flanco a 2 referidos, conserva-se em bom estado, tem 9 canhoneiras, 4 de frente, q.' defendem o ancoradouro com tiros fixantes; isto he com algu'a obliquid.^e, e 5 de flanco, q.' defendem o Porto d'Alfandega: tem 2 peças de bronze de camara. e Ambos estes Fortes são municidados do Castello de S. Braz, e por isso não se nota a sua palamenta.

2

Forte de S. Fran.^{co} Xavier

No lugar de Rosto de cam, q.' defende hu'a pequena praia; está algu'a couza danificado nas cazas e em hu'a trincheira q.' repara a sua entrada, e não tem porta tem 8 canhoneiras, e 7 peças desmontadas, quaze cubertas d'areia, e terra o flanco q.' defende a praia he mui curto: Palamenta e munições nada tem.

7

Forte de S. Caetano

No lugar de Rosto de Cam, situado em hu'a restinga, q.' divide o areal de S. Roque, de 192 braças de extensão, da prainha de 114, p.^a defença d'ambas, porem as suas faces, ou batarias mal dirigidas p.^a este fim; precisa de hu'a bateria opposta, p.^a defender o desembarque com tiros cruzados, pois q' este deve ser considerado como o pr.^o lugar em razão da costa, e da proximid.^e da cid.^e, pois o Forte de S. Fran.^{co} referido, pouco auxilia: tem 6

11

<p>canhoneiras e 4 peças tãobem no chão, as casas abatidas, sem portão, e concequent.º sem palamenta, nem muniçoens.</p>	4
<p>Forte da V.^a d'Alagoa</p>	
<p>Tem hu'a ruina em o flanco direito, de 25 d'alto, e 14 na maior largura, com 3 a 5 de profundid.º, isto he 3 no principio proximo as canhoneiras, e 5 na rais da muralha, em todo assim em cazas como muralhas está está alhu'a couza danificado, tem 6 canhoneiras, 2 de frente q.' defendem a entrada do Porto dos Carneiros rectilineam.º e 2 em cada flanco p.^a perturbar o desembarque do mesmo Porto, e de hu'a pequena praia de seixo grado; tem hu'a só peça montada, em hu'a carreta mui velha, e 2 outras no xão, tudo em m.ºo máo estado: Palamenta alguas as tem velhas; muniçoens, 50 pelouros, e 3 arrateis de polvora.</p>	3
<p>Forte de N. S. da Victoria</p>	
<p>Na V.^a d'Agoa de Páo, aRuinado em hu' angulo, as cazas danificadas, e sem portão, tem 5 canhoneiras, e 5 peças de ferro desmontadas: palamenta o m.ºo q.' o d'Alagoa, muniçoens hu' cartuxo de bala de mosquete que tem 8 aRateis: está edificado em hua alta roxa, continuada p.^a hu' e outro lado, mais do alcance de ponto em branco das maiores peças, pelo q.' o reputo só necessario p.^a sinais.</p>	5
<p>Forte de N. S. da Conceição</p>	
<p>Da Villa d'Agoa de páo melhor cituado q.' o referido, porq.' tem a esquerda hu' bom Porto p.a desembarque, mas não está ainda onde devera p.^a bem o defender: foi feito por hum Irmão Leigo dos Recoletos de N. S. das Dores da Irmand.º de S. Caetano: não tem mais q.' as muralhas com 3 canhoneiras, sem palamentas: Preciza guarnecido e municiad em rão do lugar.</p>	12

Forte de JESVS M. ^a J. ^e	
No termo de V.a Franca, e distante della quaize hu'a legua, em bom estado menos hu'a tricheira necessaria tanto p. ^a augmentar a defença de hu'a grd. ^e praia q.' lhe fica a direira, Norte, com extenção de 328 braças, como p. ^a conter q. o mar não va deluindo a baze em q.' está edificado: tem 3 peças de ferro no xão, palamentas e muniçoens nada.	3
Forte de S. Francisco	
Na Villa Franca fronteiro ao boquete do Ilheo p. ^a defença da sua entrada aproveitando-se as vantagens q.' oferece p. ^a o comercio com h'u surgidouro quaize circular de 90 braças de diametro, q.' no estado de abandono tudo se faz inutil, e tudo se pode fazer p. ^a aproveitar, porq.' os lucros hão exceder m. ^{to} a despeza: tem o d. ^o castelo 8 canhoneiras, e 3 peças de ferro duas no xão, e outra montada em hu'a careta mui velha, palamenta, e muniçoens nada; porem conserva-se em bom estado.	3
Castelo Real	
Na Villa Franca, flanquea a entrada do Ilheo, e defende a da V. ^a por 2 pequenas praias em cujo meio está, cituad sobre a roxa firme, conservã-se em bõ estado: tem 6 canhoneiras e 4 peças montadas: palamenta nada, munições 50 balas de artelharia, e hum barril de polvora.	4
Castelo do Baxio	
No meio da V. ^a , p. ^a defença do Porto da mesma, chamado o Tagarete, q.' defende com tiros rectilinius, flanquea 2 praias lateraes, auxilia defença do boquete do Ilheo com tiros razantes a sua entrada; conserva-se em bom estado, tem 10 canhoneiras, e 3 peças, hua das q. ^{es} só montada: palamentas e munições nada.	3
	13

Forte dos Boeiros

Tãobem na V.^a cituado em meio de 2 praia q.¹ oferecem o melhor lugar de desembarque, e por isso mui util p.^a a defença da V.^a; nota-se o lug.^r por melhor, por serem as praias mais extenções da V.^a, hu'a de 217 braças e meia (Leste); a outra não se medio por ser defendida por tiros cruzados de ponto em branco, q.^{do} as mais q.¹ iguالم.^{te} se não medirão e ficão a queima roupa: não tem cazas, nem peças, palamentas ou munições, e as mura algu'a couza danificadas do tempo do mar: precisa guarnecido, e municiado pela importancia do citio.

Forte de S. Antonio

Na extremid.^e da V.^a e da ultima praia, q.¹ lhe fica a direita, Oeste defend.^a por tiros cruzados deste, e do dos Boeiros, auxillia a defença rectilinia deste, e he util como elle E ambos, p.^a defender e entrada do Sueste p.^a o Ilheo, como o de S. Franc.^o e Real, p.^a a do boquete do mesmo pelo NorOeste, e aproveitando-se as suas vantagens, e contruindo-se no Ilheo hu'a bateria então essenciais p.^a reprimir o desembarque, q.¹ antes, o inimigo tentaria do que meter-se entre 2 fogos; e assim este merece a mesma attenção q.¹ aq.^{le} em reedificar-se, e guarnecer-se: tem 8 canhoneiras e 3 peças desmontadas palam.^{ta} e munições nada.

Forte da Rib.^a Quente

Termo da V.^a Franca cituado quaize em 1/3 da extenção da praia, a maior da Ilha de 798 braças e oito palmos e meio, 240 braças e 7 palmos a esquerda do Forte, Leste, e 558 e palmo e meio a direita, Oeste; a sua baze he hu'a especie de saibro, e pedra pomes de q.¹ se compoem quaize todos os montes, e serras circunvizinhos ao lug.^r das Furnas da lava q.¹ os vulcoens subterraneos na sua primeira erupção lançarão: Tem 5 canhoneiras e 5 peças desmontadas,

3

5
8

<p>palamenta e muniçoens nada. Tãobem reputo este por inutil porq.' , alem da extenção, o inimigo q.' aqui desembarcou não tinha nem podia abrir estradas, porq.' serras altissimas de tão difficil accesso q.' apenas dão hu' estreito atalho.</p>	
<p>Forte da Povoação</p>	
<p>No Destricto de V.^a Franca, pouco mais de 3 legoas a Leste da V.^a ficando o da Ribr.^a Quente 2 ½ esta cituado em meio de hu'a pequena praia de ceixo miudo, e serve esta de porto do lug.^r: tem hu'a ruina em o flanco direito, Oeste, não tem portoens, as cazas abatidas; porem o mais em bom estado: tem 7 canhoneiras, e 7 peças desmontadas, palamenta, e muniçoens nada.</p>	<p>7</p>
<p>Forte do Faial</p>	
<p>No termo de V.^a Franca, assim chamão a hu'a tricheira de ceixo lizo, solta, isto he sem barro ou argamça, mas com hu'a boa peça de bronze de camara de 36, e 2 de ferro todas desmontadas, e não tem palamenta, nem munições: he o ultimo Forte da costa do Sul, e o 3.^o q.' eu abandono, porq' não tem q.' defender, mais q.' a entrada de hum porto, tão incognito, como de si pequeno, pois não tem mais q.' 2 barcos, e do lug.^r p.^a os mais da Ilha não há comunicação senão por caminhos, tão estreitos, e aRiscados q.' a maior p.^{te} delles se vem os cavaleiros obrigados a apiar.</p>	<p>3</p>
<p>Castelo do Porto Formoso</p>	
<p>No termo ainda de V.^a Franca, ultimo do seu Districto, e o 1.^a da costa Norte, pois q.' desde a extremid.^e de Leste, da costa do Sul onde está a V.^a do Nordeste, ate a ponta do Norte da costa de Leste onde está o lug.^r dos Fenaes de Vera Cruz não há mais Forte, ou Cast.^o algu' senão o deste lug.^r assim chamado por ser a maior bahia q.' entra pela terra, mais como fica exposta ao Norte</p>	<p>10</p>

he a sua capacid.^e inutil; porq.¹ ruinãdo aqui m.¹⁰ os ventos deste quadrante, q.¹q.^r sobre embravesse o mar de sorte q.¹ chega a roxa onde estão os barcos varados, q.¹ se faz necessario subilos por corda e por este motivo tãobem julgo se deve abandonar. Tem 8 canhoneiras, e 5 peças pequenas no xão, palam.^{ta} e munições nada.

5

Castelo da V.^a da Rib.^a Grd.^e

Cituado sobre os pricipicios de hu'a roxa q.¹ elevando-se mais p.^a Leste, do Porto de S.^{ta} Iria p.^a diante, circunda a Ilha pelo Norte, Leste, e Sul até a Rib.^a q.^{te} com roxas altissimas sendo unicam.^{te} intreceptada por algu'as grotas, e nos lugares da Povoaçam, e Faial por 2 chais q.¹ as agoas dellas tem formado, e dos q.^s lugr.^s p.^a os outros não há comunicação senão por atalhos de difficil accesso: corre esta roxa digo em algu'as p.^{tes} como no Faial e Rib.^a q.^{te}, e g.^{des} em altura de 1200 braças, de sorte q.¹ as maiores serras q.¹ se elevão p.^a o interior da Ilha sobre o terreno destas, como a serra escura, e os picos do Ferro, e da Vára, se aproximarão a 2000 braças fica pois o Castello na extremid.^e desta cordilheira de roxas, e no principio de hu' gr^{de} arial de 455 braças e hú palmo; 145 de ceixo ou calhão, q.¹ pega com o Cast.^o, e 310, e hu' palmode area; no fim deste arial, q.¹ corre Leste Oeste principia outra roxa q.¹ terá pouco mais da d.^a extenção no extremo do q.¹ principia outro arial de 489 braças e meia na mesma direcção: O castello não tem mais q.¹ as muralhas com as paredes de hu'as cazas com 3 repartimen.^{tos} tem 14 canhoneiras q.¹ nunca virão peças. Preciza reedificado, guarnecido, e municiado, e hu'a bateria na roxa opposta chamada o Bandeijo, e outra no extremo p.^a defença do outro arial, chamado a praia de S.^{ta} Barbara.

Forte dos Mosteiro

Na costa do Norte p.^a defença do ultimo Porto q.¹ nella há conservase em bom estado, tem 7 canhoneiras, e 4 peças montadas, e as carretas mui velhas, palam.^{ta} algu'as astes quebradas, muniçoens nada.

4

9

Os Fortes de S. ^{ta} Clara, e Salvação	
<p>Ambos na costa do Sul e suburbio da Cid.^{de} totalm.^{te} inuteus segd.^o a sua cituação, porq.' não tem q.' defender, por ser toda a costa adjacente inacecível por mar: tem cada hu' hu'a p.^{ca} de bronze e extrahidas do Castello de S. Braz, qd.^o se edificarão p.^a pretextar extravios da Fazenda Real, q.' nestas Ilhas tem sido, hem a Mexericordia, e Camara, o alvo d'agitada ambição de meia duzia de monopolistas, e o instrumento, nas suas mãos, de lacerar a probreza, de lhe exgotar o sangue, e aniquilar os braços uteis do Estado como no estado do mapa se demonstra.</p>	2
Observaçam	2 9 10
<p>São pois 22 Fortes, ou Castellos q.' podem ficar em 16 abandos os 2 precedentes, o de N. S. da Victoria, o da Rbr.^a Quente, e o do Porto Formoso, pelas razoens em seus lugares apontadas. 93 peças q.' ademitem conserto q.' aqui se pode fazer e a q.' me obrigo. 3 os lugr.^s principaes de desembarque o 1.^o a praia de S. Roque, e a contigua por mais proximas a Cid.^e: O 2.^o as 2 praias, q.' defendem os Castellos dos Boeiros e S.^{to} Ant.^o da V.^a Franca; e o 3.^o as 2 extenças praias da V.^a da Ribr.^a Grd.^e: reedificados pois huns, e auxiliados outros, dos fortes q.' os defendem, com batarias q.' cruzem com elles os seus fogos, e assim mais o complemento dos 16, e distribuidos por elles com circonspecção as peças q.' rezultarem sofriveis ou boas depois do conserto, fica a Ilha em melhor estado do q.' o em q.' tem permanecido, e só carecendo de hu' parque ligr.^o de campanha de 9 p.^s de calibre de 9, de 6 obuzes, e 3 morteiros; augmentãdo-se porem a g.^e disciplinada a q.' tudo isto se refere, precisa do q.' nota no mapa.</p> <p>João Leite de Chaves e Melo Major Engenheiro</p>	8 13 12 11 28 93

Plano de Defeza para a ilha de Sam Miguel e geral para hum armamento em mapa.

Induçãm

Do absolutu abandono em q.' a Rellaçam mostra se achão os Fortes desta Ilha ruina total da sua Artelharia, insuficiencia d'algun resto de palamenta q.' conserva, e falta da necessaria, e respectivas moniçoens, se conclue não serem os habitantes q.' o seu mapa indica mais do q.' hu' numo sublime q.' Portugal aqui tem depositado p.^a os inimigos p.^a q.^{no} se prepara, digo sublime por haver nella bastante dinr.^o, e excelente gente p.^a recrutas, e milhores marinheiros, e por serem ambas estas circumstancias as q.' contribuem directam.^{te} p.^a o poder, e respeito de hu' Estado; a 1.^a como nervo delle, e a 2.^a a sua força absoluta alem da mais importante, de q.' o Gabine inda athe hoje se não lembrou /ao menos por obra/ q.' he de ser ella, e suas adjacentes a chave da Navegação mais importante.

Vigencias

Acomodandome pois as circumstancias, isto he a precisam de hua defeza emmediata, pois q.' desde q.' o inimigo corsario principiou a acomoternos ella tem sempre ate gora estádo e fica ao arbitrio da sua vontade de q.' brevemente poderão resolver, do q.' eu com as m.^{as} reiteradas representaçoens fujo de ser testemunha: acomodando-me pois a aceleração desta evidente defeza, e a maior precizão d'armas nessa Corte he o meu plano.

1.^o O Concerto d'Artelharia

Ex.^{mo} Sr. pôr grãos nas peças de bronze, q.' creio /seg.^{do} o projecto q.' consegui a um serralheiro habil/ o farei mais modico, e melhor do q.' o ordinario, pondo-os d' aço: rebater, calimpar as de ferro q.' ademetirem concerto, p.^a ficarem em estado de servir hu'as, e outras de q.' estão

totalm.^{te} incapazes, as de bronze por esfogonadas, e as de ferro por incravadas, e carcumidas de ferrugem.

2.º Augmento, e Desciplina do Prezidio

Para o serv.^a de 80 peças em baria, supondo q.' não ficão mais depois do concerto, e de hu' parque, q.' na r.^{am} se pede, são necessarios 330 Artelheiros, e não há mais q.' 186 em 3 Comp.^{as}, he portante da mesma nececid.^e fazer completar emmediatam.^{te} o mesmo n.º, pondo cada Comp.^a a 110 praças fora os off.^{es}, e mandar ensinar a todos o manejo da artelharia.

Complemento do Seu Trem

Mandar construir fornillos p.^a atirar com bala vermelha q.' he a q.' mais intemida a hu'a Armada; e alem da polvar, e bala apontada no mapa será mui util p.^a disputar com obstinação o desembarque, mandar Sua Mag.^e alguns cumbustiveis particularm.^{te} os precizos p.^a a composição da calda das faxinas, q.' he pez, enxofre, rezina, sebo, alcatrão, e azeite, e tãobem de cortinas, e p.^a as envolver algu'a folha de flandres, e assim algu'as bombas, q.' lá não sirvão por velhas, ou por fala, ou excesso de calibre; porq.' enterradas nos lugares de desembarque fazem efeito de minas, e produzem 2 vantagens reais: 1 a demora na celerid.^e essencial nos desembarques; 2.º audacia nos deffençores com a preplecid.^e do inimigo, q.' sempre se aterra com esta sixtema ainda mal praticado.

4.º Prevenção de hu' Armazem de Viveres

Sem o exemplo do q.' se passou em ... (*) qd.º esta Ilha foi atacada pelos Inglezes, q.' se dava pão carne, v.º, e aguard.^e aos sold.^{os} q.' estavam postados nas trincheiras, eu devera propor este artigo como o mais

(*) No tempo da Rainha Anna q' reino de 1702 a 1714 (Esta nota de rodapé desapareceu do documento original, juntamente com o resto da moldura. Pode ser comprovada pelo microfilme).

essencial, por isso mesmo q.'a g.^e não he disciplinada, e são necessarios todos os meios de lhe captar a vont..^e. Supondo pois q.' num rebate geral acudirão 14 mil homens, e q.' a Escoadra inimiga com ataques falços, ou por repetida nu'a p.^{te}, para tentar noutra entretenha interrompida, ou contiadam.^{te} os defençores por hu' mez, temos o d.^o n.^o convertido 420 mil homens, aos q.^{es} dando hu' alqr. por dia, a 12, são necessarios 35000 alqr.^s de trigo, ou 583 1/3 mois; isto he 583 mois e vinte alqr.^s, q.' se for de milho deve se dobrar, e alem desta quantid.^e deve haver outra igual prevenção, p.^a socorro dalgu'as naos nossas, ou aliadas em hu' t.^o q.' com justa probalid.^e se podem esperar nestas alturas, e a 1.^a quantia deve ser destrebuida pelas 3 p.^{tes} susceptiveis d'ataque: isto he na na V.^a Franca, na da Rib.^a Grd.^e, e na Cid.^e ficando nesta o sobreceleste maritimo; o q.' armazem alem de segurar a subsistencia da força absoluta das defenças, pode remediar no fim do a.' a fome q.' a pobreza, em todos, quaize sempre padece, pelo inconciderado embarque q.' a monstroza, ambição em todos, faz da baze do sustento geral de 57 mil almas, isto é do milho, sobornando os Menistros, p.^a lho consentirem, e informarem ao G.^o geral, de sorte q.' em h'u a.' q.' já a fome devorava, da Camara q.' se lhe diz oppôr, quaize todos os camaristas, isto hé menos hu' ou 2, forão prezos.

Armamento em massa

Não serei em tempo algu' de parecer q.' seja este armam.^{to} a custa do Rei com as armas com q.' disciplinão os seus exercitos, porq.' 2 ou 3 mezes q.' estes as largão, se vem os seus Comand.^{tes} obrigados, a recruta-los, isto he a fazer-lhes exercicio por Comp.^{as}, e nisto /q.' evidentem.^{te} mostra a inutilid.^e d'espingd.^a e baioneta em g.^e bruta/ a na enorme despeza da Fazenda Real he o meu parecer.

Diferentes Armas

Ex.^{mo} Sr. mandar fazer Xuços, Partezanas ou Fouces, Páos, e Pilotas, com astes de 6 péz pouco mais, ou menos; isto hé hu'a especie de mangoais, q.' em lug.^t do 2.^o páo q.' tem prezo com hu'a correa de coiro /q.' serve

p.^a debulhar favas e feijão a q.' chamao malhar/ tenha hu'a correntezinha de ferro p.^a não ser cortada, com hu'a bala d'aratel pouco mais ou menos, porq.' pode ser de hu'a grd.^e defeza particularm.^{te} detraz de hu' entrincheiram.^{to} onde com ellas se pode offender sem ser offend.^o, e com os Xuços partezanas, e páos a peito descuberto, na ocaziam do rompimento dos entrincheirm.^{tos}, ou da investida so pode com a g.^e da Ilha, e toda a q.' não tem Disciplina, e ou ignorante fazer melhor defeza do q.' com espingd.^{as} não asbem manejar, nem tratar pelo q.' se inutiliza ainda mais a sua enorme despeza, com a ordem, e destribuição seguinte.

Ordem

Esta deve ter por objecto a separaçam das diferentes armas em corpos distinctos por isso mesmo q' hãode deferir huns dos outros na

Disciplina

Esta dependendo do uzo das mesmas armas deve reduzir-se a maior simplicid.^e pocivel, p.^a não constranger e fatigar os povos com exercicios q.' sempre avorrecem, e tiram a maxima vantagem da sua satisfação; portanto pois devem formar-se de sugeitos habeis no manejo das armas respectivas a cada hum dos Corpos; por exemplo

Corpo d'Atiradores

Deve ser formado de todos os Caçadores de que a Ilha abunda q.^{es} se devem distribuir as espingd.^{as} q' houver na terra, e formados a 2 de fundo com o intervalo de hum passo largo, p.^a evitar o douctrina-los nas marchas q' se faz indispensavel nas armas q' tem bauneta p.^a atacar em colunas.

Corpo de Pilotas e Partezanas

Deve ser formado de todos os lavradores, q' andão sempre com fouces, e de trabalhadores do Campo, q' dias inteiros trabalham m.^s vezes com mangoaes. o

Corpo dos Páos

Deve ser formado de todos os jogadores destes de q' não há pequeno n.^o na Ilha, e todos assim estes como Pilotas, e Partezanas formados em 2 fileiras, com o interv.^o cada hua do cumprimento da sua arma, p.^a se não offenderem na ocasião do conflito, e conservar a ordem, sendo o fim das segd.^{as} fileiras o de substituir os lugr.^{es} da primeira q.' faltarem por incidente, e de alternarem entre si o trabalho, q.' p.^a ser incessante deve ser revezado por outro corpo, q.' deve estar, de rezerva na sua retagd.^a o

Corpo dos Xuços

A Disciplina deste he depende de mais algu' exercicio, porq' devem atacar em coluna macissa e de grd.^o fundo, por isso mesmo q' a suas arma por mais cumprida q' as espingd.^{as} hade primeiro offender o inimigo e porq' este da mesma forma os hade atacar e q.'q.' outra ordem que se lhe opponha he debil e logo rota; por cuja razam deve ser formada da melhor gente das Villas, e da Cid.^e; a q.^m não he tão dificil o aprender a marchar como aos Camponezes. o

Corpo de Cav.^a Ligr.^a

Deve se formado de todos os Cavaleiros, e curiozos de q' tãobem não he a Ilha esteril pelos q.^{es} se devem destrubuir todas as espadas largas, e traçados q' as listas derem, e sim mesmo as pistolas, clavinas e bacamartes, o q.' tãobem se deve formar a dois de fundo, com a frente q' se puder exigir do seu prestimo, ou estado de Disciplina, e sera destinado a acudir onde no inimigo aparecer a 1.^a desordem, porq' nestes cazos he o corpo q' mais estrago fáz.

Distribuiçam

Devendo esta deduzir-se do uso da mesmas armas depende igualmente do local, despoziçam e serie do ataque, e assim postar-se-hão em principio.

Corpo d'Atiradores

Nas p.^{tes} mais salientes, por natureza, ou pior arte, do ataque p.^a se aproximar mais o seu fogo ao inimigo q' no mom.^{to} do desembarque ficará assim metido entre fógos cruzados, e fógos destruidores, por ser deregido por mestres com q.^m não he necessario recommendação nem cuid.^o, pois q' conhecem lógo no 1.^o tiro, não só a carga comp.^{te}, senão tãobem o alcance da sua esping.^a, e desta sorte se poupão muníçoens ao Rei, e tira a maxima vantagem do serv.^o e do prestimo da g.^e os

Corpos de Pilotas, Partezanas, e Páos

Nos entrincheiram.^{tos} em q' não estiver Artelharia, e Atiradores, isto he as Pilotas emmediatas aos parapeitos, porq' offendem a peito: na sua retaguarda os Partezanos, porq' sendo o seu golpe mortal, e mais certo he por isso o mais proprio p.^a derrubar os q' o açaltarem, e com maior distancia destas na sua retagd.^a os páos, por isso mesmo q' os seus jogadores querem campo largo p.^a os manejarem. o

Corpo dos Xuços

Proximo as aberturas dos intrecheiram.^{tos} p.^a acometer o inimigo fora destes q.^{do} queira formar-se p.^a os atacar, e nesta cazo deve ser auxiliado nos flancos pelos outros corpos q' a devem seguir na investida isto he no centro e lados da coluna dos xuços hu'a peça ligeira em cada lugar destes, porq' mais poderão embarçar por não ser gente bem disciplinada nos flancos da coluna assim ordenada marcharão os Atiradores, e Partezanos em ordem alternada, em a sua retagd.^a os Pilotas e Páos tãobem alternadamente. o

Corpo de Cav.^a Ligr.^a

Na retaguarda de todos a cuberto d'algum espaldam, ou outeiro em maior distancia dos outros e na direcção dos terços da extenção do Campo, ou

do centro delle se a capacid.^o do local não permitir a primeira ordem q' divide este corpo em 2 esquadroens p.^a acomoter o inimigo nos flancos.

Suplica,

A comodidade deste plano q.' andar por hum decimo do armamento s da Millicias e q.' no tem relao com a soma do q.' algu'as contas faro necessario, esta comodid.^o repito a brevid.^o do tempo q' requer p.^a se executar, e disciplinar a gente, e a urgencia de sua prompta defeza, q' a crize do tempo pede, supplico a Sua Mag.^e hua ordem p.^a se dr j immediatam.^{te} a execuo, e cazo no haja din.^o /pela boa ademinstrao/ contas q.' Sua Mag.^e mandar, depois de bem informada, tomar com exaco p.^a as reedificaoens pricizas seja tudo feito a custa dos habit.^{es}, por isso mesmo q' a defeza lhes he to ligitima como evid.^o as demonstrativas deligencias da Sua Soberana, do seu Principe e Menistros em os remover desta critica conjunctura

Recursos

Para no recahir este pequeno onuz sobre os miseraveis indigentes desta Ilha q' apenas podem subsistir pelas desmarcadas ambiam de Menistros avaros, e monopolistas ozeneiros, q' os suborno, e tudo secumbem, devem as Camaras q' pouco ou nada gastam fazer as faxinas, e as despezas dos preparos dos combustiveis; e porq' a de V.^a Franca h a mais pobre e tem maior exteno de praias, a Camara da Cid.^e, q' de mos dadas com com o Impocisseiro /a q^m deu o contrato por menos 4 ou 3 contos annuaes/ se tem feito hua 2.^a Comp.^a de Vinhos, prohibindo os os da Ilha do Faial, p.^a vender os pecimos da terra a 160 e 200 reis, deve ella, ou os seus Comerci.^{tes} ajuda-la comais 1/2 do q'a proporo das suas rendas o premitir. A Praa q' com a Fazenda Real se tem enriquecido tanto, tendo todos os ramos da sua ademnistro por pouco mais de 1/3, particularm.^{te} a 20 a.^s, deve fazer as despezas do concerto d'artelharia, reparos, e Pelamenta. Os Proprietarios de terras, cazas, e vinhas q' com o seu preo subido, tem augmentado indizivelm.^{te} as suas rendas, dev fazer

os Xuços, Partezanas, Pilotas e Páos, e eu mesmo darei o exemplo, fazendo, do proprio soldos, os modelos. anica

Objecçam

He a preferencia q' hão querer ter os Axilliares p.^a o Corpo d'Atiradores, e desprezo com q' olharão os mais, particularm.^{te} o dos Xuços em q' devem ser empregados por depender de mais exercicio, por isso mesmo q'elles tem mais privilegios, e não deixarão de produzir intrigas, q' trasntornarão tudo, com etiquetas de graduadoens, e de jurisdição p.^a pôr o ultimo remate a maquina da desordem /q' nesta Ilha he aonde a vi jogar com todas as suas molas activa e aceleradam.^{te}/ ficando a Soberana sem a Ilha, os seus Povos sujeitos a cerviz dura do Conquistador rebelde, e a Nação e Estado com o labeo infame da Cobardia, de q' eu fujo de ser envolvido: p.^a o q' Ex.^{mo} Sr. he preciso q' a ordem q' vier seja energica em todos os pontos, por isso q' o serv.^o he do Rei, e o resultado todo delles, sendo o 1.^o p.^{to} da

Ordem p.^a a ex.^{çam}

Que o G.^{or} proceda a hu'a enumeração geral, sem distincção de pessoa, ou qualid.^e v.^a a urgencia, p.^a apresentarem todas as armas assim de fôgo como brancas, athe as proprias facas de ponta porq' m.^{as} vezes succede no conflito embarçarem-se de sorte q' chegão as maons, e qd.^o mais não seja sempre augmenta nos homens a audacia, o verem-se bem armados, a fim de saber-se as q' se hãode fazer, e igual aRanjar o Corpo d'Atiradores, e o de Cav.^a Ligr.^a. OutroSim q' tome conta de todos os carros, e cavalgaduras p.^a os transportes necessarios, e destinarem os postos a cada hu', p.^a evitar a confuzão q' he nestes cazos a origem da ruina, e do estrago.

2.^o Que mande fazer faxinas, cestoens e reparar os caminhos de comunicação entre as p.^{tes} susceptiveis d'ataque, por aq.^{les} corpos com q.^m não he necessario tanto exercicio emq.^{to} os outros tem este trabalho.

3.^oQue o Feitor aprompte o din.^o necessario p.^a as despezas de tudo

exposto, no cazo q' Sua Meg.^e não approve os recursos q' a ocazião pede, e ficão apontados.

4.º Que sendo tudo feito a custa da Fazenda seja a lanços de Arematação, p.^a livrar os seus Direitos de fraudes q' tem sofrido e padece.

5.º Que o aRanjam.^{to} e Disciplina seja todo segd.^o as m.^{as} derecções, assim como os modelos das armas, e dimenções das faxinas.

6.º Que deme a polvora necessaria p.^a a prova das peças depois de concertadas, e dos seus diferentes, alcances a fim de deixar regras de conducta p.^a hu corpo que alheio destes conhecim.^{tos} se vai nelle adisciplinar, e igualm.^{te} p.^a ver se com as peças velhas, q' não servirem, forma camaras p.^a algumas bocas de fôgo auxiliares, q' lancem grd.^{es} globolos de combustiveis, p.^a unir, e vigorizar mais a defença, e atrahir confiança, e valor da g.^e

Observaçam

Hum Plano não he um Tratado em q' geometricam.^{te} se demonstrem todas as vantagens do seu sixtema: ninguem ignora q' hu'a leve mudança na Pratica decide de hu'a, m.^{tas} vezes de mais Companhias, e a experiencia do prez.^{te} constemadam.^{te} o tem mostrado com admiração a toda a Europa. O sixtema proposto tem a ordem tanto na Disciplina, (primeira novid.^e) como na distribuição. A divissão dos Corpos (segd.^a novid.^e) aSemelhando-se as dos Manipulos, q' fizerão o nome dos Romanos celebrado, e a multiplicid.^e das colunas q' derão o de grd.^e a El-Rei da Prussia, tem a vantagem de decipar a heterogenid.^e com q' se apresentava athe gora este grd.^e Corpo nas defenças fazendo-o fantastico e iluzorio, por isso mesmo q' dando a hum Camponez, a hu' Pastor... : hua espingarda cujo contacto os sobreçalta os ponha no meio da Corpos q' servem de desordenar, qd.^o ambos em campo aRostarião com a sua fouce a aguilhada a hum Pelotão inteiro, ou q.^{do} m.^{to} augmentando simultaneam.^{te} com estes corpos e armas em confuzão os de linha do exercito a q.^m servem de pezo nas manobras, de desordem nos ataques, e precepitação certa nas retiradas. A separação pois digo das armas na divisam dos Corpos traz consigo não só a maior utilid.^e do serv.^o com a aptidão dos individuos /pois se appoveitão os homens sem se

lhes confundirem os prestimos, nem encontrar os genios adequidos/ se não tãobem a emulação do desempenho das armas q' cada hum escolheo, e isto desforra o terro panico q' he o 1.º anuncio das victorias. Alem do q' Ex.^{mo} Sr. a ocaziam pede o, e a falta das armas o axige: se algu' Pratico achar defectuozo substitua-lhe os acertos, lembrando-se que na Pratica sublime a melhor regra, a Regra Aurea, he atacar sempre como e q.^{do} nunca se espera, q.^{to} a guerra offenciza, e q.^{to} a defenciva, se o inimigo mudou de sixtema devemos tãobem espera-lo com o nosso alterado: assim o entendem os meus fracos talentos no q' resp.^{ta} ao como, e pelo q' toca ao q.^{do} por depender mais da ocazião, se a houver em concurrencia dos q' reprovarem hu'a e m.^s vezes supplica a Sua Mag.^e a sua demonstração com hũ n.º hum terço menor.

João Leite de Chaves e Mello Borba Gato
Sarg.^{to} Mór Engenheiro

Relação de militares despachados para as Ilhas dos Açores e Madeira, desde 1796 até o ano de 1801.

N 11

Deve partir p.^a as Ilhas no Posto de Sarg.^{to} M'or q.' S. A. R. lhe coferio

Ill. ^{mo} e Ex. ^{mo} Snr.

Sendo necessaria p.^a bem do Real Serviço, q.' houvesse na Ilha da Madeira hum Official Engenheiro, q.' executasse as Funçoens da sua Profissão debaixo das vistas do Govêrno da mesma Ilha, foi o Supp.^{te} Pedro Jozé Botelho de Govêa, Cap.^{am} do Real Corpo dos Engenheiros, solicitado p.^a este fim pelo Governador actual D. Jozé Manoel da Camara, sendo proposto por elle a S. A. R. no Posto de Tenente Coronel, q.' era o de accesso correspondente a Patente, com q.' o Supp.^{te} servia, segundo a Pratica inalteravelmente guardada com a Promoção dos Officiaes despachados p.^a os lugares do Ultramar.

Foi a mesma proposta Aprovada, e Resolvida na sua Conformidade por S. A. R; porem o Official encarregado de lavrar o Decreto, entendêo por Pôsto de accesso, o Pôsto immediato, contemplou o Supp.^{te} em Sargento Mór, devendo ser contemplado em Tenente Coronel. Foi esta equivocação ao S.^f D. Rodrigo, e ao mesmo Governador prezente, o qual persuadido da Justiça do Supp.^{te}; novam.^{te} o propôz, fazendo especial objecto do Posto de Tenente Coronel, p.^a evitar todo o engano q.' podesse haver: E resolvendo S. A. R. com approvação d'esta segunda Proposta, certifica ao Supp.^{te} o Official Maior João Filippe, de q.' nesta conformidade se lavrára outro Decreto, q.' subira no mez de Agosto, p.^a a Real Assignatura: Mas não tendo baixado até agora assignado, naturalm.^{te} se desanima o Supp.^{te}, cujo credito, e honra padecerá

sensivelm.^{te} na opinião de todo a seu Corpo, se no Despacho se não guardar aquella mesma Prática, q.' se tem guardado com todos os outros Militares despachados p.^a aquella, e mais Ilhas, o q.' abona a Rellação junta.

O Supp.^{te} Ex.^{mo} Senhor na certeza de estar despachado no Posto de Tenente Coronel, se excuzou immediatam.^{te} da Diligencia, de q.' estava encarregado, passando ás Ordens do seu Governo, q.' o incubio de trabalhos relativos ás Fortificaçoens, e Encanamentos de Rios da mesma Ilha, sendo-lhe necessario applicar-se desde logo á factura de Plantas, em q.' tem trabalhado desde então, athé agora. Fêz despezas superiores ás suas forças, p.^a poder transportar d'esta Côrte com a sua familia, p.^a a mesma Ilha; p.^a ser despachado em Sargento Mór não lhe era necessario soffrer nenhum d'estes incommodos, pois era o Posto, q.' lhe correspondia por accesso no Serviço d'esta Côrte, na primeira Promoção q.' houvesse no seu Corpo, sem se expôr ao perigo, Contingencias do Mar, e sem deixar a Companhia dos seus, e hir viver em huma Terra inteiram.^{te} extranha, e das de maior Carestia, nos Dominios do Ultramar: Ultimam.^{te} no mesmo Posto de Capitão com o vencim.^{to} da Diligencia, em q.' se achava, fazia o interesse de trinta e oito mil reis por mez, q.' hé o mesmo q.' ficaria vencendo se prevalecesse a equivocação, e Despacho de Sargento Mór. Nestes termos justam.^{te} se persuade o Supp.^{te}, q.' se desencaminháva o d.^o seg.^{do} Decreto: E porq.' a demora lhe hé prejudicial, e athé ao Real Serviço, espera q.' V. Ex.^a tendo o referido na sua Consideração, se Digne Mandar lavrar, e fazer subir á Assignatura Regia outro novo Decreto, no qual se faça individual menção do Posto de Tenente Coronel, por ser o Despacho, q.' S.A.R. se Dignou fazer ao Supp.^{te} por primeira, e segunda Graça.

E.R.M.

Relação dos Despachos q.' se tem feito p.^a as Ilhas adjacentes a esta Capital, desde 1796, até o prezente anno de 1801

Por Decreto de 22 de Abril de 1797 p.^a a Ilha 3.^a

Sargento Mór

Gabriel Antonio Franco d' Castro ... 1.^o Tenente d'a Artelharia do Algarve.

Ajudante

Jacinto Jozé da Costa ... Sargento do mesmo Regimento.

Capitão

Caetano Jozé Pinheiro ... 2.^o Tenente do m.^{mo} Regimento.

2.^{os} Tenentes

Manoel de Freitas, e Payva ... Cadete do Regim.^{to} de Peniche.

Candido de Menezes, e Lemos ... Porta Bandeiras do mesmo Regim.^{to}, e ambos filhos da mesma Ilha.

Por Decreto de 5 de Dezembro de 1799 ... 1.^o Tenente p.^a a Artelharia da mesma Ilha

Caetano Vellôzo Castello branco ... Cadete do Regim.^{to} d'a Artelharia da Côrte.

170 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

Por Decreto de 30 de Dezembro de 1799 ... Sargento Mór do Real Corpo dos Engenheiros p.^a servir na d.^a Ilha Jozé Ro'iz d'Almeida ... 1.^o Tenente do m.^{mo} Corpo, tendo oito, p.^a nove annos só de serviço.

Para a Ilha da Madeira

Por Decreto de 3 de Agosto de 1796 ... Sargento Mór, e Inspector do Trem da d.^a Ilha Agostinho Jozé Marques Roza ... 1.^o Tenente da Artelharia da Côrte.

Por Decreto de 6 de Junho de 1800 ... 1.^o Tenente Aggregado á Companhia d'a Artelharia da m.^{ma} Ilha Manoel Joaquim do Valle ... Cadete da 1.^a Armada.

Mais hum Cabo d'Esquadra de Peniche, que foi despachado em Sargento p.^a a Companhia da d.^a Ilha.

Por Decreto de 23 de Julho de 1800 –
Sargento Mór do Real Corpo dos Engenheiros p.^a servir na Ilha da Madeira Pedro Jozé Botelho de Gouvêa ... Capitão do mesmo Corpo com vinte e quatro annos de serviço effectivo, alterando-se com elle a Prática dos Despachos constantem.^{te} guardada com todos os outros officiaes innunciados nesta Supplica, pois forão despachados no Posto de accesso, e não no immediato como accontecêo com o Sup.^{te}.

VIDA DO INSTITUTO

Acta da primeira reunião
ordinária de dois mil

Aos vinte e seis dias do mês de Abril de dois mil, na cidade de Angra do Heroísmo e na sede do Instituto Histórico da Ilha Terceira, no Edifício de São Francisco, pelas dezoito horas e em segunda convocatória por à hora marcada para a primeira não se encontrar presente a maioria dos sócios, realizou-se a primeira reunião ordinária convocada pelo Presidente nos termos do artigo sétimo do Estatuto e para os fins presentes no artigo primeiro, números um e dois do Regulamento. Estiveram presentes os seguintes sócios: Dr. Álvaro Pereira Leal Monjardino; Francisco Ernesto de Oliveira Martins; Dr. Francisco dos Reis Maduro Dias, presidente; Padre Dr. João Maria de Sousa Mendes; Dr. José Guilherme Reis Leite; Dr. José Leal Armas; Eng^o Henrique Santos Correia Guedes; Dr. José Olívio Mendes Rocha, Director do Museu de Angra do Heroísmo; TCoronel Manuel Augusto de Faria, secretário; Valdemar Mota de Ornelas da Silva, tesoureiro; Coronel Vasco Augusto Gonçalves Capaz, Governador do Castelo de São João Batista.

Foi distribuída a acta da reunião anterior que, depois de lida, foi aprovada.

Em antes da ordem do dia, o Dr. Álvaro Monjardino entregou um trabalho do Padre Dr. Jacinto da Câmara Pereira para ser publicado no boletim do Instituto de 2000 e informou que o espólio bibliográfico de Fernando Rui Corte-Real sobre História Naval, conforme disposição do seu organizador e ex-proprietário, já foi entregue na Biblioteca Pública de Angra do Heroísmo. A propósito teceu alguns comentários sobre a infuncionalidade da Biblioteca. Em complemento, o Dr. João Maria Mendes informou que se encontra a concurso o provimento de um novo director para aquela instituição, e que decorre o processo para a sua reinstalação em edifício a restaurar na Rua do Marquês.

Passou-se de seguida à ordem de trabalhos que constava dos seguintes pontos:

- 1 - Apresentação, discussão e votação do Relatório do Presidente e contas relativos às actividades de 1999;
- 2 - Apresentação, discussão e votação do Plano de Actividades e Orçamento para 2000.

Apresentado o Relatório de Actividades, foi este aprovado e vai em anexo a esta acta.

Igualmente aprovadas as contas referentes a 1999, após terem sido introduzidas algumas alterações na designação de despesas, sugeridas pelos sócios presentes, e vão em anexo à presente acta.

Passou-se à discussão do Plano de Trabalhos para 2000, que foi apresentado pelo Presidente. Sobre o número seis, o Doutor Reis Leite expressou a opinião, que mereceu a concordância da assembleia, de que tal encontro só deveria ser equacionado caso houvesse da parte dos sócios do Instituto interlocutores preparados para confrontar pesquisas e trabalhos com os sócios da Sociedade Linschoten e outros investigadores estrangeiros a convidar para o evento.

O Ponto quatro - reactivação do Centro UNESCO - recebeu, igualmente, alguns contributos dos sócios, nomeadamente a sugestão do Doutor Reis Leite para uma reflexão, em reunião do Instituto, sobre a actividade do Centro, e o realce dado pelo Dr. Álvaro Monjardino às palestras periódicas como forma de dar visibilidade ao próprio Instituto.

Para publicação de gravuras antigas, contemplada no número sete, foi deliberado que só seriam aceitáveis as colaborações que tivessem como contrapartidas contribuições financeiras.

Foi aprovada a reedição das Notas Etnográficas de Frederico Lopes, tendo, no entanto, o Doutor Reis Leite considerado que, havendo possibilidades financeiras, a prioridade deveria ser dada à publicação das obras do TCoronel José Agostinho.

Foi por fim deliberado proceder à alteração das quotas para quinze euros anuais.

A Mesa pediu a atenção dos sócios para a verba de seis milhões e quinhentos mil escudos inscrita na previsão orçamental na rubrica *outros subsídios e apoios externos*, não garantida, de difícil obtenção, que poderá inviabilizar substancialmente o Plano de Actividades.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão quando eram dezanove horas, de que lavrei acta que vai por mim, Secretário, assinada e pelo Presidente.

O Presidente

Francisco dos Rei Maduro Dias

O Secretário

Manuel Augusto de Faria

RELATÓRIO DO PRESIDENTE CESSANTE

I

REUNIÕES

1. Durante o ano de 1999, o Instituto levou a efeito as duas reuniões ordinárias e a sessão especial para eleição da Mesa previstas no seu Estatuto.
2. A 1ª reunião ordinária realizou-se em duas sessões havidas nos dias 22 e 25 de Janeiro. Nesta reunião aprovou-se o relatório das actividades de 1998 e respectivas contas, e bem assim o plano de trabalhos e o orçamento para 1999. Aprovou-se ainda um parecer sobre a proposta governamental de um novo diploma relativo à Zona Classificada de Angra do Heroísmo, destinado a substituir o decreto legislativo regional 15/84 A, de 13 de Abril.
3. A segunda reunião ordinária realizou-se em 28 de Julho. Nesta reunião apreciou-se a execução do Plano de Trabalhos para o ano. Foi ainda produzido um parecer, solicitado pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores, sobre uma proposta de diploma nela pendente e relativa à dispensa de serviço para participação em actividades culturais. Debateram-se uma eventual participação no Congresso de História da Baía e o estado dos projectos sobre a adaptação da antiga fortaleza de São Sebastião a pousada de turismo.
4. A reunião especial para eleição da Mesa realizou-se em 30 de Dezembro.
5. Houve ainda, em 26 de Julho, uma sessão informal para se receber uma delegação de Macau que visitou os Açores e

que ofereceu ao Instituto um conjunto de obras editadas por várias instituições macaenses.

6. A Mesa reuniu em 15 de Janeiro, 27 de Fevereiro, 13 de Março, 19 de Julho e 6 de Novembro para tratar de assuntos de administração corrente e, nas três primeiras, também de assuntos relativos ao Colóquio Internacional de História das Ilhas do Atlântico, em preparação.

II

EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS

1º - *BOLETIM*

7. No ano de 1998 publicaram-se os Boletins de 1996 e 1997, em volumes separados por o material assim o justificar. O Boletim de 1998 tem todo o material corrigido, e a sua publicação somente depende das disponibilidades financeiras do Instituto. O Boletim de 1999 (que inclui as actas do Colóquio havido em Maio último) encontra-se em acabamento gráfico.

2º - *REALIZAÇÃO DO V COLÓQUIO INTERNACIONAL DA HISTÓRIA DAS ILHAS DO ATLÂNTICO*

8. O Colóquio foi levado a efeito na data programada e correu sem problemas especiais. O seu financiamento, garantido ao nível de promessas, não se concretizou ainda por inteiro. As respectivas actas coincidentes com o Boletim de 1999 - encontram-se no prelo.

3º - *PROVIDÊNCIAS PARA A LEITURA E TRANSCRIÇÃO DO LIVRO DO TOMBO DE SÃO FRANCISCO*

9. Contratado este trabalho com o Dr. Helder Parreira de Sousa Lima, não houve qualquer ulterior desenvolvimento durante o ano por razões de saúde deste sócio do Instituto.

4° - *REORGANIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DO INSTITUTO
E DISTRIBUIÇÃO DE EXCEDENTES*

10. Finalmente deu-se início a este trabalho, após sucessivos anos de adiamentos. Para o efeito contribuiu a contratação, ao abrigo de um programa para professores não colocados, de dois elementos que iniciaram esta tarefa no último trimestre do ano.
11. Não houve mais distribuição de excedentes das publicações do Instituto por instituições culturais educativas da Região. Continuaram a atender-se pedidos individuais enviados ao Instituto e disponibilizaram-se gratuitamente aos sócios contribuintes exemplares naquelas condições.

5° - *CONTINUAÇÃO DAS ACTIVIDADES DO CENTRO
UNESCO E REALIZAÇÃO DE CONFERÊNCIAS PE-
RIÓDICAS*

12. A actividade local do Centro UNESCO foi simplesmente nula. Continuou a não ser possível promover a realização de quaisquer conferências públicas.

6° - *DESENVOLVIMENTO DO SITE INTERNET DO INSTITUTO*

13. O *site* foi actualizado com os índices até aos últimos publicados.

7° - *CONCLUSÃO DA RECONSTRUÇÃO DE UM MOINHO
DE VENTO NOS BISCOITOS*

14. Efectuada.

8º - *ACÇÕES ATINENTES À PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO*

17. Respondendo a solicitações da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, o Instituto produziu pareceres sobre uma proposta de decreto legislativo regional relativo à classificação da zona central da cidade de Angra do Heroísmo e sobre um projecto de decreto legislativo regional relativo a dispensas de trabalhadores para participação em actividades culturais.
18. O Presidente do Instituto publicou no diário A UNIÃO vários textos relativos à defesa e valorização do património: «O contrário do que deveria ter sido» (15/2), «Uma lei para o Património» (20/2, 27/2 e 6/3), «À margem do alecrim e da manjerona» (4/3), «Propriedade e uso» (10/5), «Classificação e isenção» (3/7), «A cidade destruída» (21/8) e «A agulha de *Notre Dame*» (29/12).
19. O Secretário do Instituto manteve, durante todo o ano, uma publicação semanal do DIÁRIO INSULAR sob o título «Molduras da Cidade», depois «Vela de Estai», orientadas para a compreensão do património cultural e divulgação de ideias sobre o mesmo.
20. O sócio Manuel Augusto de Faria também continuou a manter, no DIÁRIO INSULAR colaboração sobre os fortes existentes na costa da ilha Terceira.
21. A Zona Pátio da Alfândega - Porta do Mar permanece indefinida quanto o que ali efectivamente se irá fazer e quando. A passagem das intenções aos actos por parte da administração regional continua a pecar por demorada, com consequências negativas, até em termos de opinião pública.

22. O Instituto cooperou com o apoio à reconstrução, nos Biscoitos, de um moinho de vento junto da Escola Básica 2-3 desta freguesia.

8º - *QUOTAS*

23. A sua cobrança continuou a ser prejudicada pelos atrasos na publicação do Boletim que só no fim do ano entraram em normalização.

III

FACTOS RELATIVOS À VIDA DO INSTITUTO

24. Em 23 de Abril o Presidente do Instituto participou numa sessão promovida pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo com uma palestra intitulada «Nos 25 anos do 25 de Abril». E, em 17 de Setembro, no auditório da Misericórdia de Angra, com «Elementos para um debate sobre os novos desafios da sociedade açoriana (perspectiva jurídica) no quadro da evolução geral do sistema autonómico».

COLÓQUIO

1999

RECEITAS:

Subsídio SREAS -----	5.000.000\$00
Subsídio da Fundação Luso Americana -----	302.461\$00
Subsídio da Companhia de Seguros Açoreana -	<u>500.000\$00</u>
	5.802.461\$00

DESPESAS:

Correios -----	35.296\$00
Alojamentos -----	535.250\$00
Transportes -----	2.809.045\$00
Alimentação -----	128.600\$00
Tipografia -----	176.960\$00
Secretariado -----	1.025.775\$00
Concerto -----	<u>100.000\$00</u>
	4.810.926\$00
Saldo -----	<u>+991.535\$00</u>
	<u>5.802.461\$00</u>

CONTAS DO INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

1999

RECEITAS:

Saldo do ano anterior -----	3.052.455\$00
Quotas -----	309.200\$00
Venda de publicações -----	318.964\$00
Subsídio da SREAS 1998 -----	4.000.000\$00
Subsídio da SREAS 1999 -----	4.000.000\$00
Subsídios para o Colóquio -----	3.302.461\$00
Subsídio da SREAS para o Festival de Música ---	72.200.000\$00
Juros de depósitos -----	90.638\$00
	<u>87.273.718\$00</u>

DESPESAS:

Água -----	11.784\$00
Electricidade -----	15.259\$00
Encarregado do expediente -----	18.000\$00
Correio -----	401.299\$00
Expediente -----	27.118\$00
Quotas ICOMOS -----	37.500\$00
Festival de Música -----	72.200.000\$00
Moinho dos Biscoitos -----	2.811.200\$00
Boletim de 93/94 -----	2.102.463\$00
IP Global -----	65.520\$00
Despesas com o Colóquio -----	4.812.926\$00
	<u>82.501.069\$00</u>
Saldo -----	+4.772.649\$00
	<u>87.273.718\$00</u>

PLANO DE ACTIVIDADES PARA O ANO 2000

- 1º Publicação dos Boletins para 1998 e 1999 e preparação do Boletim para o ano 2000;
- 2º Reorganização da Biblioteca do Instituto e distribuição de excedentes em depósito;
- 3º Preparação de um encontro sobre o Atlântico (navegações, estratégias, concorrências e complementaridades) em colaboração com a Sociedade Linschoten de Amsterdão. A realizar em princípio no próximo ano.
- 4º Reactivação do Centro UNESCO dos Açores, nomeadamente com retoma das palestras mensais, publicação de uma página periódica e captação de colaboradores.
- 5º Acompanhamento do Património Cultural existente na Região, com promoção de acções atinentes á sua valorização.
- 6º Eventual organização de um encontro de investigadores de genealogia e demografia histórica.
- 7º Edição de três gravuras antigas de interesse histórico para a ilha Terceira: Biscoitos, em colaboração com a Confraria; A batalha da Praia, em colaboração com a respectiva Câmara e aproveitando a cedência de diapositivo da Sociedade de Geografia de Lisboa; o Monte Brasil, conforme vista existente em códice da casa Cadaval.
- 8º Reedição das "Notas Etnográficas" de Frederico Lopes.
- 9º O Valor da quota é alterado para 3.000\$00.

PREVISÃO ORÇAMENTAL PARA 2000

RECEITAS:

Saldo do ano anterior -----	4.772.649\$00
Quotas -----	150.000\$00
Subsídio da SREAS para o moinho dos Biscoitos	793.940\$00
Subsídio anual da SREAS -----	4.000.000\$00
Outros subsídios e apoios externos -----	<u>6.500.000\$00</u>
Soma (valor aproximado) -----	16.000.000\$00

DESPESAS:

Boletim de 1996 -----	2.966.548\$00
Boletim de 1997 -----	1.822.000\$00
Boletim de 1998 -----	2.500.000\$00
Boletim de 1999 -----	1.676.061\$00
Actas do colóquio -----	2.358.290\$00
Aquisição de telefone -----	50.000\$00
Custos de telefone -----	30.000\$00
Água -----	15.000\$00
Electricidade -----	15.000\$00
Correio -----	1.000.000\$00
Expediente -----	30.000\$00
Quota ICOMOS -----	40.000\$00
Moinho dos Biscoitos -----	364.560\$00
Internet -----	100.000\$00
Reedição de obras -----	<u>3.000.000\$00</u>
Soma (valor aproximado) -----	16.000.000\$00

Acta da primeira reunião
extraordinária de dois mil

Aos vinte e seis dias do mês de Abril de dois mil, na cidade de Angra do Heroísmo e na sede do Instituto Histórico da Ilha Terceira, no Edifício de São Francisco, pelas dezanove horas e em segunda convocatória por à hora marcada para a primeira não se encontrar presente a maioria dos sócios, realizou-se a primeira reunião extraordinária convocada pelo Presidente nos termos do artigo sétimo do Estatuto e para fins presentes no artigo quarto do Regulamento. Estiveram presentes os seguintes sócios: Dr. Álvaro Pereira Leal Monjardino; Francisco Ernesto de Oliveira Martins; Dr. Francisco dos Reis Maduro Dias, presidente; Padre Dr. João Maria de Sousa Mendes; Doutor José Guilherme Reis Leite; Dr. José Leal Armas; Eng^o José Henrique Santos Correia Guedes; Dr. José Olívio Mendes Rocha, Director do Museu de Angra do Heroísmo; TCoronel Manuel Augusto de Faria, secretário; Valdemar Mota de Ornelas da Silva Gonçalves, tesoureiro; Coronel Vasco Augusto Gonçalves Capaz, Governador do Castelo de São João Batista.

Tendo a reunião como ponto único a deliberação sobre o preenchimento de vagas e eventual eleição de sócios efectivos, o Presidente informou que existem três vagas, podendo ser considerada mais uma, caso os sócios deliberassem aplicar a disposição do artigo quinto do Estatuto ao Padre Dr. Jacinto Monteiro da Câmara Pereira que mudou de residência para Santa Maria. Deliberado que apenas seriam preenchidas as vagas existentes, foi distribuída a lista regulamentar proposta pela Mesa. A pedido de alguns sócios que alegaram necessitar de tempo para decidirem sobre o seu voto e proporem outros nomes, foi a sessão interrompida, devendo reiniciar-se pelas dezoito horas do próximo dia dois de Maio.

Retomada a sessão pelas dezoito horas do dia dois de Maio, antes da ordem do dia, o Doutor Reis Leite entregou os textos recolhidos para um dos volumes das obras do TCoronel José Agostinho, com prefácio do Dr. Álvaro Monjardino, para publicação; O Presidente do Instituto

apresentou um pedido do Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo para a datação do prédio..., tendo-se o sócio Francisco Ernesto Oliveira Martins disponibilizado por entregar uma reprodução de uma gravura do século XIX onde ele já consta; o Dr. Álvaro Monjardino apresentou o pedido da Dra. Teresa Rosa, de apoio à publicação do seu trabalho de mestrado sobre o convento de São Gonçalo, tendo o Dr. Jorge Forjaz referido a qualidade científica do estudo, alertando, no entanto, para eventuais deficiências de forma; ainda o Dr. Álvaro Monjardino fez entrega de uma relação do espólio bibliográfico de Fernando Rui Corte-Real, pertencente à Biblioteca Pública de Angra do Heroísmo.

Lida a acta da primeira reunião ordinária do corrente ano, foi ela aprovada.

Passando-se ao tema da ordem do dia, o Presidente do Instituto informou que, tendo contactado o Padre Dr. Jacinto da Câmara, este aceitou a sua passagem a sócio correspondente, pelo que são quatro as vagas de sócio efectivo a preencher. Feitas as eleições regulamentares, foram eleitos sócios efectivos do Instituto o Dr. António Bento Barcelos, o Dr. Eduardo Manuel Ferraz da Rosa, Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt e o Dr. José Mendonça de Ávila.

E esgotada a ordem do dia, foi a sessão dada por encerrada pelo Presidente, que comigo, Secretário, assina a presente acta.

Acta da segunda reunião
ordinária de dois mil

Aos vinte e cinco dias do mês de Maio de dois mil, na cidade de Angra do Heroísmo e na sede do Instituto Histórico da Ilha Terceira, no Edifício de São Francisco, pelas dezoito horas e em segunda convocatória por à hora marcada para a primeira não se encontrar presente a maioria dos sócios, realizou-se a segunda reunião ordinária convocada pelo Presidente nos termos do artigo sétimo do Estatuto e para os fins presentes no artigo primeiro, números um e dois do Regulamento. Estiveram presentes os seguintes sócios: Dr. Álvaro Pereira Leal Monjardino; Dr. António Bento Barcelos; Dr. Eduardo Manuel Ferraz da Rosa; Emanuel Félix Borges da Silva; Dr. Francisco dos Reis Maduro Dias, presidente; Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt; Dr. José Mendonça de Ávila; Luís Manuel Conde Vieira Pimentel; João Dias Afonso; Dr. Jorge Eduardo Abreu Pamplona Forjaz; TCoronel Manuel Augusto de Faria, secretário; Dr. Rui Ferreira Ribeiro Meireles; Valdemar Mota de Ornelas da Silva Gonçalves, tesoureiro.

Foi lida e aprovada a acta da reunião anterior.

Antes da ordem do dia, o Presidente do Instituto deu boas vindas aos sócios efectivos recentemente eleitos, pedindo a sua colaboração nas actividades do Instituto, nomeadamente com textos para o Boletim. O Dr. Bento Barcelos manifestou o seu reconhecimento pelo juízo de valor positivo que permitiu a sua integração na Instituição e ofereceu a sua colaboração.

O Presidente apresentou o pedido do sócio Francisco Ernesto de Oliveira Martins para publicar, sob a chancela do Instituto, um trabalho relacionado com os quinhentos anos do achamento do Brasil. Face à reconhecida qualidade das publicações deste sócio, foi consensual o bom acolhimento do pedido, ficando-se à espera, por mera questão de metodologia, da prometida entrega de uma cópia do trabalho a publicar para, em futura reunião, ser dado o devido aval.

Constava a ordem de trabalhos de dois pontos:

1. Execução do Plano de Trabalhos do Instituto;
2. Eleição de Sócios Correspondentes e Honorários.

Reportando-se ao ponto primeiro, o Presidente do Instituto sugeriu a alteração do plano de trabalhos para o corrente ano, permitindo ao Instituto a organização de um encontro científico para cuja realização a Câmara de Angra pedira a colaboração do sócio Dr. Ferraz da Rosa, e no qual se encontram, também, envolvidos o sócio Dr. Jorge Forjaz e ele próprio, Dr. Maduro Dias. Para melhor esclarecimento da questão em causa, tomou a palavra o Dr. Ferraz da Rosa que traçou as linhas gerais do projecto, sugerindo a vinda ao Instituto do Dr. Jácome Armas, cujos trabalhos de investigação científica motivam esta iniciativa. Perante a concordância da assembleia, ficou deliberado que se aguardaria a chegada a Angra do Dr. Jácome Armas, para, de seguida, se iniciarem as necessárias diligências à realização do encontro.

Retomando a palavra, o Presidente informou que já está sendo publicada, todas as sextas-feiras, a *página* do *Centro UNESCO dos Açores*, no Jornal "A União", onde serão transcritos, principalmente, textos de "O CORREIO DA UNESCO". Informou, ainda, que, a fim de permitir pôr em ordem a biblioteca do Instituto, foram adquiridas as estantes indispensáveis. Colocou, então, os sócios perante a hipótese do Instituto se pronunciar sobre o plano de reordenamento da baía de Angra, presentemente em apreciação pública. Foi entendimento dos presentes que ao Instituto cabe uma tomada de posição, ficando o Presidente incumbido de desencadear o respectivo processo.

Partindo da análise da planta do Castelo de São Filipe do livro 29 da Casa de Cadaval, guardado na Torre do Tombo, e das questões que ela levanta relativamente à autoria e ao desenvolvimento do plano construtivo da fortaleza, o Dr. Álvaro Monjardino afirmou a indispensabilidade de se proceder à recolha e estudo da documentação existente nos arquivos espanhóis relativa ao período da União Dinástica e ainda não recolhida pelo Doutor Avelino Menezes. Caberia ao Instituto promover este trabalho, contactando para o efeito as entendidas oficiais competentes para o patrocinar.

Passando ao segundo ponto da ordem de trabalhos, foram eleitos sócios honorários do Instituto, ao abrigo do Artigo Quinto dos Estatutos, os sócios efectivos Prof. Doutor António Manuel Bettencourt Machado Pires e Dr. António Maria de Ornelas Ourique Mendes; foram eleitos

sócios correspondentes a Dra. Helena Ormonde, o Dr. Miguel Monjardino, o Dr. Ricardo Madruga da Costa e João António Gomes Vieira, respectivamente em reconhecimento pelos seus trabalhos em antropologia, em geo-política, de investigação das fontes históricas do Arquipélago e na conservação do património histórico das Flores.

A finalizar, o Instituto prestou sentida homenagem ao sócio honorário, Sua Ex.^a Reverendíssima o Senhor D. José Pedro da Silva, recentemente falecido.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão quando eram vinte horas, de que lavrei acta que vai por mim, Secretário, assinada e pelo Presidente.

Acta da segunda reunião
extraordinária de dois mil

Aos seis dias do mês de Junho de dois mil, na cidade de Angra do Heroísmo e na sede do Instituto Histórico da Ilha Terceira, no Edifício de São Francisco, pelas dezoito horas e em segunda convocatória por à hora marcada para a primeira não se encontrar presente a maioria dos sócios, realizou-se a segunda reunião extraordinária convocada pelo Presidente nos termos do artigo sétimo do Estatuto. Estiveram presentes os seguintes sócios: Dr. Álvaro Pereira Leal Monjardino; Dr. António Bento Barcelos; Dr. Eduardo Manuel Ferraz da Rosa; Dr. Francisco dos Reis Maduro Dias, presidente; Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt; João Dias Afonso; Padre Dr. João Maria de Sousa Mendes; Dr. José Mendonça de Ávila; Dr. Jorge Eduardo Abreu Pamplona Forjaz; Eng^o José Henrique Santos Correia Guedes; TCoronel Manuel Augusto de Faria, secretário; Valdemar Mota de Ornelas da Silva Gonçalves, tesoureiro.

Foi lida e aprovada a acta da reunião anterior.

Constava a ordem de trabalhos de dois pontos:

1. Leitura e votação do texto a enviar à Câmara Municipal, sobre os Planos de Pormenor e de Urbanização da Baía de Angra, no âmbito da consulta pública em curso;
2. Eventual participação do Instituto Histórico num encontro sobre urbanismo ibero-americano.

O Presidente do Instituto abriu a sessão dando algumas informações sobre o encontro subordinado ao tema *urbanismo ibero-americano*, a ter lugar em Santa Catarina, Brasil, convidando os sócios interessados a inscrever-se.

Passou-se de seguida à análise da proposta de parecer do Instituto sobre os Planos de Pormenor e de Urbanização da Baía de Angra, elaborada de acordo com o entendimento dos sócios expresso numa reunião informal para o efeito previamente realizada, a qual proposta, depois de introduzidas algumas alterações sugeridas pelos presentes, foi aprovada e constitui o teor do parecer a enviar à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, e que vai em anexo à presente acta. Foi, ainda,

delibrado dar-lhe publicidade nos órgãos de comunicação social. Durante a discussão deste documento, tiveram que ausentar-se os sócios Dr. João Maria de Sousa Mendes e João Dias Afonso.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão quando eram vinte horas, de que lavrei acta que vai por mim, Secretário, assinada e pelo Presidente.

PARECER DO INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA
SOBRE OS PLANOS DE PORMENOR E URBANIZAÇÃO
DA ENVOLVENTE DA BAÍA DE ANGRA DO HEROÍSMO

No âmbito da consulta pública prevista pela Lei e facultada ao público pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, concretiza o presente documento o conteúdo e a síntese da reflexão do Instituto Histórico da Ilha Terceira sobre os *Planos de Pormenor e de Urbanização da Envolvente da Baía de Angra do Heroísmo*.

I

Plano de Pormenor da Envolvente da Baía de Angra

1. No que concerne à *Sub-Unidade Operativa 1* (desde o Cais da Figueirinha à rocha dos Quatro-Cantos), é o IHIT de parecer que todas as intervenções de consolidação, de ordenamento ou de construção nas zonas de falésia devem pautar-se por extrema discrição, no sentido de preservar o perfil e o valor cénico, paisagístico e florístico tradicionais daquela barreira, tal como os mesmos aparecem continuamente descritos e desenhados na documentação histórica conhecida.

Nesse contexto e para esta zona, o forramento a pedra de tufo, proposto no Plano como "eventual", deve ser assumido como essencial e fundamental, no seguimento, aliás, da obra já executada ali há largos anos, e de que certas zonas da falésia são testemunho concludente, inclusive pela presença de vegetação.

1.1. Ainda na mesma *Sub-Unidade Operativa 1*, sublinha-se que a designação "Porta da Prata" carece de suporte documental, ao contrário de *Portão do Portinho Novo*, designação esta directamente

relacionada com a toponímia local e amplamente citada nas fontes documentais.

2. No respeitante à *Sub-Unidade Operativa 2*, (Jardim dos Corte-Reais e Mercado do Peixe) e no que concerne ao "Mercado do Peixe" (de seu nome *Mercado D. Maria Pia*), o IHIT recomenda vivamente que a intervenção prevista não se limite à correcção das dissonâncias arquitectónicas e demolição de construções pouco qualificadas, antes contemple uma intervenção mais aprofundada, de molde a devolver ao edifício e espaços envolventes a traça e elementos decorativos originais, tendo aliás em conta a documentação e peças desenhadas existentes e expostas na Câmara Municipal.

2.1. No que respeita ao espaço actualmente ocupado pelo Jardim dos Corte-Reais, o IHIT julga importante que – seja qual for a intervenção arquitectónica a realizar –, nunca deixem de ser respeitados os valores e a leitura do perfil da falésia, tal como atrás apontado em 1., sugerindo-se, ainda, que as obras a realizar ali se inspirem em elementos formais relacionados com o uso histórico do local como estaleiro de reparação e construção naval.

3. Relativamente à *Sub-Unidade Operativa 3*, (Pátio e Cais da Alfândega) salienta-se o elevado valor histórico-cultural, arquitectónico e funcional da zona e a sua fundamental relevância para o conhecimento e a perspectivação da mesma, e bem assim para a global compreensão da génese e desenvolvimento da cidade de Angra e do seu modelo urbanístico.

É conhecida desde 1997 a posição do Instituto Histórico acerca desta zona.

Do nosso ponto de vista, é imprescindível que aquele lugar tenha o adequado tratamento arquitectónico, museológico e urbanístico, respeitando-se o que ali foi encontrado e se conhece, e através das escadarias, cais e pátio do tempo da Capitania Geral e integrando, de modo visitável, o que resta da "principal porta da cidade".

A opção feita pela construção do Porto de Recreio, assim vista também como abrigo necessário a todos estes elementos e no sentido de permitir que sejam postos em relevo e valorizados, sem correrem o risco de destruição pelo mar, ganha melhor e mais sólido fundamento.

Os trabalhos em apreço deverão ser realizados articuladamente com os arranjos de enquadramento desse mesmo porto e não relegados comprometedoramente para um lugar de derradeira execução, no contexto das prioridades constantes do Plano e só após a reabilitação de todos os outros espaços públicos da envolvente da baía.

4. No que concerne à *Sub-Unidade Operativa 4*, (basicamente englobando o Quarteirão da Moagem), o IHIT defende que o mesmo deve ser urgentemente alvo de um exaustivo estudo do ponto de vista histórico e arqueológico, executando-se assim o indispensável levantamento sistemático de todos os seus elementos materiais e documentais.

Na verdade, o referido Quarteirão reúne um conjunto de valores fundamentais e identitários da nossa Cidade – nomeadamente organização urbana, Ribeira dos Moinhos, estruturas industriais, antigos granéis, edificações de habitação, Rua Baixinha, etc. –, cuja salvaguarda, aproveitamento potencial e musealização dinâmica são de muito significativo alcance para um desenvolvimento sustentável de Angra.

Assim sendo, entendemos que todo e qualquer processo de planeamento e subsequentes intervenções na citada zona deverão ter em conta a informação que resultar do estudo e levantamento aqui e agora proposto.

4.1. Nesta percepção, mais julgamos que as novas interligações, escadarias e acessos projectados, cortando a malha urbana classificada são agressivos e desadequados.

5. Quanto à *Sub-Unidade 5*, (falésia de Cantagalo) o IHIT, independentemente da dimensão dos custos globais da consolidação da

falésia, entende que a proposta de intervenção arquitectónica é inadmissível, não só pelos custos paisagísticos e históricos envolvidos, mas também e sobretudo pela pressão urbanística que vai provocar numa zona já de si fortemente estrangulada, situação que previsivelmente se agravará com a activação da marina.

Por outro lado, a evidente necessidade de protecção e consolidação das arribas em causa, também fundamentada em conhecidos relatórios de Geotecnia e da Protecção Civil, parece dever reclamar suplementares pronunciamentos específicos no que diz respeito às características da área para fins de construção urbana.

Ainda relativamente a esta *Sub-Unidade Operativa 5*, e no que toca à consolidação da falésia, novamente entendemos como fundamental que as intervenções a realizar nesta zona se devam pautar pela discricção, no sentido de preservar o perfil e o valor cénico, paisagístico e florístico tradicionais da barreira em apreço.

A adopção eventual ou complementar doutros métodos de consolidação ou de revestimento além dos propostos deve ser encarada, tendo sempre presentes e como objectivo esses valores.

6. Finalmente, quanto à *Sub-Unidade Operativa 6*, (Porto de Pipas) e tendo em consideração o facto de se tratar de um espaço inserido num conjunto histórico classificado e as novas funções previstas para o local, julga-se ainda que a instalação de actividades de características potencialmente poluentes deve ser objecto das devidas cautelas.

II

Plano de Urbanização da Envolvente da Baía de Angra

1. Relativamente à UOPG2 (Relvão), o Instituto entende dever salientar-se muito positivamente a preocupação de colocar os equipamentos sociais e recreativos o mais afastado possível das muralhas do Castelo,

ligando-os ao casario da cidade e restituindo ao "Relvão" as suas características funcionais e topográficas de esplanada da fortaleza de S. João Baptista e elemento integrante dela.

(Explanada ou esplanada, entendida aqui no sentido da arquitectura militar como o espaço plano e desimpedido que rodeia, pelo exterior, uma fortaleza, formando, em conjunto com as muralhas e fossos o sistema construído básico de protecção desta).

Recomenda-se, como consequência lógica e natural deste contexto, que todo o fosso de "covas de lobo" que acompanha a base da muralha voltada ao Relvão, seja repostado a descoberto, com as necessárias cautelas de modo a evitar acidentes mas a complementar e valorizar a referida esplanada.

2. no que se refere à UOPG3 (Castelinho), salienta-se que a fortaleza de S. Sebastião é o edifício mais antigo actualmente existente em Angra, e o único, pelo menos com características monumentais, que resta do século XVI (Cfr planta de Linschoten).

Além de ser o edifício mais antigo de Angra, foi, durante séculos, o garante da defesa do *porto que fez a cidade*.

Angra, Património Mundial, deve este estatuto à segurança que o Castelinho trouxe aos navios das rotas marítimas transatlânticas que demandaram, quase obrigatoriamente, o seu porto, no quadro e na sequência dos Descobrimentos de quatrocentos e quinhentos.

Ele assume, assim, carácter eminentemente documental e identitário quer da cidade, quer da sociedade angrense; indo mais longe e ganhando perfil universal, ao tornar-se referência material informativa do processo de inclusão de Angra na lista de património da UNESCO.

Tem, pois, como primeira e principal vocação, consagrar a memória e, pedagogicamente, transmiti-la.

Assim, parece ao Instituto que diferentemente das limitações impostas no plano a novas construções no seu interior, será preferível e mais adequado dever-se, antes, caminhar para a eliminação de todas as edificações espúrias aí existentes, nomeadamente das levantadas no século XX, funcionalmente estranhas ao sistema defensivo e prejudiciais à leitura espacial do monumento.

Acentua-se a necessidade expressa no plano, de arranjo urgente da zona envolvente, nomeadamente da erradicação das barracas, indígnas do local e de quem as mantém.

Na oportunidade esclarece-se que a baía que nasce a leste do Castelinho se chama *das Águas*, e não *das Canas*.

Observação final:

Não estando contra ela, o Instituto manifesta a sua preocupação com a introdução de arquitectura moderna numa zona patrimonial tão sensível, face à qualidade de outras intervenções na cidade.

Angra do Heroísmo 6 de Junho de 2000.

O INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

RELAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES ENTRADAS
NO INSTITUTO EM 2000

- *Revista Portuguesa de História* – Tomo XXX – FL / Univ. Coimbra
- *Comunicação e Sociedade 1* – Instituto de Ciências Sociais
- *Arquipélago* – Ciências da Educação 1, Universidade dos Açores, 1996
- *Arquipélago* – Ciências Sociais, Nº 11-12, 1998 – Universidade dos Açores
- *Isleña*, nº 25 Jul-Dez 1999 – DRAC, Funchal
- *A Figueira*, Prosa e Verso, Florianópolis – SC – Jan/Fev/2000 – Ano X – Nº 82
- *Efeméride Garretiana*, Separata da Atlântida, Vol 1998-1999, Eduardo Ferraz da Rosa
- *History* – 1999 – 2000, Oxford University Press
- *Arquipélago* – Ciências da Educação 2, Univ. Açores
- *Revista de Guimarães* – Vol. 107 – 1997
- *Gavião de Penacho*, Enedino Batista Ribeiro
- *Arquivo de Beja* – Vol. XI – Série III – Agosto 1999
- *Les voies du conte dans L'espace lusophone* – Presse de la Sorbonne
Nouvele
- *Arquivo de Beja* – Vol. XII – Série III – Dez 1999
- *Sociedade e Cultura*, Instituto de Ciências Sociais, Univ. do Minho
- *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* – Série 115^a – Nº 1-12
- *História e Meio-Ambiente – o impacto na expansão europeia*,
Centro de Estudos de História do Atlântico
- *Portugal e Brasil – Rotas e Cultura* / Revista Port. de História Vol. I e II, Faculdade de Letras, UC
- *Angra do Heroísmo – Janela do Atlântico entre a Europa e o Novo Mundo*, Francisco Maduro Dias

202 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

- *Revista do Instituto Histórico de Santa Catarina 3ª fase* – Nº 18
- *Isleña*, Nº 26
- *Conchas do Brasil* – Museu do mar Rei D. Carlos
- *História* – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- *Afonso de Albuquerque e a Arte da Guerra* – C. M. Cascais, Fernando Gomes Pedrosa
- *Catálogo dos Manuscritos dos Séc. XVII ao XX*
- *História* – Revista da Faculdade de Letras do Porto – II Série – Vol. XVI / 1998
- *Sob o Signo da Etnografia* – Catálogo – Museu de Angra do Heroísmo

ÍNDICES

AUTORES

BETTENCOURT, Jácome de Bruges	
A Ermida do Varadouro	9
GUEDES, Correia	
Um Estudo sobre a Casa do Castelhana	103
MONJARDINO, Álvaro	
Os Tempos do Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade	111
MOTA, Valdemar	
Frei Jerónimo Emiliano de Andrade	127

ASSUNTOS

A Ermida do Varadouro - <i>Jácome de Bruges Bettencourt</i>	9
Um Estudo sobre a Casa do Castelhana - <i>Correia Guedes</i>	103
Os Tempos do Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade - <i>Álvaro Monjardino</i>	111
Frei Jerónimo, Apóstolo da Instrução Popular - <i>Valdemar Mota</i>	127

DOCUMENTOS:

Uma Proposta de Plano Defensivo de S. Miguel - 1797	139
Relacção de militares despachados para as Ilhas dos Açores e Madeira, desde 1796 até o ano de 1801	167

VIDA DO INSTITUTO

Acta da primeira reunião ordinária de 2000	173
Relatório do Presidente Cessante	176
Contas - 1999	184
Plano de Actividades para o ano 2000	185
Acta da primeira reunião extraordinária de 2000	187
Acta da segunda reunião ordinária de 2000	189
Acta da segunda reunião extraordinária de 2000	192

Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira 205

Parecer do I.H.I.T. sobre os planos de Pormenor e Urbanização da Envolvente da Baía de Angra do Heroísmo	194
Relação das Publicações entradas no Instituto em 2000	201

FOTOCOMPOSIÇÃO
e IMPRESSÃO
em OFFSET

 *Tip. Açor, Lda.*
500 ex.

ABRIL 2002

Depósito Legal 158131/00

